

Orientação

AGRADECIMENTOS

A todos os que contribuíram para a realização deste projeto que agora apresento. Aqui fica o testemunho da minha gratidão a todos quantos, tornaram possível a concretização deste desafio. Deixo o registo de alguns nomes que não poderia de modo algum ocultar. Assim, expresso o meu reconhecimento e agradecimento muito especial:

Ao Professor Doutor Fernando Luís Teixeira Diogo pelas orientações, pela disponibilidade intelectual para partilhar os seus conhecimentos e saberes académicos, pelo seu exemplo de profissionalismo, sentido ético, apoio e incentivo que sempre manifestou durante a orientação deste projeto. Agradeço as palavras amigas de encorajamento, incentivo e confiança que sempre me transmitiu durante todo o percurso. Obrigado pelo espaço de aprendizagem que me proporcionou.

A todos os profissionais do Agrupamento de escolas que colaboraram na realização deste estudo, pela sua simpatia, amizade e abertura à investigação.

A todos os alunos do Agrupamento de escolas que de uma forma paciente responderam ao inquérito por questionário e com a sua disponibilidade possibilitaram a recolha de dados.

Por fim, um agradecimento profundo à minha família, a quem dedico este trabalho, que partilhou e viveu comigo as incertezas, angústias e alegrias deste projeto.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

Encaramos o currículo como um projeto em constante transformação, que tendo por referência o currículo nacional, é adequado ao seu público-alvo, os alunos.

No contexto de cada comunidade onde a escola está inserida, a definição das ofertas educativas/curriculares assume maior pertinência, podendo contemplar componentes locais e regionais do currículo, valorizando as características de cada região e, sobretudo, engrandecer os talentos dos alunos, de acordo com as suas especificidades individuais.

A reflexão, realizada em torno das dificuldades que muitos alunos têm em realizar as aprendizagens previstas no currículo oficial, deu origem a uma questão central: Que alternativa ao currículo regular no ensino básico?

Na procura de respostas à questão, abordamos o nascimento da escola e conceitualização de currículo, a evolução da formação para o mundo do trabalho, a diversificação curricular e a autonomia da escola.

O estudo empírico seguiu uma metodologia quantitativa e qualitativa, através de um estudo de caso e centrou-se: na análise documental do Projeto Educativo do Agrupamento; inquérito por questionário aos alunos do terceiro ciclo do ensino básico, regular e cursos vocacionais; inquérito por entrevistas semiestruturadas ao Presidente do Conselho Geral do Agrupamento, Diretora do Agrupamento, Coordenadoras de Departamento, Coordenador dos Cursos Vocacionais e representante no Conselho Pedagógico dos Serviços de Psicologia e Orientação. Expomos as conclusões da investigação através da triangulação dos dados obtidos com os instrumentos de recolha.

Como resposta à questão inicial, apresentamos uma proposta alternativa ao currículo regular do ensino básico, que procura diversificar a oferta.

Palavras-chave: Currículo; Descentralização; Diversidade; Diferenciação curricular.

ABSTRACT

The curriculum is regarded as a project in constant transformation, which having the national curriculum as reference is the appropriate one to the target audience, students.

Within each school community context, the definition of educational / curricular offerings assumes greater relevance and can reflect local and regional curriculum components, highlighting the characteristics of each region and, above all, enhance the talents of students, according to their individual circumstances.

The reflection held around the difficulties that many students have in performing the learning foreseen in the official curriculum, led to a key question: What alternative is there to the mainstream curriculum in middle school?

In the search of answers to this question, it is made an approach to the birth of school and the conceptualization of the curriculum, the evolution of training towards the world of work, the curriculum diversification and the school autonomy.

The empirical study followed a quantitative and qualitative methodology through a case study and focused on: survey by questionnaire to the students of the third cycle of middle education, regular and vocational courses; survey by semi-structured interviews to the President of the General Council of the Cluster of schools, the Headmistress, the Department Coordinators, the Coordinator of Vocational Courses and the representative of Psychology and Guidance Services in the Pedagogical Council. The research evidence is shown through triangulation of the data obtained with the collection instruments.

In response to the initial question, it is presented an alternative proposal to the mainstream curriculum of middle education, which seeks to diversify the offerings.

Keywords: Curriculum; Decentralization; Diversity; Curriculum differentiation.

ÍNDICE

Agradecimentos	1
Resumo	3
Abstract	5
INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I	11
PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO	11
1.1 Os objetivos gerais do projeto	14
CAPITULO II	17
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E LEGAL	17
2.1 A formação para o mundo do trabalho. Breve evolução.	20
2.2 Diversificação curricular	30
2.3 Autonomia da escola	39
CAPITULO III	45
ESTUDO EMPÍRICO	45
3.1 Metodologia	45
3.2 Contextualização	49
3.3 Técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de dados	51
3.4 Descrição do processo de recolha de dados	51
3.5 Apresentação dos dados – análise e discussão	54
3.5.1 Inquérito por Questionário aos Alunos	54
3.5.2 Inquérito por Entrevistas aos Docentes/Técnicos Educativos	64
3.6 Conclusões do Estudo Empírico	75

CAPITULO IV	79
PLANO DE AÇÃO	79
4.1 Caracterização da oferta	81
4.2 Condições de acesso	81
4.3 Orientação	82
4.4 Esboço do Plano de Estudos	82
4.5 Agrupamento dos alunos	85
4.6 Regime de avaliação e Progressão	85
4.7 Mecanismos de apoio aos alunos	87
4.8 Coordenação	88
4.9 Monitorização do projeto	89
Bibliografia	91
Referências Normativas	94
APÊNDICES	95

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que o nosso país defende a inclusão de todos na sociedade, torna-se importante que a escola assuma a responsabilidade de ser para todos, viver com todos e a todos proporcionar condições para a formação pessoal e social e para o sucesso escolar. Assim a escola deve promover a aceitação das diferenças entre os alunos, que passe pelo desenvolvimento de ações educativas flexíveis e ajustadas às características dos grupos de alunos que frequentam atualmente a escola, reconhecendo e valorizando a diversidade.

A inclusão de alunos num Curso Vocacional é à partida uma medida de combate à exclusão escolar e social mas, tal conjuntura pode ser causadora de sentimentos de discriminação, uma vez que pelo seu percurso académico estes alunos são frequentemente alvo de rejeição, revelando sentimentos de baixa autoestima e falta de empenho. Perante este facto, esta oferta educativa será uma verdadeira alternativa ao currículo regular do ensino básico, ou uma forma de promover o sucesso educativo através da exclusão destes alunos para dentro da escola? Como construir uma oferta educativa paralela ao currículo regular do ensino básico, que promova o sucesso educativo, baseado na inclusão e na mitigação das desigualdades?

Na procura de respostas a estas questões, este projeto segue uma metodologia essencialmente qualitativa numa abordagem de estudo de caso, o qual é composto por três partes distintas, a saber: o enquadramento teórico; metodológico e plano ação.

Numa primeira parte são abordados a evolução do conceito de currículo, os fundamentos que estão na origem da definição do currículo nacional, e a necessidade da sua flexibilização ao contexto de cada realidade educativa, onde a escola está inserida.

É analisada a evolução da formação para o trabalho, com ênfase nas funções sociais da escola, a instrucional e educacional, assinalando a respetiva

evolução. Estão presentes os conceitos, pressupostos e dilemas teóricos inerentes à escola e educação inclusiva, bem como o enquadramento legal que sustenta uma educação de qualidade e as estratégias ao nosso dispor para a sua consecução.

São estudadas as formas de diversificação curricular e a sua importância na diversidade cultural, económica e social da escola para a obtenção do sucesso com um ensino de qualidade.

Desenvolvemos ainda, as questões relacionadas com as políticas de descentralização e a autonomia da escola.

Quanto à segunda parte, é indicada a metodologia escolhida para este estudo empírico e sua devida justificação. É feita uma abordagem teórica dos métodos de recolha de dados utilizados, sua utilização e respetivos procedimentos. Recorremos à análise documental, aos inquéritos por entrevista e aos inquéritos por questionário. Caracterizamos o contexto educativo em estudo, expusemos e analisamos os resultados obtidos, com ênfase às perceções dos professores e técnicos educativos relativamente às políticas curriculares que vigoram na atualidade e às perceções dos alunos (do currículo regular e cursos vocacionais do 3º ciclo) relativamente à escola e a sua importância nos seus projetos de vida.

Na última parte, tendo em conta o objeto de estudo, é apresentado um plano ação, no âmbito de uma oferta curricular alternativa ao ensino regular.

CAPITULO I

PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO

A educação é um fator primordial no desenvolvimento social, cultural e económico pelo que o Governo deve avocar primazia na sua ação. Esta opção torna-se visível em 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (L.B.S.E.) onde se definem os princípios gerais e organizativos do sistema educativo português, e que destacamos: o reconhecimento do direito à educação e à cultura; o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares; o da liberdade de aprender e ensinar; a correção das assimetrias e do desenvolvimento regional e local; a contribuição para o desenvolvimento do espírito e da prática democrática.

Devido às alterações económicas, mobilidade das pessoas e cultura, assim como o desenvolvimento tecnológico, torna-se necessário adaptar os sistemas educativos a novas realidades educacionais combinadas na diversidade, participação, deliberação, para assim responder às exigências de modernidade que se colocam à sociedade. Destes novos desafios resultou a necessidade de definição e implementação de alternativas curriculares no ensino básico.

No contexto de cada comunidade onde a escola está inserida, a definição de políticas curriculares assume uma grande importância, podendo contemplar componentes locais e regionais do currículo, valorizando as características de cada região e, sobretudo, permitindo um maior envolvimento e responsabilização dos diversos atores, que representando a comunidade educativa participam ao nível das tomadas de decisão. Estas opções corporizam-se no projeto educativo.

Para além da diversificação e diferenciação curricular como resposta possível para o ensino massificado, é relevante conhecer as opções tomadas pela escola no que se refere à oferta curricular disponibilizada aos alunos.

É pertinente conhecer as concepções dos professores sobre diversificação e diferenciação curricular e sobretudo identificar as suas práticas, tendo em conta a diversidade dos alunos, respeito pelas suas características, individualidade e o processo de aprendizagem assim como as necessidades da comunidade onde a escola está inserida.

QUESTÃO DE PARTIDA:

Assim o trabalho de investigação que pretendemos desenvolver irá desenrolar-se em torno da seguinte questão de partida:

- Que alternativa ao currículo regular no ensino básico?

A concretização da autonomia passa pela definição e gestão do currículo e paralelamente pela possibilidade de identificar características, rentabilizar recursos e definir estratégias pedagógicas e organizativas. Deste modo a escola constrói o seu projeto em torno do qual desenvolve toda a sua dinâmica, colaborando na valorização da qualidade educativa e das aprendizagens dos alunos. Neste contexto, e atendendo à diversidade de características dos alunos são muitos os desafios que se lhe colocam à escola enquanto organização e aos professores como decisores e gestores do currículo.

A temática em questão tem uma considerável pertinência e atualidade nos dias de hoje, estando nas agendas dos governantes e em foco nos debates públicos. Especialmente a educação nas escolas portuguesas, onde se tem manifestado o desinteresse escolar, a indisciplina, a violência, o insucesso escolar, o absentismo e o abandono escolar em consequência das problemáticas sociais agudizadas pela questão social, decorrentes da política neoliberal (desemprego, emprego precário, subcontratos, a prestação de serviços por tarefa) criando novas estratificações e novas discriminações sociais, culturais, étnicas, começando a manifestar-se certa preocupação no que se refere à inclusão escolar e social.

Enquanto professor interrogo-me, desde o seu início, se os Cursos de Educação e Formação para Jovens e atualmente os Cursos Vocacionais são uma via paralela ao currículo regular (promoção da inclusão) e, por isso, um percurso alternativo ou se, ao contrário, não passam de uma exclusão para dentro da escola que não leva a lado algum. Como professor de um Curso de Educação e Formação para Jovens e Curso Vocacional sempre fui sensível aos problemas pedagógicos, afetivos, sócioeconómicos, relacionais e de orientação dos alunos. Assim, sempre que me apercebo desses problemas tento criar oportunidades e meios que possibilitem a sua resolução. Para os ultrapassar, tento criar, na escola, uma dinâmica que envolva as famílias, os professores, assistentes operacionais, alunos, a comissão de proteção de crianças e jovens em risco, a autarquia, outras escolas, entre outros parceiros. Esta filosofia de ação aplica-se quer a problemas pontuais de resolução imediata, quer a problemas que requerem mais reflexão, pesquisa, empenho e mesmo determinação como, por exemplo, tentar encontrar novas perspetivas para os alunos que não se revêem no ensino regular e ainda não completaram a escolaridade obrigatória.

Perspetivo que o projeto faculte um contributo significativo para o conhecimento da forma como os nossos adolescentes encaram a sua formação e permita delinear formas de atuação que possam estimulá-los a concluir o seu percurso escolar, evitando um possível abandono escolar e contribuindo para a sua inserção na vida ativa. Tal abordagem revela-se pertinente num contexto educativo em que o abandono e insucesso escolar ainda são uma realidade.

Uma escola para todos implica, de facto, que ela se organize e se dinamize para que todos os alunos se sintam nela reconhecidos e que haja igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso. Assim pretendemos clarificar de que forma a diversificação curricular vai de encontro às expetativas dos alunos.

Com a substituição dos Cursos de Educação e Formação por Cursos Vocacionais, será que o currículo que compõe estes cursos se encontra devidamente ajustado ao interesse dos destinatários?

Esta oferta educativa deverá exigir pré-requisitos aos interessados, ou deverá ser aberta a todos os alunos?

Quais as semelhanças e diferenças entre os Cursos de Educação e Formação e os Cursos Vocacionais?

Os Cursos Vocacionais são dispositivos educacionais capazes de contribuir para que a escola se organize de forma a ampliar ou a garantir a igualdade de oportunidades? Estes são dispositivos facilitadores para que os alunos construam projetos profissionais e de vida?

Pretendemos estudar o problema num Agrupamento de escolas que engloba o pré-escolar, primeiro, segundo e terceiro ciclos. Este Agrupamento de Escolas localiza-se no distrito do Porto.

1.1 OS OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO

Conhecer a oferta educativa do Agrupamento.

Identificar as razões que justificam a oferta educativa.

Conhecer as representações dos professores do ensino básico sobre diferenciação curricular.

Analisar documentos do ensino básico relacionados com a diferenciação curricular.

Avaliar a forma como os Cursos Vocacionais, entendidos como alternativas curriculares, podem contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades na população escolar.

Refletir sobre uma oferta educativa que promove a inclusão dos alunos, tendo em conta uma aprendizagem para a vida.

Analisar até que ponto as alternativas curriculares no ensino básico são construídas numa lógica de igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso.

Analisar e clarificar se a homogeneidade na constituição do grupo de alunos que integra os Cursos Vocacionais é um elemento facilitador de sucesso, ou contrariamente provoca um aprofundamento das desigualdades.

Comparar os Cursos de Educação e Formação com os Cursos Vocacionais (diferenças e semelhanças).

CAPITULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E LEGAL

Não existe consenso generalizado acerca do conceito de currículo, quer devido ao facto de ser um termo com vários sentidos, quer pelas inúmeras definições propostas pelos diversos estudiosos.

Segundo Roldão (1999a), o crescente interesse pelo tema, a pluralidade de significados que o caracterizam e a complexidade que lhe é característica têm determinado alguma confusão relativamente à terminologia da palavra e, conseqüentemente, ao pensamento curricular. Muitas vezes a noção de currículo é usada de forma vaga, imprecisa ou restritiva. O currículo estabelece o núcleo definidor da existência da escola, considerando que esta se edifica como instituição quando se admitiu a necessidade social de se transmitir um determinado número de saberes de forma sistemática a um grupo ou setor dessa sociedade.

A generalização da escola enquanto organização pública ocorreu no contexto da Revolução Industrial e como resposta às necessidades das novas condições sociais de trabalho. A transferência de grandes massas populacionais das zonas rurais para os arredores das cidades industriais obrigou a que o poder público prestasse maior atenção aos problemas criados não só por crianças entregues a si, como por adultos sem ocupação. Tornava-se assim necessário reunir esta franja não ativa da população para a preparar para a nova ordem industrial. Era preciso que se adaptassem a um trabalho repetitivo, fechado, a um mundo de fumo, barulho, máquinas, vida em ambientes superpovoados e disciplina coletiva, a um mundo em que o tempo, em vez de regulado pelo ciclo sol-lua, fosse regido pelo horário da fábrica e pelo relógio. O ensino em massa, literalmente inspirado no modelo de gestão científica de Taylor, veio dar resposta ao tipo de homem de que necessitava o novo modelo de produção. A escola nasce assim com carácter instrumental: ela destinava-se, por via do currículo, a transformar o aluno com o máximo de

eficácia e o mínimo de custos, numa lógica empresarial, comercial ou industrial. À luz do modelo de Taylor, idealizou-se um espaço para a transformação de pessoas que previa o agrupamento de um grande número de estudantes, encarados como matéria-prima, para serem trabalhados/modelados por professores enquanto operários de uma escola central, concebida à imagem de uma fábrica.

Nas primeiras definições de currículo, numa perspetiva tradicionalista, o currículo assenta numa racionalidade técnica, privilegiando-se a transmissão de conteúdos, organizados em disciplinas e onde tudo é tecnicamente planificado à luz de uma visão taylorista e mecanicista. O currículo apresentava-se enquanto conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes consideradas importantes para serem trabalhados na escola, onde o professor assumia um papel central, do qual se esperava eficácia, rigor e clareza na transmissão de conhecimentos estruturantes que permitissem atingir os objetivos. Apesar da delicada tarefa de planificar estratégias, com base em metodologias, técnicas e recursos a utilizar na escola, o trabalho do professor pouco tinha a ver com a própria natureza do currículo. De facto, o professor (técnico) punha simplesmente em prática regras de bem ensinar (transmitir conhecimentos a receptores passivos e reprodutores mecânicos com base na memorização), absolutamente desligado da ação exercida por outros sistemas exteriores à escola (especialistas), mas com os quais ela interagia fortemente.

Ao longo dos tempos, os debates relacionados com o currículo têm progredido, agenciando diferentes óticas na análise do seu sentido. A diversidade de sentidos atribuída ao conceito de currículo encontra-se também nos espaços educativos e no discurso dos docentes que, não raras as vezes, também o associam a um conjunto de programas, ou aos manuais escolares.

Testemunhamos a passagem de currículo técnico, supostamente neutro, fechado e por isso descontextualizado, para um currículo que toma consciência crítica do seu território enquanto subsistema de um sistema mais

amplo onde interagem complexas pressões de natureza política, económica, social e cultural.

Para além das diferentes perspetivas e dos diversos dualismos, currículo define-se como “um projecto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interactivo e abarca várias dimensões, implicando unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo ensino-aprendizagem” (Pacheco, 2005, p. 39).

Adequar o currículo nacional, a sua reconceptualização em função dos contextos em que se desenvolve, implica uma ação decisiva do professor, o qual assume um papel fundamental em termos de gestão do currículo. Este é o desafio difícil que se depara aos professores e às escolas, em Portugal, atualmente. Face à diversidade de alunos e contextos educativos, a escola precisa de dar respostas curriculares adequadas e expressivas para a melhoria do sucesso educativo.

Tendo como referência a evolução das teorias curriculares defendemos um currículo que articule os elementos políticos, culturais e sociais com os elementos dos contextos educativos, onde se possa desenvolver uma autonomia dos atores que constituem o coletivo das escolas, para o desenvolvimento de projetos curriculares flexíveis, adequados à realidade onde estão inseridos.

Um currículo comum, aberto, orientador mas flexível, que favoreça a sua adequação aos contextos por parte dos professores, com uma avaliação centrada no processo e nos resultados, oferecerá uma mais-valia para o sucesso educativo. A aposta neste tipo de currículo implica analisar situações, ponderar, tomar e avaliar decisões e agir com coerência.

Segundo Roldão (2003) a escola na prática de ensinar tem-se preocupado mais em “dar matérias” do que “fazer aprender”. Mas, à escola compete desenvolver aprendizagens úteis, pessoais e sociais, que permitam uma plena integração consentânea, na sociedade. Assim devemos refletir sobre: “O que ensinar? A quem ensinar? Para quê? e Como ensinar?” (Roldão, 2003, p.12).

2.1 A FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO. BREVE EVOLUÇÃO.

A forma como o sistema educativo português tem lidado com as vocações profissionais dos estudantes, após uma breve experiência de unificação do ensino secundário na segunda metade da década de 70 do século XX, evoluiu rapidamente no sentido do alargamento do leque de opções vocacionais ao nível do ensino pós-básico, chegando-se mesmo a admitir, em determinados casos, a inserção de algumas soluções de carácter profissionalizante no ensino básico. Frequentemente, na ação política dos governos, a abordagem às vocações profissionais dos estudantes convergiu com medidas de combate ao insucesso escolar persistente e ao abandono escolar.

Em 1983, a necessidade de mão-de-obra qualificada e a prossecução de uma política de emprego para os jovens levou à criação de cursos técnico-profissionais, a ministrar após o 9º ano de escolaridade. Tais cursos, com a duração de 3 anos, correspondiam aos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade e conferiam diplomas de fim de estudos secundários, que permitiam o acesso ao ensino superior, e diplomas de formação técnico-profissional para ingresso no mundo do trabalho.

Segundo Fernandes (2011), em Portugal com o processo de inclusão na União Europeia e seguindo a disposição geral dos países capitalistas, assistiu-se ao aparecimento de preocupações com a eficácia e com os modelos de qualidade e formação para o trabalho, que se sobrepuseram às preocupações com os currículos democráticos, com a autonomia dos professores ou ainda com as desigualdades de classe. A educação passa a estar associada à modernização que substituiu a educação/democracia, pelo que a própria definição genuína da educação, que na segunda metade dos anos setenta se encontrava associada a um serviço público de educação, que respeitasse o princípio da igualdade de oportunidades, assumiu-se, na década de oitenta, associada uma lógica de mercado. As décadas de oitenta e noventa colocaram

no centro do ensino a relação entre a escola e a vida ativa. Era imprescindível que a escola colaborasse com as empresas/entidades empregadores, no sentido de formar os alunos para o trabalho. Desta forma, nos anos de oitenta e noventa, a ciência e a tecnologia ganharam importância nos currículos escolares, legitimada pelo acentuado desenvolvimento social e económico. Na época as empresas cumpriram um papel importante, particularmente ao facilitarem a realização do cumprimento da escolaridade obrigatória, aos alunos que manifestavam dificuldades escolares no ensino regular, através de formações profissionalizantes em contextos de trabalho. Este regime de formação denominado aprendizagem teve início em 1984 e consistia num quadro de formação profissional, simultâneo com uma componente de formação geral que fornecia ao aprendiz conhecimentos teóricos, culturais e científicos ministrados nas escolas, dentro ou fora do horário de trabalho. Este sistema dirigia-se a jovens dos catorze aos vinte e quatro anos que, após um período de aprendizagem nunca superior a quatro anos, eram submetidos a um exame de apreciação profissional. O êxito neste exame, além de conferir um certificado de aptidão, que permitia a obtenção da carteira profissional, concedia ainda a equivalência a um grau escolar.

Este período foi marcado por uma diminuição da importância da intervenção do Estado e pelo reconhecimento da colaboração das empresas na definição das normas de qualidade na educação e a procura da maximização de uma relação dos pais com a escola. Em simultâneo possibilitou-se a formação de mão-de-obra qualificada nas empresas, que escasseava na época. As preocupações educativas conduziram a educação no sentido de modernização da economia e empregabilidade.

O baixo nível de conhecimentos no final do ensino básico e o facto de muitos alunos não completarem a escolaridade obrigatória na idade normal, levou a alterações ao nível do Currículo Nacional do Ensino Básico. Em 1996, o processo iniciou-se com a reflexão participada sobre os currículos do Ensino Básico. Rasga-se, então, com a visão de currículo como um conjunto de normas a cumprir, de forma supostamente uniforme, em todas as salas de

aula, e propôs-se às escolas a apresentação de projetos de gestão flexível do currículo, assim como, de respostas contextualizadas e adequadas às necessidades dos alunos (Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico, 1998).

Procurou-se a construção de um currículo mais aberto e abrangente, adequado a cada contexto, às necessidades, aos interesses e às possibilidades de cada aluno. Um efetivo currículo nacional, entendido como “o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico” (Artigo 2.º do Decreto – Lei n.º 6/2001, p. 3). O currículo, antes organizado por objetivos, passaria agora a orientar-se por um conjunto de competências a adquirir pelos alunos no final do Ensino Básico, ou seja, o currículo fechado deu assim lugar a um currículo aberto. Com a Gestão Flexível do Currículo, a Escola passou a ter a possibilidade de, dentro dos limites do currículo nacional, organizar e gerir autonomamente todo o processo de ensino/aprendizagem adequando-o às necessidades diferenciadas de cada contexto escolar e podendo contemplar a introdução no currículo de componentes locais e regionais (Art.º 1.º do Decreto – Lei n.º 6/2001, p. 1). A educação para a cidadania traduziu-se num princípio inovador do currículo de carácter transversal, em todos os ciclos e com o fim de ajudar na construção da identidade e no desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, através de todas as disciplinas e das situações vividas na escola. A utilização das tecnologias da informação e da comunicação, outro dos pontos inovadores, integra-se também em todos os ciclos e de forma transversal, estando orientada para a formação básica dos alunos e para o apoio às várias áreas e disciplinas do currículo. Um outro aspeto inovador prende-se com a criação das três novas áreas curriculares não disciplinares, referidas anteriormente, também elas de natureza transversal: o Estudo Acompanhado, a Área de Projeto e a Formação Cívica.

O Projeto lançou as escolas e professores perante o desafio da autonomia curricular, onde emerge uma nova cultura profissional assente numa perspetiva de ação coletiva e de trabalho colaborativo, de reflexão e de

partilha de experiências e de responsabilidades. Neste contexto as escolas tinham a possibilidade de promover e gerir formas diversificadas e contextualizadas da oferta curricular para assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória, combatendo a exclusão e abandono escolares.

As turmas de currículos alternativos no ensino básico são criadas pelo Despacho n.º 22/SEEI/96 de 19 de junho, substituído pelo Despacho Normativo n.º 1/2006 de 6 de janeiro que regulamentava os percursos curriculares alternativos. Estes currículos eram direcionados para os alunos com insucesso escolar repetido, problemas de integração na comunidade escolar, risco de abandono escolar e dificuldades de aprendizagem. A criação dos percursos de currículos alternativos aparece assim como uma via inovadora e com inúmeras potencialidades na procura de soluções alternativas ajustadas à diversidade de casos que não se enquadram no ensino regular. Esta opção apresentava-se como uma alternativa, apenas para os alunos que evidenciavam um fracasso no seu percurso regular, e sempre após um período de retenções (um sentido de remediação). Nunca se apresentou como uma via paralela ao currículo regular, de livre escolha. Esta alternativa curricular, de orientação mais vocacional e profissionalizante com carácter mais prático, é entendida por Roldão (2003), como uma simplificação do currículo regular que apesar de ter tido alguma eficácia remediativa perante determinadas situações de risco, no entanto evidenciou um escasso potencial democratizante.

Os percursos curriculares alternativos fizeram parte das políticas de diferenciação curricular, numa linha de recuperação, onde a avaliação dos alunos é contínua e se efetua segundo os critérios de competência. Destinam-se aos alunos até aos quinze anos de idade, inclusive, que se encontrem em situação de insucesso escolar repetido, problemas de integração na comunidade escolar, ameaça de risco de marginalização ou exclusão ou ainda dificuldades condicionantes da aprendizagem. Estes currículos têm por referência o currículo nacional do ensino básico, tanto no que diz respeito às competências gerais e específicas a desenvolver, como no que se refere aos

tipos de experiências educativas a proporcionar a todos os alunos, como o recurso a metodologias de ensino ativas, recorrendo nomeadamente a trabalho prático e de projeto, aprendizagem experimental, visitas de estudo, entre outras.

Com o Despacho Conjunto n.º 453/2004 de 27 de julho, são criados os cursos de educação e formação (CEF). Estes cursos visam desenvolver competências escolares, sociais, técnicas e relacionais, que permitam uma formação equilibrada e adequada aos jovens, conferir o 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade e uma qualificação profissional, promover a autonomia dos alunos ao longo do seu percurso formativo, mediante o estabelecimento de parcerias a nível local. Para além disso, pretende-se a recuperação dos défices de qualificação escolar e profissional desses jovens que lhes possibilite a entrada num mundo de trabalho cada vez mais exigente. Destinam-se a jovens entre os 15 e 25 anos, com retenções no seu percurso escolar, em risco de abandono escolar, situação de abandono escolar ou que já abandonaram a via regular de ensino. Estes alunos possuem habilitações académicas diversas, daí a diferente tipologia de cursos CEF, isto é, nível I, II e III e desde o tipo 1 ao 7, abrangendo várias áreas. Independentemente do nível, todos os cursos CEF integram as mesmas componentes, a saber: sociocultural, científica, tecnológica e prática. Desta maneira, permitem a articulação entre educação, formação e trabalho e exigem a realização de um Estágio de Formação Profissional. Assentam em referenciais de formação e orientações fornecidas pelo Ministério da Educação. A conclusão com aproveitamento de um curso CEF confere certificado de qualificação escolar e profissional, de acordo com o nível e tipo de curso. De resto, são cursos ministrados pelo Ministério da Educação ou em entidades certificadas pelo mesmo órgão de tutela e a sua duração varia de acordo com o tipo de curso.

Desta forma, os cursos de educação e formação sob pretexto de qualificação profissional, constituem uma nova oferta curricular de carácter mais prático e vocacional, limitada a determinado tipo de alunos, insistindo no propósito de remediar o problema do insucesso escolar.

Em qualquer das situações pretendeu-se resolver a diversidade de situações dos sujeitos aprendentes pela via da redução ou simplificação de percursos. Continuamos, no entanto, com uma oferta de remediação, considerada por muitos como discriminatória e restritiva, pois apenas se destina a alunos com idades iguais ou superiores a quinze anos e com um percurso revestido de insucesso. Segundo Pacheco (2008) devemos utilizar o conceito de diversificação curricular para designar formas organizacionais de ofertas educativas, a que correspondem, por exemplo, tipos diferentes de cursos de ensino e modalidades de formação. A opção dos alunos por cursos orientados para o prosseguimento de estudos (e dentro destes os seus ramos de especialização) e por cursos profissionais é uma forma de diversificação curricular, presente também na escola quando os alunos são confrontados com percursos escolares diferentes, na perspetiva de um currículo alternativo. A diversificação curricular consagra, nos espaços educacional e escolar, quer a noção de escolha de alunos, quer a temática do multiculturalismo, entroncando no conceito mais amplo de justiça curricular, isto é, a criação de currículos que não são verdadeiros guetos culturais.

Para além dos planos curriculares do ensino regular, o sistema educativo acresceu ainda à formação escolar, os percursos individuais de estudos e formação, uma formação artística e formação vocacional que substituiu os cursos de educação e formação.

A partir de 2011, com o Ministro Nuno Crato, cumpriu-se nova reforma curricular que apontou para a “redução da dispersão curricular” e reforço da “aprendizagem das disciplinas essenciais”, e de acordo com uma ideologia neoliberal, há disciplinas de primeira e de segunda. A Escola não se pode dar ao luxo de desenvolver todas e, portanto, só pretende assegurar a qualidade das que estão mais diretamente ligadas ao mercado de trabalho: Matemática, Língua Materna, em primeiro lugar, a seguir as Ciências Experimentais (que, contudo, não escaparam à “poda” curricular e orçamental), depois uma Língua Estrangeira (só o Inglês, pois claro, e só por 5 anos) e, finalmente, as Ciências Sociais, para acabar no desmembramento da Educação Visual e

Tecnológica e eliminar quase completamente as Áreas Curriculares não disciplinares. As artes foram desvalorizadas, com a de Educação Visual e Tecnológica (EVT) que após a revisão foi desdobrada em duas, Educação Visual e Educação Tecnológica e deixou de ser lecionada em regime de par pedagógico.

Colocou-se fim à vigência do documento Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais, que desde 2001 foi assumido como a referência central para aquele nível de ensino. As “metas curriculares” que substituíram aquele documento e foram centradas nos conteúdos que os alunos tinham de dominar. Foram definidas para todos os ciclos de ensino as chamadas Metas de Aprendizagem. Tratou-se de um referencial comum para o ensino e a aprendizagem, centrado no currículo nacional, único e obrigatório, apoiado numa forte política de utilização obrigatória de manuais escolares e com a finalidade de orientar as práticas docentes. Claro que isto também pressupôs a continuação dos cursos profissionais (alguns com tecnologia e equipamento, outros meramente de papel e lápis, já que eram muito poucas as escolas que tinham equipamentos atualizados em termos de maquinaria para os cursos profissionais) para os alunos que não conseguiam ser formatados para a aprendizagem com sucesso dos cursos com “conteúdos disciplinares centrais”. Houve aqui, logicamente, seleção social e contradição com a preparação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se tornou os 12 anos de escolaridade obrigatória num ensino a duas velocidades a partir do 3º Ciclo do Ensino Básico.

Com o Decreto-Lei 139/2012 de 5 de julho, foram criados os cursos vocacionais (regulamentados pela Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro), com o objetivo de oferecerem condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória, a redução do abandono escolar precoce e o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades, científicas, culturais e de natureza técnica, prática e profissional que permitam uma melhor integração no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos. Estes cursos procuram articular a componente pedagógica com uma forte formação em

contexto de trabalho (nas empresas). Cabe às escolas escolher o tipo de atividades vocacionais destes cursos, desde que cumpridas as metas e perfis de saída. Os cursos vocacionais entraram em funcionamento, de modo experimental, e apenas a nível do Ensino Básico, no ano letivo 2012/2013, em doze escolas do país, destinando-se a jovens com idade igual ou superior a treze anos que revelem insatisfação com os estudos do ensino regular e que procurem uma alternativa a este tipo de ensino, designadamente aqueles alunos que tiveram duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções em ciclos diferentes. Mas será responsável abrir a via vocacional a crianças a partir dos treze anos? A antecipação da idade de escolha do percurso vocacional para os 13 anos está em clara contradição com os princípios instituídos na Lei de Bases do Sistema Educativo e em contraciclo com a tendência seguida um pouco por toda a União Europeia, de atrasar a entrada dos estudantes nos percursos vocacionais. Será esta alternativa um verdadeiro caminho paralelo, ou um beco sem saída? Ou será um castigo? Com a múltipla oferta de cursos, estamos perante uma verdadeira diferenciação curricular? A oferta é pensada para os alunos? Porquê, os alunos com sucesso escolar não podem optar por esta via? Os cursos vocacionais de nível básico podem ser completados num prazo de um ou dois anos, a carga horária global (relativamente aos CEF) baixou para 1100 horas, das quais apenas 220 são ocupadas pela lecionação de Português e Matemática. A estratégia do Governo parece ser assim a de estimular a permanência na escola de alunos em situação de insucesso escolar, através da criação de uma oferta educativa de menor qualidade e estatuto social que não garante a equidade no final do ensino básico e a igualdade no acesso ao ensino secundário.

Quaisquer que sejam as ofertas, o Ministério da Educação e Ciência pretende que se articulem as necessidades e expectativas do aluno, com os projetos educativos da escola e com as características do tecido empresarial. No entanto muitos dos cursos vocacionais são desenvolvidos dentro das escolas devido às dificuldades do tecido empresarial português para absorver

os alunos, dificultando à partida o objetivo definido inicialmente, o de propiciar uma melhor integração no mercado de trabalho.

O ensino vocacional tem vindo a substituir os cursos de educação e formação, e a grande diferença traduz-se na antecipação da idade de escolha do percurso vocacional para os 13 anos. Mantendo-se como uma oferta restritiva e de remediação, para alunos com idades iguais ou superiores a 13 anos e duas retenções no mesmo ciclo ou três em ciclos diferentes. Os cursos vocacionais podem ser completados num prazo de um ou dois anos, colocando a carga horária global de cursos semelhantes, numa interessante discrepância de 1100 horas. O que nos induz questionar, se estão garantidas as reais possibilidades de retorno à frequência das vias regulares no ensino secundário? Os alunos que concluem os cursos vocacionais podem passar para o secundário sem realizarem os exames nacionais do 9.º ano, se optarem por prosseguir nesta oferta ou escolherem um curso profissional. Mas para reintegrarem o ensino regular, mais vocacionado para a continuidade de estudos no superior, já são obrigados a realizar as provas finais de Português e Matemática. Será ainda que, com o aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos, os alunos estarão a ser arditosamente conduzidos para uma formação essencialmente técnica e profissionalizante?

Nos cursos vocacionais do ensino básico, os programas das disciplinas assentam numa estrutura modular dos conteúdos da formação. Compete às escolas assegurarem a elaboração dos programas das disciplinas das componentes de formação geral, complementar e vocacional. As disciplinas das componentes de formação geral e complementar são organizadas de forma articulada com a componente vocacional, e devem ter como referência, sempre que possível, as metas curriculares a atingir no 3.º ciclo do ensino básico. Uma organização modular dentro de áreas ou matérias pode ser um recurso, menos discriminatório que outros, de tratar a diversidade de alunos dentro de um nível educativo ou de um mesmo grupo deles. A estrutura modular de uma matéria ou área permite distinguir partes essenciais comuns para todos de partes equivalentes, mas diferentes entre si, que podem ser

objeto de escolha para os alunos, estabelecer módulos de desenvolvimento para alunos adiantados. O módulo marca ciclos de atividade para conteúdos com uma coerência interna, assegura o significado de certos objetivos e parcelas curriculares, o que pode ocasionar a programação da avaliação que o professor realiza do aluno, o diagnóstico do progresso do mesmo e a regulação da sua promoção dentro do sistema escolar, como unidade intermediária entre tópicos parciais e matérias ou áreas de curso completo sendo até uma ajuda reguladora para a atividade do professor.

Os módulos são unidades pequenas mais fáceis do aluno dominar e estão feitas para motivar os que se encontram cansados da escola. Um curso estruturado modularmente pressupõe que o conjunto do currículo, que cobre o equivalente a vários anos do programa, seja estruturado numa série de módulos, definidos como espaços de tempo de formação caracterizados cada um por uma unidade temática e por objetivos de formação definidos e que seja interligado como um todo (Perrenoud, 2000, p. 131).

No presente a Portaria n.º 341/2015, de 9 de outubro (que substitui o Decreto-Lei 139/2012 de 5 de julho) cria e regulamenta as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível Básico e de nível Secundário nas escolas públicas e privadas sob tutela do Ministério da Educação e Ciência. Os cursos vocacionais de nível básico continuam a ser dirigidos a jovens que frequentam o ensino básico, privilegiando uma formação geral idêntica aos cursos gerais e com as restantes componentes do currículo articuladas e orientadas para um ensino mais prático que permitam uma orientação dos jovens para o prosseguimento de estudos e uma sensibilização para o mundo do trabalho. Destina -se a alunos com pelo menos 13 anos de idade, no entanto simplifica as condições de acesso, restringindo-se a pelo menos uma retenção no percurso escolar ou jovens que se encontrem já identificados como estando em risco imediato de abandono escolar e que pretendam reorientar o seu percurso escolar para uma oferta educativa de carácter mais prático. A conclusão de um curso vocacional de 3.º ciclo do ensino básico confere direito à emissão de um

certificado de qualificações e um diploma que certifique a conclusão do ensino básico. São mantidas as restantes normas esplanadas no anterior Decreto-Lei.

As peças deste gigantesco puzzle estão agora a aproximar-se: currículo único e obrigatório, metas educativas, exames nacionais em todos os ciclos, avaliação externa nas escolas cuja gestão deve ser orientada para os resultados, avaliação de desempenho docente em função dos resultados, rankings de escolas, gestão das escolas com base em critérios de eficiência, eficácia e competição, ênfase na liderança unipessoal das escolas, políticas avaliativas orientadas numa ótica de prestação de contas, encerramento de escolas, formam parte de um todo forjado ao longo das últimas décadas e que este governo se propõe agora unificar.

2.2 DIVERSIFICAÇÃO CURRICULAR

Com a democratização do acesso à escola, tornou-se mais visível, tanto a heterogeneidade social como o processo seletivo da escola. As crianças originárias de meios mais desfavorecidos e de famílias com diminutos rendimentos e reduzido nível de escolarização tendem a abandonar precocemente o sistema escolar, com todas as consequências pessoais e sociais que daí resultam, e que se perpetuam ao longo de toda a sua vida. Torna-se importante perceber que políticas educacionais são adotadas para minimizar a desigualdade presente nas escolas, desde logo a desigualdade social, mas também a desigualdade pessoal, pois os jovens são todos diferentes e merecem da sociedade o acolhimento, o respeito e a validação das suas criativas singularidades. A tendência do passado e presente nacional baseia-se em criar diferentes oportunidades educacionais para diferentes crianças e jovens, em função de processos de avaliação promovidos pelas próprias organizações educativas escolares do ensino básico,

sucesso/insucesso e orientação escolar, com fraco envolvimento das famílias. Estas diferentes oportunidades resumem-se atualmente a mecanismos de apoio e recuperação de dificuldades de aprendizagem e formação de turmas de cursos vocacionais, com um currículo diferenciado. E será que a formação destas turmas ao se afastarem do currículo regular, não serão uma forma de agravar as desigualdades sociais de partida?

A igualdade de oportunidades educativas, não se limita a assegurar a igualdade de acesso à escola, mas acautelar oportunidades semelhantes de êxito.

A incapacidade da escola oferecer a todos os alunos e alunas uma boa educação relaciona-se directamente com a sua incapacidade para lidar eficazmente com a heterogeneidade do público-alvo da sua ação. Heterogeneidade que resulta de diferenças com origens várias: a origem socioeconómica; o domínio da linguagem de comunicação da escola; a proximidade ou afastamento com a cultura inscrita no currículo escolar; as perceções do papel da escola no futuro dos indivíduos; as expectativas em relação à escola e ao futuro social; a pertença a etnias e/ou culturas minoritárias; as deficiências de vários tipos e grau; as diferenças de rendimento escolar; a singularidade de cada indivíduo (Diogo, 2004 conferência de Mangualde).

Qualquer que seja a ideia que se tenha da diversidade, no presente, ela é um fenómeno incontornável na escola, suscitando vários tipos de resposta em vários planos, tanto a nível político como académico. As linhas diretoras internacionais sobre política educativa sublinham a ideia de que a escola é para todos, no entanto verifica-se que nem todos beneficiam deste direito constitucional. Esta conjuntura é fruto das formas de discriminação existentes, mas também das várias barreiras elitistas evidenciadas na organização curricular.

A questão da diversidade dos públicos escolares constitui-se como o nó central de toda a complexa relação da escola com a sociedade e das dificuldades com que se confronta no seu desempenho educativo e curricular. Os professores confrontam-se diariamente, quer com as situações de diversidade sociocultural acrescida de alunos e contextos, quer com as medidas políticas, os normativos e alguma informação teórica difusa que

lhes transmitem alguma familiaridade com a ideia de diferenciação curricular, convocada como aparente via ou solução para uma variedade de questões do exercício da profissão docente (Roldão, 2003, p. 7).

A obrigatoriedade de frequência expressa no sistema educativo não corresponde na totalidade ao seu cumprimento, pois muitos alunos abandonam a escola antes de completarem a escolaridade obrigatória e outros embora estacionem no sistema de ensino não obtêm sucesso.

As grandes questões educativas no presente centram-se na forma como a escola (enquanto organização) lida com as diferenças culturais e sociais, cada vez mais evidentes nos seus espaços.

Problemática que surgiu com a massificação escolar, perante a qual emerge “a necessidade e dificuldade de adequar de forma satisfatória as respostas da escola, enquanto instituição curricular, e dos professores, enquanto profissionais do currículo, às funções socialmente esperadas da escola” (Roldão, 2003, p. 9).

A falta de trabalho, o desemprego e o emprego precário parecem ser realidades inevitáveis no atual modelo económico. As escolas encontram-se pressionadas pelas famílias e por esta realidade social exigindo que os alunos recebam da escola uma preparação que lhes permita penetrar no mundo do trabalho. Este panorama, por mais que as pessoas o considerem como cada vez mais natural e inevitável, é também consequência de propósitos políticos e económicos mais amplos. A preocupação da articulação da educação com a economia tem dirigido algumas das atuais políticas educativas, em que o êxito e a qualidade da formação recebida na escola são julgados em função dos resultados académicos dos alunos.

Uma educação cuja preocupação seja os valores da cidadania, a igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso, a participação na construção do futuro da sociedade, terá de tomar posições que façam frente às necessidades da maioria da população e que respeitem as diferenças, não se limitando às exigências economicistas.

Gerir o currículo pressupõe diferenciar as opções de cada escola para responder melhor ao seu objetivo e diferenciar os projetos curriculares das

turmas ou grupos de alunos para garantir uma aprendizagem bem-sucedida. Diferenciam-se os métodos pedagógicos e as atividades para corresponder aos pontos de partida dos alunos e às diferentes vias de acesso para que, assim, todos eles cheguem a um nível mais elevado de aprendizagem. Diferenciar não equivale a hierarquizar metas mínimas para aqueles que se apresentam como diferentes da maioria dos alunos – mas antes tentar por todos os meios, os mais diversos, que todos cheguem a dominar o melhor possível as competências e saberes de que todos precisam na sua vida pessoal e social. A diferenciação curricular procura desta forma garantir que as competências de saída em cada ciclo sejam alcançadas por todos os alunos, mesmo que os percursos sejam diferentes entre si. O objetivo é orientar adequadamente e com sucesso a construção diferenciada da aprendizagem de cada um, relativamente ao currículo comum, visando o melhor acesso de todos à plena integração na sociedade a que pertencem (Roldão, 2003).

Para Zabalza (2000), o currículo deve ser encarado como um importante instrumento de ajuda à construção de uma nova sociedade, mais nivelada social e economicamente, de modo a facilitar o desenvolvimento pessoal do indivíduo, inserindo a diversificação curricular numa política educativa baseada na filosofia da igualdade. Assim, do ponto de vista da igualdade de oportunidades, afirma que procurar a diversificação curricular apenas como meio de remediação dos sucessivos fracassos dos alunos e consequentes problemas comportamentais, representaria um claro retrocesso.

Segundo Pacheco (2008), o currículo deverá ser um projeto deliberativo que envolve a construção de propostas adaptadas a partir do currículo nacional ou elaboradas a partir de estratégias de diversificação como por exemplo: diferenciação de conteúdos, medidas de apoio pedagógico acrescido, tutorias, flexibilização de critérios de avaliação e projetos curriculares. A diversidade não corresponde à individualização da aprendizagem nem à reorganização das situações de aprendizagem face às capacidades interesses ou motivações dos alunos. A diversidade curricular é uma questão ética que depende de muitos interesses mas que não pode

servir para estigmatizar e desnivelar pedagógica e socialmente os alunos. A diversificação curricular, porque é um conceito amplo, deverá ter como referente o currículo nacional e dependerá da autonomia da escola e do professor. Pressupõe a organização de ofertas educativas com diferentes tipos de cursos, de ensino e modalidades de formação.

Na educação, as respostas à diversidade e à diferença estão relacionadas com: a luta contra as desigualdades, a escola para todos, a crise de valores tradicionais, as respostas face ao multiculturalismo e à integração das minorias étnicas, o diálogo com as religiões, costumes e línguas, a luta pela autonomia dos indivíduos, os debates científicos sobre o desenvolvimento psicológico divergente e as suas influências na aprendizagem, a polémica sobre a educação compreensiva, as possibilidades de manter nas mesmas aulas crianças com diferentes capacidades e ritmos de aprendizagem, para além da constante legislação com revisões do sistema e das práticas.

Com a definição de políticas curriculares que promovam a igualdade na diversidade, ou seja, a que corresponda uma escola para todos, a igualdade é reconhecida como fator de validação social da escola e a diversificação é entendida como pluralidade de caminhos que não conduzam à discriminação e à desigualdade. A escola deve proporcionar a todos os jovens que a frequentam, oportunidades para o desenvolvimento de capacidades de pensamento, expressão, tolerância, crítica e comunicação, para uma integração plena na sociedade.

No relatório da UNESCO "Educação - Um tesouro a Descobrir", a Comissão sugere que entre as diferentes vias oferecidas aos jovens devem constar as clássicas, mais voltadas para a abstracção e conceptualização, mas também outras que, enriquecidas pela vantagem da alternância entre a vida escolar e vida profissional ou social, dêem azo à revelação doutros talentos e gostos. Em qualquer dos casos, haverá sempre que estabelecer pontes de ligação entre estas possibilidades de realização, de modo a corrigir-se os frequentes erros de orientação (Delors et al., 1998, p. 23).

Com a valorização de talentos é possível promover o sucesso e possibilitar que os jovens tenham perspectivas para o futuro.

Segundo Sousa (2010), a investigação tem demonstrado de forma veemente que a diferenciação curricular estratificada propicia as desigualdades entre alunos em termos de acesso a uma educação de qualidade, além de não causar melhorias significativas de aproveitamento.

Não obstante, há alguns registos de casos em que os alunos encaminhados para vias de estudo menos prestigiadas melhoraram o seu aproveitamento escolar em escolas onde se praticavam sistematicamente estratégias de apoio, incentivo e comunicação de expectativas elevadas aos alunos em situação de maior dificuldade na aprendizagem (Sousa, 2010, p. 23).

Esta diferenciação curricular estratificada corresponde, pois, à criação de vias curriculares diferentes para alunos agrupados tendo em conta uma característica comum. Estes agrupamentos estabelecem-se em categorizações ou classificações que, na maior parte das vezes, são muito redutoras, uma vez que se centram numa única característica que diferenciaria esses alunos dos restantes, quando, na realidade, existem múltiplas diferenças entre os alunos dos grupos assim formados, diferenças que atuam simultaneamente em termos de aprendizagem. Esta abordagem da diferenciação curricular centra-se, pois, na categorização das diferenças e na reorganização dos alunos em grupos formados a partir de uma característica considerada determinante e que pode estar relacionada com a etnia, a língua materna dos pais, a classe social de origem, a zona em que residem, as classificações escolares anteriores, o tipo de capacidades ou dificuldades num determinado momento, o tipo de comportamentos e atitudes.

“Diferenciar é estabelecer diferentes vias, mas não pode ser nunca estabelecer diferentes níveis de chegada por causa das condições de partida” (Roldão, 1999a, p. 53).

Partindo do princípio que a diversificação e diferenciação curricular são utilizadas pelos profissionais de ensino no sentido de promover a inclusão e equidade perante as diferenças entre os alunos, é fundamental aprofundar o

conhecimento dessas diferenças, desenvolvendo assim um trabalho sólido. Partindo de caracterizações simplistas a diferenciação estará condenada ao fracasso. Segundo Diogo (2008) a diversificação curricular pode corresponder a uma multiplicidade da oferta educativa, constituída por cursos e currículos desviantes em relação ao currículo regular, normalmente orientados para interesses práticos imediatos. Por outro lado a diferenciação curricular é uma individualização dos percursos, no sentido de adequar o currículo a cada sujeito, tendo em conta as suas características.

Porém, diversificar e diferenciar não deverá reduzir ou simplificar o currículo regular, antes definir estrategicamente percursos de aprendizagem diferenciados, que permitam a cada um dos alunos progredir no currículo com vista ao sucesso escolar.

Vários estudos, na Sociologia da Educação, têm-se debruçado sobre a questão das desigualdades sociais e escolares e o efeito que a primeira tem na segunda. A teoria da reprodução social desenvolvida por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970) é um exemplo. Estas teorias consideram a articulação entre resultados escolares e origem social dos alunos, colocando como ponderadores os efeitos internos das escolas (cultura escolar) e os fatores externos (cultura familiar), sendo o desencontro entre estes dois níveis que, de alguma forma, pode explicar as desigualdades escolares identificadas nos alunos de classes sociais menos favorecidas. Os cursos vocacionais são procurados essencialmente por alunos oriundos de classes sociais desfavorecidas. Nesta perspetiva teórica, os mecanismos escolares tendem a assegurar a reprodução das desigualdades, em vez de contornarem e atenuarem as mesmas. Na continuidade deste pensamento, a introdução de cursos vocacionais nas escolas públicas parece ser uma medida que mais do que uma diversificação, procura disponibilizar o acesso à escolarização a um conjunto amplo de alunos, não considerando, no entanto, as suas diferenças, tende a deslocalizar a preocupação política para a questão da equidade, isto é, a disponibilizar diferentes alternativas e estratégias no sentido de

proporcionar o sucesso escolar. Deste modo o objetivo principal é sobretudo, o sucesso escolar de um maior número de alunos.

A primazia por uma escola vocacionada para a formação para a diversidade continua a ser reafirmada nos normativos mais recentes, que expressam a necessidade de se implementarem percursos curriculares diversificados, que tenham em consideração as necessidades dos alunos, na procura de salvaguardar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão. É a partir destes objetivos e a facilitação da integração dos alunos no mercado de trabalho que são constituídos os cursos vocacionais. Partindo desta leitura, podemos concluir que o grande propósito político é o de uma escola inclusiva e formadora. No entanto se o analisarmos detalhadamente, observamos que a diversificação curricular se restringe a uma via alternativa para alguns alunos, que obrigatoriamente no seu percurso escolar evidenciem situações de fracasso, geralmente oriundos de classes sociais desfavorecidas, e que por via do poder deliberativo de alguns docentes, os agrupa em turmas heterogêneas quanto aos problemas sociais, mas homogêneas se atendermos ao currículo, mediante a colaboração dos serviços de psicologia e orientação. Numa escola que procura a defesa dos princípios da equidade, igualdade, formação global e diferenciação, no respeito pela individualidade de cada aluno, as suas práticas caminharão no mesmo sentido do seu discurso? Será que a melhor forma de inclusão, agrupar os alunos com insucesso na mesma turma, desviando-os dos restantes. Ou poderemos chamar a estas práticas uma exclusão para dentro da escola.

Uma política curricular igual e diversificada é a situação ideal em qualquer sistema educativo democrático que salvasse a existência de uma escola pública para todos os alunos. A igualdade é reconhecida como fator de legitimação social da escola e a diversificação como uma pluralidade de caminhos que não conduzam à discriminação e à desigualdade (Pacheco, 2008, p. 204).

Levin (2003), no seu estudo para o programa “Equity in education”, da OCDE, afirma que as vias ou percursos escolares mais integrados e flexíveis,

combinados com um elevado nível de apoio individualizado dos professores, parecem conduzir a melhores resultados e a uma melhor distribuição das oportunidades educacionais. As elevadas diferenças de desempenho e de estatuto social entre escolas tendem a conduzir os estudantes mais desfavorecidos, em termos de origem socioeconómica, a piores resultados, os alunos tendem a obter melhores resultados em escolas com elevadas expectativas, onde se aprende com entusiasmo, onde o clima disciplinar é rigoroso e existem boas relações alunos – professores. Urge colocar nova questão: que meios deverão ser colocados à disposição das escolas com piores resultados? Por isso, mais relevante que os caminhos educativos na promoção de um ensino-aprendizagem de qualidade, será mais determinante a qualidade do tipo de pedagogia e de pedagogos. De facto, a qualidade implica, entre outros aspetos, a adoção de outro quadro pedagógico, a afetação de recursos, a colocação de bons professores, a liberdade e a autonomia pedagógicas das escolas para organizar as respostas mais adequadas a cada situação de cada aluno (Levin, 2003). A qualidade e equidade deveriam estar sempre presentes na missão da escola. As políticas de promoção da equidade só serão eficazes se forem de encontro à diversidade de personalidades, interesses, aptidões e expectativas, se forem impulsionadoras de propostas educacionais de qualidade para cada um e para todos.

Partindo do conceito de diversificação curricular para designar diferentes ofertas educativas, um currículo regular (com carácter mais teórico e desenvolvimento académico) e diferentes ofertas vocacionais (com carácter mais prático e desenvolvimento de habilidades). Procurar oferecer aos alunos uma via de ensino clássica, que valoriza um ensino-aprendizagem assente numa metodologia de ensino mais teórica e em paralelo uma via de ensino mais prática, que possibilitará a continuidade de estudos pela via profissional no ensino secundário. Esta diversificação poderia ser desenhada a partir de conhecimentos/competências estruturantes comuns, mas seguindo percursos paralelos que conduzam os alunos no respeito da sua individualidade e

escolha (sem restrições de acesso) a um verdadeiro conhecimento analítico-crítico.

2.3 AUTONOMIA DA ESCOLA

O conceito de autonomia, a par de outros como participação, territorialização, projeto educativo, entraram no discurso, quer da Administração Central, quer das escolas, sobretudo a partir de 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

A palavra autonomia é usualmente associada ao conceito de liberdade e ao direito de decisão que, de uma maneira geral, refere-se às entidades que se auto governam, que são autónomos.

Por se considerar que a escola é o espaço fundamental de aprendizagem pela contribuição que pode dar ao desenvolvimento da sociedade, começa a entender-se que não pode ser o poder central a determinar o que a escola deve ensinar, embora, como macro-sistema tenha a função de regulação, garantindo a todos a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso, evitando assim que a diversidade possa contrariar o princípio democrático fundamental consignado na Constituição da República de que “Todos têm o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar” (n.º 1 do art.º 74).

Em Portugal, devido à inoperância do ensino unificado, adotado pelo sistema político em meados da década de 1970, logo surgiram críticas à existência de currículos vindos da administração central, baseadas em lógicas uniformes e uniformizantes que ignoravam as realidades locais e, por isso, desajustados dos contextos onde eram implementados. A vontade de fazer da escola um espaço para todos os grupos sociais e culturais, que a começavam a frequentar, alertou para a injustiça e inadequação do processo de seleção dos conhecimentos, que ignorava as novas realidades e que continuava a basear-

se numa organização e conceções curriculares com pouca relação com os contextos e experiências da população dos diversos territórios locais.

No sistema educativo português, o contexto das políticas globais de gestão local e o reforço da autonomia da escola constitui-se num processo de decisão ao nível legislativo e político assente numa lógica de procedimentos, resultante das diferentes lógicas de posição no interior do aparelho administrativo e governamental. É possível agrupar os interesses do reforço da autonomia em torno de quatro lógicas: a lógica comunitária serviu de referência à formulação dos princípios constantes no diploma legislativo; a lógica de mercado serviu para legitimar as medidas tomadas junto da opinião pública, sublinhando a importância da sociedade civil, a redução do papel do Estado e a promoção da eficiência, eficácia, qualidade e gestão das escolas; a lógica corporativa serviu para ultrapassar resistências sindicais no que respeita ao aumento da representação dos professores nos órgãos de gestão e limites à participação dos pais e autarquias; a lógica estatal serviu para justificar as medidas de reforço de autonomia das escolas e mudança de gestão do Estado, no quadro dos processos de modernização educativa e de desburocratização garantido, ao mesmo tempo, a preservação da influência dos serviços da administração central e local, aperfeiçoando os mecanismos de controlo exercido sobre o funcionamento das escolas – designadamente no domínio financeiro e avaliação dos resultados (Barroso, 1999).

O processo de descentralização e a prática dos seus princípios estipula a democratização da vida das escolas e depende da participação e envolvimento de todos os parceiros educativos, sendo necessário existir espaços de consenso, liberdade, partilha e responsabilização, no sentido da descoberta e da definição de políticas educativas que desenvolvam a formação integral dos cidadãos e colaborem para o desenvolvimento das sociedades.

Em Portugal, foi a publicação do decreto-lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro que veio levantar a discussão em torno da autonomia e determinar que a mesma se constitua através de competências próprias em vários domínios:

cultural, pedagógico, administrativo e financeiro. Relativamente ao domínio pedagógico, tal como se determina no citado decreto-lei, a autonomia verifica-se a partir da gestão de currículos, programas e atividades educativas, avaliação, orientação e acompanhamento dos alunos, gestão dos espaços e tempos escolares e formação e gestão do pessoal docente. Esta nova ótica sobre a gestão curricular procurou uma sucessiva transferência de competências de decisão para a escola e para os professores, sobretudo ao nível do trabalho desenvolvido com os alunos, em conjunto com a comunidade em que a escola estava inserida. A conexão da autonomia da escola, e particularmente da autonomia curricular, relativamente a um contexto específico, originou a territorialização das políticas educativas, envolvendo de forma essencial os atores sociais e educativos. A autonomia curricular emerge no espaço da autonomia da escola materializando-se na elaboração de um projeto educativo deliberativo, sob compromisso de todos os participantes na vida escolar e adaptando as características e os recursos da escola às aspirações da comunidade em que se insere.

Apesar da implementação das medidas de política educativa assumidas como determinantes para o reforço da administração e gestão das escolas, o poder central deve continuar a incentivar a criação de condições tendentes à mobilização de capacidades e iniciativas locais, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais. A gestão baseada na escola não garante por si uma melhoria, se não for acompanhada de apoios e recursos, para além de que pode dar lugar a um aumento das desigualdades entre umas escolas e outras, sem ficar assegurada a equidade do serviço público educativo. Neste sentido e apesar da transferência de poderes, o Estado não pode demitir-se da sua função ao assegurar o direito à educação, devendo desencadear os mecanismos de regulação que o garantam. A descentralização não pode pôr em causa a manutenção do controlo, por parte do Estado. Por isso as propostas de descentralização aparecem associadas ao reforço das formas de avaliação.

Embora exibindo um discurso baseado em pressupostos descentralizadores e centrado na importância da autonomia, o que se tem vindo a verificar é que a administração central continua a definir o que se ensina, quando se ensina, como se ensina, quando e como se avalia, remetendo a escola para uma lógica de cumprimento daquilo que continua a prescrever. De facto, a escola ainda não conseguiu deixar de “estar sujeita à reafirmação do controlo administrativo, ou seja, à lógica de recentralização das práticas curriculares” (Pacheco, 2003, p. 131).

Dotar as escolas de uma autonomia autêntica significa contribuir para que a liderança, o projeto educativo, a comunidade escolar e a qualidade se afirmem como impulsionadores de melhores aprendizagens, de melhor desenvolvimento pessoal e social e de mais coesão. A autonomia aprende-se com a prática, com o diálogo entre os intervenientes, com a responsabilidade, com a participação, com a proximidade e com uma avaliação rigorosa e independente. Todas as escolas devem libertar-se da lógica de dependência e de centralização. Todas as escolas deverão estar aptas a receber novas responsabilidades (na administração, na pedagogia, na gestão de recursos materiais). Os contratos de autonomia terão de ser diferenciados e terão de nascer e ser aplicados de acordo com as condições concretas de inserção da escola no meio e da articulação com a comunidade. Para Barroso (2006), a autonomia das escolas tem por objetivo alcançar o autogoverno, a autonomia financeira, orçamental e administrativa.

Uma verdadeira autonomia, procurará atribuir à escola e aos professores funções que se afastam do simples cumprimento do que é prescrito a nível nacional. Permitir que o currículo e os seus elementos mais substantivos sejam selecionados e organizados de forma a corresponder às situações reais, mobilizando-se os recursos locais, envolvendo-se as escolas e os seus agentes na procura de caminhos que se adequem a esses contextos reais, proporcionando aprendizagens significativas para todos os alunos, incorporando uma multiplicidade de situações e a flexibilização de trajetos e meios de formação. De acordo com Leite, Gomes e Fernandes (2001),

entende-se a escola como lugar de decisão, com um espaço de reflexão e de diálogo entre os vários atores, favorecendo a manifestação de uma cultura escolar cuja origem se constitui nas dimensões do ser, do estar, do fazer, do conviver, do comunicar, do aprender e do fazer aprender.

Atualmente, é frequente ouvir-se falar da crise da escola e mesmo da profissionalidade dos professores. Neste sentido, parte-se do princípio de que a falta de autonomia dos professores explica muito dessa tão falada crise. Interessa aqui clarificar que, quando se fala de autonomia curricular dos professores, não se pretende excluir o papel normativo da administração central, mas, antes, reconhecer o papel do professor como agente social ativo, participativo e que faz uma permanente reflexão crítica sobre as suas práticas.

CAPITULO III ESTUDO EMPÍRICO

Neste capítulo, apresentam-se as principais razões e alguns fundamentos teóricos que justificam a nossa opção pelo recurso aos métodos de investigação quantitativo e qualitativo. Seguidamente, apresenta-se a opção pelo estudo de caso e a respetiva fundamentação teórica, as condições de realização do estudo, caracteriza-se o Agrupamento onde desenvolvemos trabalho de campo, os sujeitos que constituem a amostra e refere-se a técnica de recolha e análise dos dados.

3.1 METODOLOGIA

Neste projeto de investigação em educação privilegiaremos essencialmente uma metodologia qualitativa, mas recorrendo também à metodologia quantitativa. A vertente qualitativa do nosso estudo advém do facto deste decorrer no ambiente natural da escola. A investigação qualitativa valoriza bastante a prática da recolha da informação e os modos de construção subjetivos da realidade, sem a pretensão de que os resultados sejam suscetíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles possam ser generalizados (Bogdan & Biklen, 1994).

A investigação qualitativa é descritiva (...). Os resultados escritos da investigação contém citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias (...). Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registados ou transcritos (Bogdan & Biklen, 1994, p.48).

A escolha da investigação qualitativa, cujo foco é a compreensão mais profunda dos problemas, investigar o que conduz a determinados

comportamentos, atitudes e/ou convicções. Este tipo de investigação pode gerar boas hipóteses de investigação uma vez que se trata de uma metodologia que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das perceções pessoais. Os estudos qualitativos são descritivos e os dados obtidos sob a forma de palavras são analisados em toda a sua riqueza, respeitando-se a forma como foram registados ou transcritos. A investigação qualitativa fornece informações acerca do processo de ensino-aprendizagem que de outra forma não se podem obter.

A opção pelo método quantitativo deve-se ao facto de querermos estudar um número considerável de indivíduos, todos os alunos que frequentam os cursos vocacionais e os representantes (delegado e subdelegado) de todas as turmas do ensino regular do 3º Ciclo. O método quantitativo está orientado para a utilização de inquéritos por questionários estruturados predominantemente com questões fechadas, daí a utilização no nosso estudo, deste instrumento para inquirir os alunos representativos de cada tipologia de ensino, regular e vocacional. No entanto procuramos enquadrar no inquérito por questionário perguntas abertas, onde o seu tratamento é de carácter qualitativo.

A opção pela utilização das duas abordagens, qualitativo e quantitativo, em detrimento de uma abordagem de ordem meramente quantitativa, deve-se à investigação quantitativa ser bastante limitadora quanto às suas conclusões. Como profissionais de educação, atuando nesse mesmo contexto e vivendo, no dia-a-dia, os problemas reais dos alunos e professores, verdadeiros atores deste processo, pareceu-nos que teria sido bastante redutor fazer um estudo em que os dados apresentados fossem meramente estatísticos e de ordem quantitativa, ou seja, simples dados numéricos.

Apesar de a nossa investigação ser eminentemente qualitativa, a informação que obtivemos foi de uma análise quer qualitativa, quer quantitativa. Isto é, socorremo-nos da análise qualitativa para tratamento da informação obtida pelas entrevistas e questionários, e tratamos parte da informação recolhida pelos questionários de forma quantitativa, quando

apresentamos uma análise estatística através de tabelas de frequência/percentagem sem deixar de fazer uma análise interpretativa das mesmas.

Esta investigação qualitativa/quantitativa enquadra-se num estudo de caso, partindo-se do pressuposto que este tipo de estudos incide sobre realidades bem definidas e com uma especificidade própria. O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Como método de investigação, o estudo de caso permite retratar a realidade com clareza e profundidade a partir da observação das mais diversas dimensões recorrendo o investigador à recolha de uma enorme variedade de informações que lhe permitam obter os dados necessários à sua investigação. O estudo de caso pretende ser a ilustração mais completa possível de uma dada situação, proporcionando uma imagem precisa dos fenómenos atuais e contribuir para a compreensão das suas causas. Para tal, é necessário descrever e, depois, analisar os exemplos situados no seu próprio contexto, baseando-se este tipo de análise em múltiplas fontes de informação. No nosso estudo empírico pretendemos cumprir as características fundamentais que um estudo de caso deve possuir: particular porque se focaliza numa determinada situação devidamente contextualizada; descritivo porque se pretende que o produto final corresponda a uma descrição detalhada, feita pelos vários atores, sobre a forma de desenhar a diversificação/diferenciação curricular; heurístico porque conduz a uma melhor compreensão do fenómeno que está a ser estudado; indutivo porque sendo um estudo de caso particular, permite conhecer por comparação com outros casos as regularidades existentes.

O público-alvo será: alunos do ensino básico; Coordenadoras de Departamento; Coordenador de Cursos Vocacionais; Diretora do Agrupamento; Presidente do Conselho Geral e Serviço de Psicologia e Orientação. Privilegiaremos a recolha de dados através de inquérito por

entrevistas semi-estruturadas (com guiões) e inquéritos por questionário, assim como recolha e análise documental (para a contextualização do Agrupamento). A entrevista semiestruturada, com perguntas guia, não é totalmente aberta nem orientada e é pertinente para analisar o sentido que os indivíduos dão às suas práticas e aos acontecimentos, permitindo a reconstituição de experiências e acontecimentos passados (Quivy & Campenhoudt, 2008). O inquérito por questionário é um meio rápido e económico de recolher dados, mas a sua conceção e aplicação revela grandes cuidados (Bell, 2008). As vantagens encontradas no método do questionário prendem-se com a possibilidade de quantificar dados e proceder a relações entre eles bem como satisfazer a exigência de representatividade do conjunto dos inquiridos e, ainda, a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder a numerosas análises de correlação. A sua aplicação possibilitou chegar a um grande número de indivíduos num curto espaço de tempo, permitindo o estudo de significativas quantidades de informação através do tratamento estatístico das respostas dos inquiridos e mesmo análise de conteúdo. As desvantagens são algumas, como a superficialidade das respostas que não permitem a análise de certos processos, apresentando-se os resultados, muitas vezes, como simples descrições, desprovidas de elementos profundos de compreensão (Quivy & Campenhoudt, 2008). Procuraremos desenvolver um formato cuidado para encorajar a leitura e resposta, com instruções claras e letras datilografadas, maiúsculas, diferentes do restante questionário. As questões mais delicadas serão as últimas e as mais simples as iniciais, elaboradas com linguagem simples (Bell, 2008; Quivy & Campenhoudt, 2008).

Dos dados recolhidos, qualitativamente e quantitativamente, foi feita uma análise e interpretação dos mesmos, para elaborarmos as reflexões, as conclusões e as respostas às questões de investigação.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudamos o problema num Agrupamento de Escolas que engloba o pré-escolar, primeiro, segundo e terceiro ciclos. Este Agrupamento de Escolas localiza-se no distrito do Porto. O Agrupamento de Escolas abrange uma área multifacetada composta por diferentes tecidos urbanos, periurbanos e rurais, intersetando-se de forma complexa do ponto de vista social, económico, laboral e familiar, com inevitáveis repercussões no contexto escolar. A zona envolvente às escolas que constituem o Agrupamento de Escolas desenha-se de forma simples, limpa e relativamente ordenada. Para isso contribui em parte o planeamento urbanístico da zona, por um lado embelezando os espaços públicos e construindo novos edifícios de habitação social, por outro lado fechando as zonas “problemáticas” em si mesmas, num movimento tão comum de guetização das famílias desfavorecidas/carenciadas. O Agrupamento de Escolas abrange diversos bairros de habitação social onde vivem famílias socialmente desfavorecidas, precariamente inseridas no tecido produtivo (ou de todo excluídas) e famílias de etnia cigana. A área próxima ao mar, de características mais urbanas, é uma zona tradicionalmente piscatória. No outro extremo, os campos agrícolas dominam a paisagem e o modo de vida das gentes. A população ativa destas zonas, ou seja, os pais e avós dos alunos do Agrupamento de Escolas, assume, em geral, postos de trabalho pouco diferenciados, ou mesmo precários. O operariado fabril, a construção civil, a pesca, os serviços comerciais e os trabalhos domésticos são as profissões dominantes, aparecendo também situações de desemprego e de emprego temporário. Face à conjuntura sociocomunitária, as dinâmicas de funcionamento e estruturas familiares da população são inevitavelmente afetadas, encontrando-se com frequência considerável, alunos provenientes de famílias desestruturadas, com baixas competências parentais e práticas educativas inconsistentes que se desresponsabilizam pela educação dos filhos, não valorizando a sua educação formal e o seu percurso de desenvolvimento, no sentido da normatividade e da inserção social plena. Da

mesma forma, é comum encontrarem-se famílias monoparentais ou reconstituídas, com fracos recursos económicos e/ou com relações pouco pacíficas/conflituosas no seu interior. Não é raro encontrar outras problemáticas associadas, igualmente debilitantes do papel da família na educação dos menores, como o consumo abusivo de álcool e de estupefacientes, a “prostituição velada”, os maus-tratos e negligências a vários níveis. Desta desestruturação familiar é prova o número elevado de processos abertos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e em avaliação pelas Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais da Segurança Social, relativos a famílias pertencentes ao Agrupamento de Escolas.

A Escola não é, obviamente, imune a esta conjuntura macro e microsocial. Pelo contrário, ela é o local onde estas problemáticas confluem, entrecruzam-se e ganham expressão materializada em problemas de aprendizagem, problemas de comportamento, comportamentos de risco, consumo de estupefacientes, bullying, desmotivação escolar, insucesso, absentismo e risco de abandono escolar.

No Agrupamento de Escolas em estudo verifica-se um elevado insucesso no terceiro ciclo, chegando a atingir 20% do total de alunos do terceiro ciclo. Os alunos não têm aproveitamento nas disciplinas do currículo regular do ensino. Assim surge o problema do encaminhamento alternativo para estes alunos. Mediante as possibilidades de oferta educativa (CEF, CV, PCA ou PIEF), qual será a melhor opção para estes alunos, se é que encontraremos nestas ofertas a melhor opção. As áreas curriculares suportadas por cada uma das ofertas formativas, assim como o seu peso estarão adequados ao tipo de alunos que as integrarão?

3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS

Tivemos em conta as características dos sujeitos de estudo (alunos, professores), a sua situação concreta e a perspetiva do sistema de recolha de dados e a elaboração dos instrumentos e meios disponíveis. Deste modo, seleccionamos o inquérito por questionário, o inquérito por entrevista (semiestruturada), as notas de campo e, como técnicas de tratamento desses dados a análise estatística, a análise de conteúdo às entrevistas (categorização), e a triangulação de todos esses dados.

3.4 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE RECOLHA DE DADOS

Para a recolha de informação quantitativa, foi, estruturado, concebido e aplicado por administração direta, um inquérito por questionário (Apêndice A) a todos os alunos dos cursos vocacionais da escola, num total de 43 alunos, no entanto só responderam 36 alunos (Apêndice A1) e aos representantes (delegado e subdelegado) das turmas do ensino regular do 3º ciclo, num total de 34 alunos com 100% de respostas (Apêndice A2). Procuramos um equilíbrio no número de alunos que compõem os dois grupos, regular e vocacional, e em simultâneo asseguramos a representatividade total das turmas do 3º ciclo. Da população inquirida 39 são do sexo masculino e 31 do sexo feminino. Dos alunos do ensino regular, 25 nunca tiveram qualquer retenção, 4 já tiveram uma retenção e 5 já tiveram 2 retenções. Dos alunos do ensino vocacional, 6 já tiveram duas retenções, 21 já tiveram três retenções, 8 já tiveram quatro retenções e 1 já teve cinco retenções. Tal aplicação decorreu durante a 1ª quinzena do mês de dezembro de 2015. Aos dados recolhidos por esta via foi feita uma análise estatística. Após um tratamento e

análise cuidada dos dados recolhidos nas questões fechadas, seguiu-se a aplicação do método qualitativo, na informação obtida pelas questões abertas. A análise dos dados qualitativos obtidos mediante o emprego das questões abertas foi elaborada com recurso a técnicas de análise conteúdo.

Foram entrevistados os atores do Agrupamento que diretamente intervêm nas questões de oferta curricular do Agrupamento, a saber: Presidente do Conselho Geral; Diretora; Coordenador de Cursos Vocacionais; Coordenadoras de Departamento Curricular e Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação. As entrevistas foram elaboradas com carácter semi-estruturado com guião. As Coordenadoras de Departamento Curricular foram entrevistadas no modelo de grupo focal. As entrevistas decorreram durante o mês de dezembro de 2015.

A seleção dos entrevistados foi realizada tendo em conta o tipo de informação que se pretendia recolher face aos objetivos definidos para a nossa investigação. Na fase anterior à realização das entrevistas, os sujeitos selecionados foram abordados para apresentar os objetivos do nosso estudo, a razão da escolha deste Agrupamento e solicitar autorização para a concretização e recolha de dados. Todos os sujeitos aceitaram colaborar no estudo e manifestaram interesse pelo mesmo, tendo sido eleitos por serem os que consideramos possuírem as melhores informações e conhecimentos sobre o que pretendemos investigar e porque desempenham funções em diferentes estruturas de gestão do Agrupamento.

A opção por entrevistar o Presidente do Conselho Geral subscreve-se ao facto de partir desta estrutura a sugestão para a oferta educativa do Agrupamento. Entrevistamos também a Diretora do Agrupamento, as Coordenadoras de Departamento, o Coordenador dos Cursos Vocacionais e o Representante no Conselho Pedagógico do Serviço de Psicologia e Orientação devido a todos eles terem assento no Conselho Pedagógico, participarem na elaboração de propostas sobre a oferta educativa do Agrupamento e paralelamente enquanto dinamizadores pedagógicos nos respectivos departamentos. Constituíram-se quatro guiões de entrevistas (Apêndices B1,

B2, C, D, E), de acordo com o interesse das questões que pretendíamos respondidas pelos diferentes participantes: Presidente do Conselho Geral (B1) e Diretora do Agrupamento (B2), Coordenadoras de Departamento (C), Coordenador dos Cursos Vocacionais (D) e Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação no Conselho Pedagógico (E). A Diretora do Agrupamento e por inerência da função também ela Presidente do Conselho Pedagógico. As Coordenadoras de Departamento como elementos participantes no Conselho Pedagógico, pelas funções de coordenação pedagógica e enquanto elementos pertencentes a uma estrutura intermédia de gestão do Agrupamento. O Coordenador dos Cursos Vocacionais como responsável pela coordenação pedagógica das ofertas educativas do Agrupamento. A Representante no Conselho Pedagógico dos Serviços de Psicologia e Orientação, como corresponsável pela orientação encaminhamento dos alunos para a oferta educativa e como representante no conselho pedagógico.

A disponibilidade para a realização das entrevistas foi assegurada pela marcação prévia das mesmas com os entrevistados, tendo sido propostos os procedimentos a adoptar pelo entrevistador, designadamente com a utilização do gravador como meio facilitador de recolha de informação, bem como os temas a abordar, de acordo com o interesse do estudo. Durante as entrevistas, não se verificaram interrupções nem quaisquer ruídos que pudessem influenciar o normal funcionamento do nosso trabalho. Também foi referida a salvaguarda da confidencialidade do teor das informações, sendo que seriam apresentadas de forma codificada mantendo, assim, o anonimato dos autores das afirmações.

A análise dos dados qualitativos obtidos mediante o emprego da entrevista foi elaborada com recurso a técnicas de análise conteúdo.

3.5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS – ANÁLISE E DISCUSSÃO

3.5.1 Inquérito por Questionário aos Alunos

Organizamos em dois grupos os dados recolhidos pelo inquérito por questionário a alunos. Num grupo colocamos as respostas dadas pelo alunos do ensino regular, no outro grupo colocamos as respostas facultadas pelos alunos do ensino vocacional, confrontando-as no decorrer da análise.

Afirmação: Gostas das instalações da escola.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	67,6%	30,5%

A maioria dos alunos do ER gosta das instalações da escola, enquanto apenas uma minoria dos alunos do EV gosta das instalações da escola. Dos alunos do ER, 29,4% não têm uma percepção definida, já essa indefinição na percepção aumenta para 47,2% nos alunos do EV.

Afirmação: A escola tem recursos adequados às tuas necessidades.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	82,3%	38,8%

Para a maioria dos alunos do ER a escola tem recursos adequados às suas necessidades, enquanto apenas uma minoria dos alunos do EV considera que a escola tem recursos adequados às suas necessidades. Para 27,7% dos alunos do EV não existe uma ideia definida.

Afirmação: A escola está atenta aos problemas dos alunos.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	73,5%	47,2%

A maioria dos alunos do ER considera que a escola está atenta aos problemas dos alunos. Apenas uma minoria (mas próxima da metade) dos

alunos do EV considera que a escola está atenta aos problemas dos alunos. Para 36,1% dos alunos do EV não existe uma ideia definida.

Afirmção: A escola tem técnicos especializados e/ou professores para ajudarem a encontrar soluções para os problemas escolares.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	88,2%	58,3%

A maioria dos alunos do ER e EV concorda que a escola tem técnicos especializados e/ou professores para ajudarem a encontrar soluções para os problemas escolares. Para 27,7% dos alunos do EV não existe uma ideia definida.

Afirmção: Os professores costumam dar resposta aos teus problemas de integração escolar.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	88,2%	55,5%

A maioria dos alunos do ER e EV considera que os professores costumam dar resposta aos seus problemas de integração escolar. Para 36,1% dos alunos do EV não existe uma ideia definida.

Afirmção: Sentes que és apoiado pela escola quando tens problemas escolares ou de aprendizagem.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	85,2%	50%

A maioria dos alunos do ER e metade dos alunos do EV sente que é apoiado pela escola quando tem problemas escolares ou de aprendizagem. Para 41,6% dos alunos do EV não existe uma ideia definida.

Afirmção: Consideras que tens uma carga horária semanal ideal.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	47,1%	22,3%

Só uma minoria dos alunos do ER e EV considera que tem uma carga horária semanal ideal.

Afirmção: Consideras que tens uma carga horária semanal deficitária.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	29,4%	11,1%

Apenas uma minoria muito reduzida dos alunos do ER e EV considera que tem uma carga horária semanal deficitária.

Afirmação: Consideras que tens uma carga horária semanal excessiva.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	55,8%	83,3%

Para a maioria dos alunos do ER e a grande maioria dos alunos do EV a carga horária semanal é excessiva.

Questão: Consideras importantes todas as disciplinas do teu plano curricular?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Sim	73,5%	55,5%

Para a maioria dos alunos do ER e EV todas as disciplinas do seu plano curricular são importantes. No entanto, apenas 29,4% dos alunos do ER e 19,4% dos alunos do EV não retirariam qualquer disciplina ao seu plano curricular, devido à sua importância. A situação contrária, acréscimo de disciplinas ao plano curricular é recusada por 38,2% dos alunos do ER e 25% dos alunos do EV, pois já têm disciplinas suficientes ou ideais.

Questão: Que disciplinas retirarias do teu plano curricular?

	Ensino Regular (ER)	Porquê?
Raciocínio Matemático (disciplina lecionada apenas no 7º ano)	20,5%	pelo facto de não a considerarem essencial, pois é uma repetição da disciplina de Matemática
	Ensino Vocacional (EV)	Porquê?
História	25%	por considerarem que não têm utilidade para o curso e quotidiano.
Ciências Naturais	22,2%	
Ciências Físico-químicas	22,2%	
Matemática	19,4%	devido à falta de gosto e dificuldades sentidas.

Uma percentagem notável dos alunos do ER retiraria o Raciocínio Matemático do seu plano curricular, por não o considerar essencial e se apresentar como uma repetição da disciplina de Matemática. Uma

percentagem importante dos alunos do EV retiraria as disciplinas de História, Ciências Naturais e Ciências Físico-Químicas, que fazem parte da componente complementar, por não encontrarem utilidade nos seus conteúdos para o curso e quotidiano.

Questão: Que disciplinas acrescentarias ao teu plano curricular?

	Ensino Regular (ER)	Porquê?
Formação Cívica	14,7%	para que nesse espaço possam ser tratados assuntos relativos à direção de turma sem ocupar o espaço da sua disciplina.
	Ensino Vocacional (EV)	Porquê?
Formação Cívica	19,4%	para a possibilidade de existir um espaço onde são tratados e resolvidos os problemas da turma.
Tecnologias da Informação e Comunicação	13,8%	pois consideram de grande importância a aprendizagem e manuseamento de computadores e programas.

Uma percentagem importante dos alunos do ER acrescentaria Formação Cívica ao seu plano curricular, de modo a que nesse espaço seja promovido o tratamento de assuntos relativos à direção de turma sem ocupar o espaço da(s) disciplina(s) que leciona o diretor de turma. Com a mesma justificação também um número importante de alunos do EV acrescentaria Formação Cívica ao seu plano curricular. Foram ainda sugeridas pelos alunos do ER a Dança e Gestão Doméstica para enriquecimento do plano curricular.

Questão: Consideras correta a carga horária de cada disciplina?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Sim	70,5%	36,1%

A maioria dos alunos do ER considera correta a carga horária de cada disciplina. Apenas uma minoria dos alunos do EV considera correta a carga horária de cada disciplina.

No entanto apenas 29,4% dos alunos do ER aumentaria a carga horária a nenhuma disciplina e 44,1% diminuiria a carga horária a nenhuma disciplina, devido a todas as disciplinas se encontrarem com a carga horária ideal. Dos alunos do EV, 19,4% aumentariam a carga a nenhuma disciplina e 19,4% não

sabem. Destes alunos, 5,8% diminuiriam a carga a nenhuma disciplina e 16,6% não sabem.

Questão: Em que disciplinas aumentarias a carga horária? Porquê?

	Ensino Regular (ER)	Porquê?
Educação Física	32,3%	por considerarem o exercício físico muito importante para uma vida saudável e bem-estar.
	Ensino Vocacional (EV)	Porquê?
Componente Vocacional	25%	porque no seu entender são as mais importantes e fundamentais para o curso
Educação Física	19,4%	pela importância do exercício físico.

Uma percentagem expressiva dos alunos do ER aumentaria a carga horária na disciplina de Educação Física, por considerarem o exercício físico muito importante para uma vida saudável. Uma percentagem significativa dos alunos do EV aumentaria a carga horária nas disciplinas da Componente Vocacional, por entenderem que são as disciplinas mais importantes e fundamentais para o curso. Uma percentagem também significativa dos alunos do EV aumentaria a carga horária da disciplina de Educação Física, devido à importância do exercício físico.

Questão: Em que disciplinas diminuirias a carga horária? Porquê?

	Ensino Regular (ER)	Porquê?
Matemática	17,6%	por pensarem ter demasiadas horas semanais.
	Ensino Vocacional (EV)	Porquê?
Matemática	36,1%	por não gostarem da disciplina.
Educação Física	25%	por acharem que tem tempos semanais excessivos.

Uma interessante percentagem dos alunos do ER diminuiria a carga horária da disciplina de Matemática, por entenderem que são lecionadas demasiadas horas semanais. Uma percentagem expressiva dos alunos do EV diminuiria a carga horária da disciplina de Matemática, por não gostarem da disciplina. Uma curiosa percentagem de alunos do EV diminuiria a carga horária da disciplina de Educação Física, por entenderem que têm tempos semanais excessivos.

Questão: No teu horário dispões de apoio ao estudo oferecido pela escola?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Sim	100%	0%

Todos os alunos do ER dispõem de apoio ao estudo oferecido pela escola. Nenhum aluno do EV dispõe de apoio ao estudo oferecido pela escola.

Em que disciplinas?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Português e Matemática	100%	0%

Todos os alunos do ER dispõem de apoio ao estudo às disciplinas de Português e Matemática.

Questão: Consideras importante que no teu horário esteja contemplada a componente de formação cívica? Porquê?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)	Porquê?
Sim	94,1%	66,6%	Os alunos consideram que é um espaço importante para se analisar, refletir e resolver os problemas da turma, pois o diretor de turma é um elemento muito importante para ajudar a resolver os problemas na escola e até mesmo os de casa.

A maioria dos alunos do ER e EV considera importante que esteja contemplada no horário a componente de Formação Cívica, por considerarem que é um espaço importante para análise, reflexão e resolução de problemas, uma vez que o diretor de turma é um elemento muito importante de funcionamento da estrutura educativa.

Afirmação: Tens problemas de assiduidade.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	17,6%	22,2%

Apenas uma minoria dos alunos do ER e EV afirma que tem problemas de assiduidade.

Tópico: Concordas com as seguintes afirmações relativas à disciplina.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Tens problemas disciplinares na escola.	20,5%	19,4%
Consideras que deves adaptar-te à disciplina da escola.	79,4%	55,5%

Os teus colegas de turma têm problemas disciplinares.	50%	52,7%
A escola procura resolver os problemas de indisciplina.	85,2%	61,1%

Apenas uma minoria dos alunos do ER e EV concorda que tem problemas disciplinares na escola. A maioria destes alunos considera que devem adaptar-se à disciplina da escola. Aproximadamente metade destes alunos entende que os colegas têm problemas disciplinares. Para a maioria destes alunos a escola procura resolver os problemas de indisciplina.

Afirmação: Na tua turma há um ambiente favorável para aprenderes.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	41,1%	22,2%

Apenas uma minoria dos alunos do ER e EV concordam que na turma exista um ambiente favorável ao ensino-aprendizagem.

Afirmação: Atingiste os resultados esperados nas várias disciplinas.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	76,4%	55,5%

A maioria dos alunos do ER e EV atingiu os resultados esperados nas várias disciplinas.

Afirmação: Tens melhores resultados por estares integrado na tua turma.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	61,7%	44,4%

A maioria dos alunos do ER acredita que tem melhores resultados por estar integrado na turma, mas só uma minoria dos alunos do EV concorda que tem melhores resultados por estar integrado na turma.

Afirmação: És avaliado essencialmente através de testes.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	58,8%	50%

A maioria dos alunos do ER entende que são avaliados essencialmente através de testes, enquanto metade dos alunos do EV é que entende que é avaliado essencialmente por testes.

Afirmação: És avaliado através de testes e trabalhos de vários tipos.

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Concordo	91,1%	97,2%

A maioria significativa dos alunos do ER e EV entende que é avaliado através de testes e trabalhos de vários tipos.

Questão: Como preferes ser avaliado?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Trabalhos e projetos	67,6%	83,3%
Testes	32,4%	16,7%

A maioria dos alunos do ER e EV prefere ser avaliado através de trabalhos e projetos.

Questão: Quando realizas um trabalho ou projeto procuras compreender todos os assuntos desenvolvidos?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)	Porquê?
Sim	100%	91,6%	ER: principalmente porque não se pode elaborar um trabalho sem compreender todos os assuntos, uma vez que o vão ter que apresentar; EV: sobretudo para uma melhor aprendizagem e informação relativa aos assuntos estudados.

A totalidade dos alunos do ER e a maioria significativa dos alunos do EV quando realiza um trabalho ou projeto procura compreender todos os assuntos desenvolvidos, uma vez que é necessário dominar os assuntos estudados para posterior apresentação.

Questão: Quando te preparas para um teste dás mais importância à memorização ou compreensão?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Memorização	38,3%	47,2%
Compreensão	61,7%	52,8%

A maioria dos alunos do ER e EV quando se prepara para um teste dá mais importância à compreensão.

Questão: Consideras importante a realização das provas nacionais de exame?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)	Porquê?
Sim	52,9%	22,2%	ER: nomeadamente para verificar/testar as capacidades e conhecimentos dos alunos permitindo-lhes uma perceção sobre a sua preparação para encarar a etapa seguinte. EV: para verificar se os alunos sabem o que lhes foi ensinado.
Não	47,1%	77,8%	ER: porque já vamos nervosos para os testes, nos exames ficamos ainda mais nervosos e ansiosos, onde podemos tirar piores resultados para as nossas capacidades e até reprovar; porque os alunos não aprendem mais por terem exames. EV: especialmente porque ao longo do seu percurso já são avaliados por muitos testes e com os exames não ficam diferentes, não aprendem mais nem se tornam mais inteligentes.

A maioria dos alunos do ER considera importante a realização de provas nacionais de exame, essencialmente para verificar e testar as capacidades e conhecimentos dos alunos, permitindo-lhes uma perceção sobre a sua preparação para encarar o ensino secundário. A maioria dos alunos do EV não considera importante a realização das provas nacionais de exame, sobretudo porque ao longo do seu percurso escolar já são avaliados por muitos testes.

Questão: Em que disciplinas deveriam ser realizadas as provas nacionais de exame? Porquê?

	ER	EV	Porquê?
Português e Matemática	58,8%	27,7%	ER: pois são as principais disciplinas e a base da formação, necessária ao quotidiano e vida futura. EV: uma vez que as encaram como as disciplinas de maior necessidade para o futuro.
Nenhuma	38,2%	69,4%	ER: uma vez que já são avaliados por testes, trabalhos e participação nas aulas, estas provas apresentam por vezes resultados pouco válidos devido ao nervosismo no momento em que os alunos as realizam. EV: porque já são avaliados por testes e as provas nacionais de exame só servem para provocar pressão, ansiedade e stress nos alunos.

A maioria dos alunos do ER pensa que deveriam ser realizadas provas nacionais de exame às disciplinas de Português e Matemática, por entenderem que são as principais disciplinas e a base da formação, necessária

ao quotidiano e vida futura. A maioria dos alunos do EV pensa que não deveriam ser realizadas provas nacionais de exame, por entenderem que já são avaliados por testes e as provas nacionais de exame só ajudam a provocar pressão, ansiedade e stress nos alunos.

Questão: Consideras que estudas e aprendes melhor pelo facto de realizares provas nacionais de exame?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Sim	38,2%	22,2%

Apenas uma minoria dos alunos do ER e EV considera que estuda e aprende melhor pelo facto de realizar provas nacionais de exame.

Questão: Consideras que as aulas das disciplinas de Português e Matemática estão focadas nas provas nacionais de exame?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Sim	70,5%	69,4%

Para a maioria dos alunos do ER e EV as aulas das disciplinas de Português e Matemática estão focadas nas provas nacionais de exame.

Questão: Quando conclúires o terceiro ciclo pretendes frequentar que tipo de curso?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Científico Humanístico	38,2%	0%
Vocacional / Profissional	50%	75%
Nenhum. Pretendo entrar no mundo do trabalho.	11,8%	25%

Apenas uma minoria dos alunos do ER pretende ingressar num curso Científico Humanístico no secundário, enquanto metade pretende ingressar num curso Vocacional/Profissional. Nenhum aluno do EV pretende ingressar num curso Científico Humanístico, a maioria dos alunos pretende entrar num curso Vocacional/Profissional.

Questão: Pretendes ingressar no ensino superior?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Sim	70,5%	11,1%

A maioria dos alunos do ER pretende ingressar no ensino superior, no sentido contrário apenas uma pequena minoria dos alunos do EV pretende ingressar no ensino superior.

Questão: Que tipo de curso?

	Ensino Regular (ER)	Ensino Vocacional (EV)
Técnico Superior	17,6%	11,1%
Licenciatura	52,9%	0%

A maioria dos alunos do ER que pretende ingressar no ensino superior procura uma Licenciatura, já para a minoria dos alunos do EV que pretende ingressar no ensino superior procura um curso Técnico Superior.

3.5.2 Inquérito por Entrevistas aos Docentes/Técnicos Educativos

Para análise do conteúdo das entrevistas elaboramos a seguinte grelha de caracterização:

Categorias:	Subcategorias:
Oferta Educativa do Agrupamento	a) Proposta da oferta (cursos vocacionais); b) Intervenientes no processo de proposta e decisão da oferta; c) Decisão da oferta; d) Divulgação da oferta;
Impacto da Oferta Educativa na Comunidade	a) Pais e Encarregados de Educação; b) Entidades Protocolares;
Avaliação da Oferta Educativa	a) Espaço físico; b) Carga horária; c) Resultados dos alunos;
Representações da diferenciação curricular	a) Definição; b) Implicações;

Processo de encaminhamento dos alunos para os cursos vocacionais	a) Identificação/sinalização; b) Os intervenientes no processo de encaminhamento;
Condição desejável de acesso aos cursos vocacionais	a) Opção; b) Encaminhamento;
Características dos alunos que procuram e frequentam os cursos vocacionais	a) Absentismo/abandono escolar; b) Fracasso; c) Dificuldades de aprendizagem; d) Problemas comportamentais; e) Sucesso;
Critérios de escolha e distribuição de serviço aos professores que lecionam os cursos vocacionais	a) Perfil; b) Interesse; c) Experiência profissional; d) Formação;
Plano de Estudos dos Cursos Vocacionais	a) Componentes/disciplinas/módulos; b) Carga horária; c) Avaliação;
Apreciação dos Cursos Vocacionais	a) N.º alunos/turma; b) Diferenciação; c) Oportunidade; d) Desigualdade;
Destino dos alunos que concluem os cursos vocacionais	a) Provas de exame nacionais; b) Mundo do trabalho; c) Curso Científico Humanístico; d) Curso Profissional.

Elaboramos uma grelha para caracterização da análise de conteúdo das entrevistas (Apêndice F).

As entrevistas ao Presidente do Conselho Geral, Diretora do Agrupamento, Coordenadoras de Departamento, Coordenador dos Cursos Vocacionais e ao representante dos Serviços de Psicologia e Orientação no Conselho Pedagógico, permitiram-nos compreender de forma mais clara as questões que se levantavam no início do nosso estudo e que constituíram a base dos pressupostos subjacente aos objetivos definidos na nossa investigação. Usufruímos ainda de um superior conhecimento relativo ao Agrupamento em estudo, assim como uma melhor visão relativa à perceção dos atores entrevistados.

- **Oferta Educativa do Agrupamento:**

Após a leitura e análise de conteúdo das entrevistas, verificamos que relativamente ao currículo regular do 3º ciclo, o Agrupamento optou pela Educação Tecnológica como oferta de escola, oferecendo ainda Raciocínio Matemático para o 7º ano de escolaridade em detrimento da Formação Cívica. Quanto à alternativa ao currículo regular do 3º ciclo, depois de ouvidos os pareceres dos Órgãos do Agrupamento, nomeadamente Conselho Geral e Conselho Pedagógico, e na sequência da extinção dos Cursos de Educação e Formação a Direção do Agrupamento decidiu oferecer dois cursos vocacionais, a saber: “Acolhimento Turístico / Animação Turística / Técnico de Vendas e Atendimento” e “Design / Modelação Cerâmica / Pintura e Decoração Cerâmica”. Segundo o Coordenador dos Cursos Vocacionais, estes foram criados para combater o número excessivo de retenções repetidas, dificuldades condicionantes da aprendizagem, nomeadamente forte desmotivação, elevado índice de abstenção, baixa autoestima e falta de expectativas relativamente à aprendizagem e ao futuro... A divulgação dos cursos é feita via página oficial, pelos diferentes atores do agrupamento ao nível interno, distribuição prospectos nos lugares públicos da organização educativa, publicação na rede municipal de educação através da revista local de oferta educativa e de flyers publicitários divulgados em locais públicos da região.

- **Impacto da Oferta Educativa na Comunidade:**

O Agrupamento já tem alguma tradição quanto à oferta educativa na área da cerâmica e tem demonstrado preocupação em diversificar a oferta educativa do concelho, indo de encontro às necessidades identificadas junto dos alunos. Os pais e encarregados de educação têm-se manifestado positivamente, e com satisfação face à oferta educativa do Agrupamento. As organizações parceiras que mantêm contacto direto, também têm exteriorizado satisfação face ao trabalho desenvolvido pelo Agrupamento perante as opções de diferenciação/diversificação curricular.

○ **Avaliação da Oferta Educativa:**

A escola tem espaços físicos que satisfazem plenamente as necessidades da oferta educativa. No entanto segundo a representante dos serviços de psicologia e orientação, os alunos permanecem exageradamente no mesmo espaço escolar, devendo ser possível diversificar o contexto físico em que a formação decorre.

Para a maioria dos entrevistados a carga horária dos cursos vocacionais é inadequada, uma excessiva carga horária diária. Os alunos passam demasiadas horas por dia na escola, a frequentarem demasiadas disciplinas teóricas, pelo que a matriz curricular deveria ser mais maleável e com menos áreas de aprendizagem.

No global os resultados obtidos por parte dos alunos que frequentam esta oferta são bastante positivos ao nível da eficácia e qualidade. Esta oferta torna-se indubitavelmente potenciadora de sucesso, com impacto muito significativo na motivação, até porque estes alunos têm um passado marcado pelo fracasso e desânimo. No entanto a oferta ligada à área da cerâmica, pelo seu carácter mais prático adequa-se melhor aos interesses e expectativas dos alunos e isso reflete-se nos resultados dos alunos.

○ **Representações da diferenciação curricular:**

Para o Presidente do Conselho Geral a diferenciação curricular é um instrumento de inclusão e de equidade que se aplica à totalidade dos conteúdos do currículo, incluindo objetivos, competências, metodologias e avaliação.

Para a Diretora do Agrupamento e atendendo ao seu conhecimento teórico e aplicação prática a diferenciação curricular é o ajuste do currículo da disciplina ao ritmo de aprendizagem de cada aluno.

Para a Coordenadora do 3º Departamento a diferenciação curricular é a acomodação do currículo regular às características das diferentes turmas ou de cada aluno tendo sempre em vista, o sucesso escolar. Pode-se adaptar

horários, conteúdos, as aulas devem ser muito mais práticas e deve ser ministrada pouca teoria.

Para a Coordenadora do 4º Departamento a diferenciação curricular é a deslocação de um ensino tradicional para um ensino focado na vertente prática dos ofícios.

Para a Coordenadora do 5º Departamento há muitas teorias e métodos mas, na prática, quando se encontra um agrupamento de alunos com uma longa história de insucesso, é muito difícil alcançar bons resultados. A diferenciação curricular tem o preço do desgaste físico e psicológico dos professores, principalmente os que lecionam as áreas genéricas e comuns a todos os cursos.

Para a Coordenadora do 6º Departamento é a adaptação do currículo aos alunos que apresentam dificuldades em acompanhar o resto da turma. Adequar a carga letiva das disciplinas e o programa. Fomentar o gosto pela atualização dos conhecimentos, encorajar e valorizar o trabalho do aluno, apelar ao esforço e à persistência no trabalho, responsabilizá-lo pelas suas atitudes.

Para o Coordenador dos Cursos Vocacionais os alunos trazem para a escola as mais diversas experiências, preferências, interesses, estilos de aprendizagem e necessidades. Alguns aprendem com relativa facilidade e outros com maior dificuldade. Assim, como poderá o professor certificar-se de que cada aluno terá oportunidade de desenvolver as suas capacidades até ao máximo da sua potencialidade? A resposta talvez se encontre na diferenciação. No caso concreto dos Cursos Vocacionais o processo deve centrar-se no aluno. O ritmo das aprendizagens deve estar no potencial a desenvolver por cada equipa pedagógica após diagnose de observação ao grupo em geral e a cada aluno em particular. Nesta perspetiva, a matriz curricular deve ser ajustável e reajustável.

Para a Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação, a diferenciação curricular ocorre quando são definidas estratégias, a um nível mais elevado, no que respeita à estrutura e diversificação do próprio sistema

educativo e dos conteúdos nele trabalhados. A nível mais interno, decorre no contexto da sala de aula, facilitando uma pedagogia mais adequada às características, necessidades e histórias pessoais dos diferentes alunos, potenciando a sua aprendizagem e o seu sucesso e contribuindo, desta forma, para uma escola mais inclusiva, diferenciando assim conteúdos, processos e produtos. Segundo esta, o ensino vocacional condiciona este objetivo, uma vez que reforça os conteúdos da componente geral e complementar em detrimento dos associados à área vocacional o que, à partida, condiciona a diferenciação curricular.

○ **Processo de encaminhamento dos alunos para os cursos vocacionais:**

Intervêm no processo de encaminhamento dos alunos, a Direção, Diretor de Turma, Serviços de Psicologia e Orientação, Aluno, Encarregado de Educação e eventualmente Entidades que acompanham o aluno, como Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

Após as avaliações do 2º Período, as pautas são analisadas e os alunos que evidenciam problemas de aprendizagem no ensino regular são identificados. O passo seguinte é a análise ao percurso académico de cada aluno, no sentido de compreender melhor todo o seu percurso (verificam-se o número de retenções e idade), procura-se ainda reconhecer os seus pontos fortes. A etapa seguinte é o contacto com os Encarregados de Educação destes alunos e o seu encaminhamento para os Serviços de Psicologia e Orientação, com o fim de serem informados e esclarecidos relativamente à oferta do Agrupamento. Em situações específicas são auscultadas entidades que acompanham os alunos, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco... É apurado o interesse destes (Aluno e Encarregado de Educação) num percurso alternativo, sempre com a clarificação de que os cursos só avançarão se forem aprovados pelo Ministério da Educação.

No caso de o aluno pretender ingressar numa via alternativa a Direção do Agrupamento procura respeitar a primeira escolha do aluno, uma vez que esta já se foi bem clarificada juntos deste e do seu Encarregado de Educação.

- **Condição desejável de acesso aos cursos vocacionais:**

Para os entrevistados, os cursos vocacionais não deveriam apresentar um carácter remediativo destinados a alunos que apresentam múltiplas retenções, fruto do seu insucesso no ensino regular. Não deveria ser necessário esperar que um jovem apresente um percurso marcado pelo insucesso no ensino regular, para lhe facilitar o acesso a uma alternativa. A obrigatoriedade da escolaridade até ao final do 12.º ano ou dos 18 anos deve permitir o acesso a uma oferta consistente e solidamente pensada para que os jovens possam construir um percurso coerente e digno. Assumir de forma ativa uma prevenção do insucesso. Pelo que o acesso a uma alternativa curricular deve ser mais do que uma oportunidade, sem restrições, uma opção. Idealmente o aluno deveria poder optar pela via mais teórica ou mais prática.

Nenhum entrevistado assumiu o encaminhamento, no sentido de conduzir os alunos para uma oferta alternativa, no entanto a Coordenadora do 5º Departamento pensa que os alunos que manifestassem interesse nos cursos vocacionais poderiam ser orientados pelos SPO.

- **Características dos alunos que procuram e frequentam os cursos vocacionais:**

Segundo a Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação, alguns alunos que procuram e integram estes cursos têm no seu passado escolar situações de absentismo e risco de abandono escolar, dificuldades na gestão de frustrações, baixa autoestima, e reduzido autoconceito académico, revelando uma ligação frágil à escola. Alguns alunos apresentam perturbações de hiperatividade, problemas de atenção e concentração, ansiedade e deficiências significantes nos seus hábitos e métodos de trabalho e estudo. São alunos que apresentam um percurso de insucesso escolar, com forte desmotivação para as aprendizagens mais formais. Parte destes alunos são acompanhados por entidades externas à escola, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Equipa Multidisciplinar de Apoio ao

Tribunal. De acordo com a Diretora do Agrupamento, no início muitos dos alunos destes cursos manifestam problemas comportamentais, o fracasso acaba por gerar revolta. O trabalho inicial da escola é complexo. Só com o tempo é que se alcança a pacificação. Todo o trabalho desenvolvido ao longo do primeiro ano procura alterar as expectativas dos alunos e demonstrar que eles também são capazes de desenvolver um trabalho na escola, com valor. Posteriormente procura-se envolver a comunidade e a família no projeto, é importante que reconheçam o trabalho destes alunos, valorizando a transformação. Com o tempo estes alunos acabam por se conciliar com a escola. Nestes cursos, o abandono escolar é residual, contrariamente à via regular do ensino, estes cursos tornam-se motivadores para os jovens, permitindo que estes alcancem o sucesso.

- **Critérios de escolha e distribuição de serviços aos professores que lecionam os cursos vocacionais:**

Na escolha dos professores que integram as equipas pedagógicas dos cursos vocacionais tem-se em conta a experiência e formação profissional. Também é ponderada a manifestação de vontade por parte dos professores em abraçarem o desafio. Para a Diretora do Agrupamento “os professores são seres humanos, procuramos sempre selecionar professores que se identifiquem com esta alternativa e demonstrem sensibilidade para trabalharem com alunos que têm no seu passado uma herança pesada de fracasso e revolta para com a escola. Os Diretores de turma e Coordenador, têm que acrescentar a esta sensibilidade no trabalho com os alunos, a sensibilidade de conjugar os problemas que vão surgindo com os encarregados de educação e professores, por vezes têm que ser bons relações públicas, com muita capacidade para ouvir, comunicar e encontrar consensos.

- **Plano de Estudos dos cursos vocacionais:**

A Diretora do Agrupamento considera que a componente geral está adequada, devido à grande importância das disciplinas de português, matemática, inglês e educação física. No seu entender a componente

vocacional encontra-se bem estruturada, pois defende a interligação das três vertentes desta componente. No entanto a escola deveria ter autonomia para escolher as disciplinas da componente complementar, de acordo com o curso e ao mesmo tempo, mais liberdade para articular a carga horária desta componente. Algumas disciplinas desta componente não se justificam em determinados cursos.

Para a Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação existe uma lacuna no que respeita às áreas do desenvolvimento pessoal e social, que facilite a promoção destas competências num tempo semanal concreto.

Segundo o Coordenador dos cursos vocacionais, o desenho dos programas/módulos são da responsabilidade do professor da disciplina, em coordenação com a equipa pedagógica.

Globalmente o plano de estudos, matriz curricular encontram-se pouco adequados, a carga horária é excessiva. O plano é parco quanto à flexibilidade.

Os alunos nestes cursos são avaliados pelo seu desempenho através de módulos. Segundo o Coordenador dos cursos vocacionais, a avaliação assume um carácter mais formativo.

○ **Apreciação dos Cursos Vocacionais:**

Atendendo às respostas dos Presidente do Conselho Geral, Coordenador dos cursos vocacionais e representante dos Serviços de Psicologia e Orientação, o número de alunos por turma é excessivo. Para existirem condições a uma efetiva aplicação da diferenciação do ensino-aprendizagem o número de alunos por turma deveria ser reduzido.

Conforme as respostas do Coordenador dos cursos vocacionais, estes têm por base as práticas mais atuais de educação, a diferenciação coloca o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando-lhe melhores condições de aprendizagem e, por conseguinte, levando-o à aquisição das competências necessárias para uma boa realização escolar. Com o processo centrado no aluno, uma das estratégias será o acompanhamento

sempre presente e de perto pelo professor ao aluno. Outra via será questionar sempre o aluno acerca quer, das suas expectativas em relação a determinado conteúdo, quer sobre a utilidade que esta competência vai ter no seu quotidiano. Recorre-se também a um contacto mais assíduo com os encarregados de educação.

Para o Presidente do Conselho Geral “os cursos vocacionais são uma forma de promover o sucesso e a igualdade de oportunidades, pois muitos dos alunos que os frequentam manifestam claramente constrangimentos com os estudos do ensino regular.” Já para a Diretora do Agrupamento “podemos observar com dois olhares distintos, se olharmos para estes cursos como um meio de remediação/oportunidade, estes cursos têm um efeito positivo, uma vez que recuperam para a escola alunos que estavam completamente afastados. Aqui ganham aprendizagens que poderão facilitar o seu futuro. Se olharmos para estes cursos enquanto igualdade, de facto estes alunos não têm as mesmas oportunidades que os alunos do ensino regular. Se no papel estes alunos podem regressar ao ensino regular, na prática isso não acontece, o ponto de partida destes alunos não é o mesmo, o total da carga horária não é a mesma, o tempo disponível para o estudo não é o mesmo. E dada a sobrecarga horária, não é possível oferecer apoio ao estudo, algo que acontece no ensino regular. Estes cursos são de facto uma remediação, face ao distanciamento destes alunos relativamente à escola.” O Coordenador dos cursos vocacionais entende que “o grande objetivo desta oferta é garantir o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades ao acesso e ao sucesso escolares, adequa a formação às expectativas dos alunos. Julgo que faculta outra via aos alunos para a continuidade da sua formação. Esta via é mais ajustável ao indivíduo, ao inverso do ensino regular que é muito sistemática, pouco maleável. Muitas vezes importará mais o meio até ao conhecimento que o conhecimento em si, apenas.” A Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação pensa “que é necessário “restaurar” a dignidade e o “prestígio” das vias formativas de carácter profissionalizante. Neste momento, persiste um certo preconceito generalizado na forma como

estes alunos são percecionados dentro e fora do contexto escolar, até porque muitos dos jovens apresentam percursos escolares e comportamentais tumultuosos, com retenções e afastamento progressivo do contexto escolar formal, integrando estas alternativas após um insucesso marcado... Penso que está a ser feito um caminho nesse sentido, nomeadamente reduzindo o número de retenções que facilitem o acesso aos Cursos Vocacionais. Não deveria ser necessário “aguardar” que o jovem apresente um percurso marcado pelo insucesso no ensino regular, para lhe facilitar o acesso a uma alternativa. A obrigatoriedade da escolaridade até ao final do 12.º ano ou dos 18 anos deve permitir o acesso a uma oferta consistente e solidamente pensada para que os jovens possam construir um percurso coerente e digno. Penso que, em alguns casos, esta predisposição é evidenciada de forma precoce. A partir do 2.º ciclo, já é possível perceber quais os alunos com uma motivação adicional para domínios mais práticos, do saber-fazer, e que se afastam dos conteúdos mais teóricos. Muitos deles apresentam um marcado insucesso nestas disciplinas, e são competentes e motivados para as outras áreas.”

- **Destino dos alunos que concluem os cursos vocacionais:**

Em todo o passado dos percursos curriculares alternativos ao ensino regular, segundo a Diretora do Agrupamento, apenas um aluno realizou as provas nacionais de exame no final do 3º ciclo, às quais não obteve aproveitamento. Segundo o Coordenador dos cursos vocacionais, alguns alunos referem que a existência de exames é uma das razões da sua fuga ao ensino regular.

Até à data, nenhum aluno que concluiu um curso vocacional no Agrupamento reintegrou o ensino regular no secundário. A grande maioria dos alunos desta via acaba por ingressar no ensino profissional do secundário. Alguns alunos, fora da escolaridade obrigatória entram no mercado de trabalho.

3.6 CONCLUSÕES DO ESTUDO EMPÍRICO

Apresentamos as conclusões do nosso estudo, a partir da triangulação dos dados obtidos com os instrumentos de recolha que definimos.

Uma escola tradicional, onde os alunos se encontram sentados em filas enquanto o professor transmite os conhecimentos a todos ao mesmo tempo, transforma o ambiente de sala de aula numa monótona e desinteressante representação do processo de ensino-aprendizagem. Se porventura encontramos discentes que se revêem neste formato clássico de ensino, também encontramos outros que não se conseguem integrar e acabam por se afastar da escola. Uma percentagem notável dos alunos inquiridos e que frequentam cursos vocacionais têm uma perceção negativa da escola, não gostam das suas instalações, consideram que esta não tem os recursos adequados às suas necessidades, não está atenta aos seus problemas, nem os procura ajudar. Apesar de frequentarem uma alternativa curricular, supostamente pensada em função do público-alvo, assiste-se a uma resistência quanto à transformação da sua perceção da escola. Apesar dos seus resultados positivos ao nível da eficácia e qualidade, espelhados no sucesso, os alunos têm o seu passado marcado pelo fracasso, desânimo e rejeição. A escola deveria oferecer aos alunos que procuram um ensino mais prático, uma verdadeira opção, sem restrições no acesso. Uma alternativa facilitadora e promotora para o desenvolvimento de talentos dos alunos. Os alunos deveriam poder optar por uma via mais clássica e teórica ou por outra mais prática, de acordo com os seus interesses e expectativas.

Os alunos têm a noção que passam demasiadas horas na escola, com uma carga horária excessiva. Frequentam demasiadas disciplinas teóricas, com uma matriz curricular pouco flexível. Determinadas disciplinas são incapazes de convencer os alunos da sua utilidade para os seus projetos de vida. Quando os alunos não identificam a utilidade das aprendizagens de determinadas disciplinas nas suas vidas, diminuem expectativas e aumenta o seu afastamento e repulsa. Em sentido contrário os alunos sentem a

inexistência de espaços para o diálogo, análise, discussão e resolução de problemas.

Os dados recolhidos permitem concluir ser importante que a escola estimule os alunos para a aquisição de competências que os ajudem a alcançar os seus projetos de vida. Deve desenvolver nos alunos a capacidade de pensar de forma analítica e crítica, comunicar, pesquisar e colaborar para resolver problemas, assim como a curiosidade e imaginação. Para os professores, “os alunos trazem para a escola as mais diversas experiências, preferências, interesses, estilos de aprendizagem e necessidades, para citar apenas algumas características, fazendo com que alguns deles aprendam com relativa facilidade e outros com maior dificuldade. Assim sendo, como poderá o professor certificar-se de que cada aluno terá oportunidade de desenvolver as suas capacidades até ao máximo da sua potencialidade? A resposta talvez se encontre na diferenciação” (Apêndice D, p.138). É necessário “adaptar o currículo da disciplina ao ritmo de aprendizagem de cada aluno. Esta atenção com o ritmo de aprendizagem de cada aluno é a base utilizada nos cursos vocacionais” (Apêndice B2, p.123). Contudo o número de alunos por turma é excessivo. Para existirem condições a uma efetiva aplicação da diferenciação do ensino-aprendizagem o número de alunos por turma deveria ser reduzido.

A escola deverá debater a importância da sua oferta curricular, composição e carga horária. Analisar a sua utilidade na vida dos alunos e procurar autonomia para modificar a composição da matriz curricular. É necessário aumentar o grau de motivação dos nossos alunos, e para tal é relevante que estes percecionem a importância e utilidade no que lhes é ensinado, encontrar espaços de debate onde serão discutidas as suas angústias, problemas e preocupações. Espaço onde se tornem parte ativa no processo de ensino-aprendizagem. Com a valorização do trabalho de projeto estamos a favorecer o desenvolvimento de competências para a auto-aprendizagem e a compreensão. Quando o aluno deixar de ser um elemento passivo na sala de aula, onde o conhecimento lhe é fornecido através da transmissão pelo professor, e passar a ser a parte interessada em adquirir o

conhecimento com utilidade na sua vida, a motivação estará presente e o professor poderá assumir uma posição de orientador. Promover uma diversificação que favoreça o sucesso. Para tal não se poderá descurar a formação contínua dos docentes.

Os docentes entrevistados assumem a necessidade de flexibilização dos percursos individuais, dos ritmos, metodologias e modos de organização do trabalho escolar, incidindo-se na cooperação, diferenciação e adequação de estratégias e na avaliação de carácter formativo.

De acordo com as respostas obtidas nos inquéritos encontramos alunos que valorizam a testagem de conhecimentos e consideram importante a realização das provas nacionais de exame, outros ficam nervosos, ansiosos e apresentam resultados que ficam aquém das suas capacidades. A testagem não os torna mais, nem menos capacitados. No entanto, entendem que as provas nacionais de exame condicionam o trabalho na sala de aula às disciplinas alvo, uma vez que focam o seu trabalho nas referidas provas. Especialmente os alunos que frequentam os percursos curriculares alternativos ao ensino regular desvalorizam as provas nacionais de exame, e defendem uma avaliação através da participação nas aulas, elaboração de trabalhos/projetos e testes. A escola deve refletir sobre a avaliação, se esta deverá ser austera, com um forte carácter de seriação, ou discreta e formativa.

Para os alunos que frequentam os percursos curriculares alternativos ao ensino regular a igualdade apenas está prevista teoricamente, uma vez que “o ponto de partida destes alunos não é o mesmo, o total da carga horária não é a mesma, o tempo disponível para o estudo não é o mesmo. Com a sobrecarga horária, não é possível oferecer apoio ao estudo, algo que é oferecido no ensino regular” (Apêndice B2, p.126). Será que devemos testar os alunos da mesma forma, salvaguardando a igualdade de oportunidades, quando não lhes oferecemos as mesmas condições? Será que estamos a ter em conta as expectativas dos alunos e seus projetos de vida, condicionando o seu plano de estudos à realização das provas nacionais de exame? Nenhum

aluno dos percursos curriculares alternativos ao ensino regular pretende ingressar num curso Científico Humanístico, sendo os cursos Vocacionais/Profissionais o seu destino de eleição.

As expectativas de um número considerável de alunos passam pelo ingresso no ensino profissional, do nível secundário. No entanto, fazem o percurso regular no ensino básico. Este é, também, um aspeto que a escola deve ter em conta na sua ação de informação e aconselhamento.

CAPITULO IV

PLANO DE AÇÃO

Apesar da evolução e das profundas transformações verificadas no sistema educativo português, a escola ainda continua a confrontar-se com algumas dificuldades, na sua tentativa encontrar respostas adequadas aos discentes.

Este projeto insere-se, precisamente, no esforço de procura dessas respostas e o plano de ação que seguidamente se apresenta fundamenta-se no conjunto de ideias seguintes:

- Exige-se hoje à escola que esta seja enérgica e competitiva, mas que seja, acima de tudo, uma escola em que todos aprendam.

- No enquadramento das políticas educativas, a diversidade da oferta educativa partindo do currículo nacional deve existir para satisfação de necessidades locais e/ou regionais, constituir-se enquanto formação que promova o desenvolvimento de competências para as profissões, diversificada em que, pela diversidade de percursos, se orientam os alunos para o sucesso educativo, sem se verificarem quaisquer formas de discriminação e condenação que muitas vezes contribuem para a exclusão e abandono escolar.

- A diversificação/diferenciação curricular não deve ser uma opção direcionada só para alunos que se enquadram no insucesso e abandono escolares, deve estar disponível e contribuir para o sucesso educativo de todos os alunos.

- É urgente que se estabeleça na escola uma oferta curricular alternativa que procura soluções ajustadas à diversidade de casos que não se revejam no ensino regular. Uma oferta com carácter mais prático, ou seja, fazer para compreender, experimentar para colocar questões e pesquisar para encontrar respostas.

- É necessário que os alunos percebam que existe uma proposta diferente que vai ao encontro das suas características, num enquadramento social e com práticas que desenvolvam competências à sua integração numa via profissional.

- A escola tem de obrigatoriamente esboçar intervenções adequadas, com vista ao sucesso de todos os discentes, recorrendo a estratégias diversificadas e a metodologias ativas e participativas, através de projetos inovadores com o propósito de os capacitar para enfrentar com sucesso o percurso imediato, designadamente a integração num curso profissional e mais tarde no mundo do trabalho, partindo das suas capacidades. Para que isto aconteça é necessário reunir a energia de todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É importante uma forte articulação entre a escola e a família, a forma como se desenvolve a relação professor-aluno e ainda a consolidação, e o envolvimento da comunidade educativa, bem como a forma de trabalho entre os diferentes professores.

- De extrema importância é o relacionamento entre o professor e os alunos, e a forma como aquele seduz a atenção destes. Se o docente tem expectativas negativas em relação ao discente, torna a aula incómoda e propicia o desenvolvimento de mecanismos que vão afetar a auto-imagem do aluno, quer a sua vontade pelo trabalho escolar, assim como, o seu rendimento escolar. Muitas vezes surgem conflitos que degradam o ambiente da aula e destroem a possibilidade da construção de um clima favorável à aprendizagem. A aprendizagem só acontece se o ambiente de sala de aula manifestar uma disciplina consciente e motivadora. Só com uma colaboração entre o professor e o aluno é possível contribuir para o sucesso dos alunos.

De acordo com estas perspetivas, entendemos ser pertinente oferecer o mais precocemente possível aos alunos que se identificam com um ensino mais prático e que desenvolva competências para as profissões, uma oferta curricular educativa sem qualquer restrição de acesso, planeada com áreas vocacionais, que permitam o prosseguimento de estudos pela via profissional, prevenindo deste modo o insucesso e abandono escolares, possibilitando

também o acesso ao ensino superior. Uma oferta com carácter promotor do sucesso escolar que permita a substituição das ofertas alternativas com carácter remediativo ao insucesso escolar.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA

Esta oferta educativa insere-se no âmbito de uma diversificação como alternativa ao currículo regular do ensino básico. Pretendemos que a escola ofereça uma opção no 3º ciclo do ensino básico a todos os alunos que desejem um ensino com carácter mais prático, sem qualquer tipo de restrição. Tem como principal objetivo a promoção do sucesso escolar de qualidade, através do desenvolvimento das capacidades, competências, habilidades e talentos dos alunos.

Uma oferta paralela ao ensino regular, que prevê e estimula o prosseguimento de estudos através da via profissional do ensino secundário.

4.2 CONDIÇÕES DE ACESSO

A oferta alternativa ao currículo do ensino regular destina-se a todos os alunos que concluem o segundo ciclo e que procurem uma alternativa paralela ao ensino regular, com um carácter mais prático e que desenvolve competências para o ensino profissional.

O acesso dos alunos a esta oferta tem por base um processo de avaliação vocacional a desenvolver pelos serviços de psicologia e orientação, que mostre ser esta via adequada aos projetos de vida dos alunos.

4.3 ORIENTAÇÃO

Numa fase, inicial os Serviços de Psicologia e Orientação deverão reunir com os Encarregados de Educação e alunos que, previamente, manifestem interesse em integrar esta oferta alternativa. Este processo reveste-se de objetivos associados à orientação vocacional dos jovens, procurando explorar interesses, aptidões, recursos internos e externos e expectativas que fundamentem a opção por esta alternativa. Do mesmo modo, pretende esclarecer sobre as características da oferta em causa, sobretudo no que concerne às possibilidades que se lhes oferece finda a conclusão do percurso alternativo.

Avaliará se esta via vocacional é a mais adequada aos alunos em causa, procurando orientá-los de acordo com as suas expectativas e projetos de vida.

4.4 ESBOÇO DO PLANO DE ESTUDOS

A oferta alternativa do ensino básico terá uma matriz curricular organizada por disciplinas que se estruturam por módulos dependendo a sua duração do número de aulas específico para cada módulo. O ensino modular permite não apenas relacionar conteúdos intelectuais, mas também conectá-los com atividades práticas e habilidades. A organização modular pode ser o recurso mais favorável para tratar a diversidade de alunos dentro de um nível educativo ou de um mesmo grupo.

O total de horas de cada disciplina será distribuído de forma equitativa por três anos letivos.

O plano de estudos é constituído pelas seguintes componentes de formação:

a) Geral, que integrará as disciplinas de Português, Matemática Funcional, Inglês, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação;

b) Complementar, que integrará as áreas de Ciências Sociais e de Ciências do Ambiente, em que a oferta será estudada pela escola tendo em conta as características dos alunos que integrarão a alternativa;

c) Vocacional (em regime de desdobramento), que integrará projetos que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos e atividades/conhecimentos vocacionais através de um ensino das artes e pela arte e tecnologia, com o sentido de desenvolvimento de aptidões e talentos dos alunos, assim como o desenvolvimento de competências analíticas e críticas da envolvência. Competências estas que permitirão ao aluno uma abordagem capaz e autónoma na resolução de problemas do seu quotidiano social e profissional. Numa sociedade que necessita cada vez mais de trabalhadores criativos, flexíveis, adaptáveis e inovadores, os sistemas educativos têm de evoluir de acordo com estas novas necessidades. A Educação Artística permite dotar os alunos destas capacidades, permitindo-lhes que se expressem de forma analítica e crítica em relação ao mundo que os rodeia e participar ativamente nos vários aspetos da existência humana.

O ensino pela arte e tecnologia deve redescobrir os recursos circundantes e aproximar-se das Universidades, Politécnicos, Museus, Galerias de Arte, Centros Culturais, Fundações, Autarquias, Empresas, Oficinas, Ateliês, Artistas, Artesãos... Todos eles poderão ter um papel relevante na conceção e concretização de projetos.

OFERTA ALTERNATIVA AO CURRÍCULO REGULAR: MATRIZ CURRICULAR				
Disciplinas		7º Ano	8º Ano	9º Ano
Componente Geral	Português	90 Horas 4 (200 min.)	90 Horas 4 (200 min.)	90 Horas 4 (200 min.)
	Inglês	65 Horas 3 (150 min.)	65 Horas 3 (150 min.)	65 Horas 3 (150 min.)

	Matemática Funcional	65 Horas 3 (150 min.)	65 Horas 3 (150 min.)	65 Horas 3 (150 min.)
	Educação Física	45 Horas 2 (100 min.)	45 Horas 2 (100 min.)	45 Horas 2 (100 min.)
	TIC	45 Horas 2 (100 min.)	45 Horas 2 (100 min.)	45 Horas 2 (100 min.)
SUBTOTAL		<u>310 Horas</u> 14 (700 min.)	<u>310 Horas</u> 14 (700 min.)	<u>310 Horas</u> 14 (700 min.)
Componente Complementar	Oferta Escola A*	90 Horas 4 (200 min.)	90 Horas 4 (200 min.)	90 Horas 4 (200 min.)
	Oferta Escola B*	65 Horas 3 (150 min.)	65 Horas 3 (150 min.)	65 Horas 3 (150 min.)
SUBTOTAL		<u>155 Horas</u> 7 (350 min.)	<u>155 Horas</u> 7 (350 min.)	<u>155 Horas</u> 7 (350 min.)
Componente Vocacional	Artes	150 Horas 6 (300 min.)	150 Horas 6 (300 min.)	150 Horas 6 (300 min.)
	Tecnologia	150 Horas 6 (300 min.)	150 Horas 6 (300 min.)	150 Horas 6 (300 min.)
SUBTOTAL		<u>300 Horas</u> 12 (600 min.)	<u>300 Horas</u> 12 (600 min.)	<u>300 Horas</u> 12 (600 min.)
Formação Cívica		1 (50 min.)	1 (50 min.)	1 (50 min.)
TOTAL		<u>765 Horas</u> 34 (1700 min.)	<u>765 Horas</u> 34 (1700 min.)	<u>765 Horas</u> 34 (1700 min.)

* Oferta a definir pela escola tendo em conta as características dos alunos que integrarão a alternativa, por exemplo: Sociedade e Cidadania; Saúde e Ambiente.

4.5 AGRUPAMENTO DOS ALUNOS

Deve-se promover uma reflexão sobre número de alunos por turma, de modo a que os docentes possam fazer uma verdadeira diferenciação na sala de aula, tendo como referência um número máximo de 20 alunos.

A escola no âmbito da sua autonomia pode efetuar desdobramentos da turma na componente vocacional.

4.6 REGIME DE AVALIAÇÃO E PROGRESSÃO

No início deverá proceder-se um diagnóstico sumário dos alunos, tendo em vista a caracterização da turma, a aferição dos conhecimentos adquiridos pelos alunos e as suas necessidades e interesses, a fim de a equipa pedagógica poder delinear de uma forma mais equilibrada os módulos a lecionar, as estratégias a utilizar, as formas de diferenciação em sala de aula e/ou acompanhamento de cada aluno.

A estrutura curricular organizada por módulos possibilita uma maior flexibilidade e respeito pelo ritmo individual de aprendizagem do aluno e permite a adaptação às circunstâncias e dinâmicas internas da escola. O ritmo de progressão no plano de estudos é sobretudo determinado pelas aprendizagens realizadas por cada aluno e não por uma regra oficial que diz que todos progridem ao mesmo ritmo e são classificados no mesmo momento. A progressão faz-se de acordo com o ritmo próprio impelido pelos ambientes de aprendizagem, no sentido de provocar um ritmo de desenvolvimento. A progressão tem em conta não só o ritmo próprio de cada aluno, como também os interesses, as motivações ligadas à sua vida social e profissional presente e futura. O aluno é assim responsável pelo seu percurso formativo, isto exige uma nova forma de organizar os espaços educativos

enquanto espaços de formação, novas práticas de ação pedagógica, novas relações, novas atitudes, novos papéis para professores e alunos.

É importante avaliar o produto de ensino-aprendizagem através da observação de mudanças comportamentais, mas também, e fundamentalmente mudanças qualitativas, que entram no terreno das atitudes, dos valores e das crenças. A avaliação modular estimula o sucesso educativo de todos os alunos, favorece a confiança própria, contempla os vários ritmos de aprendizagem e a progressão é o garante da qualidade da formação. A avaliação é realizada no final de cada módulo. Assim, podem ser concluídos vários módulos de uma mesma disciplina durante um ano letivo.

Além das avaliações: diagnósticas, formativas e sumativas, implementadas em sala de aula pelos professores, os alunos deverão ser globalmente avaliados no final de cada módulo, no tocante a aspetos académicos e não académicos, como o empenho e o compromisso com a aprendizagem. É muito importante valorizar as atitudes com ênfase em auto-avaliação. A avaliação modular debruça-se sobre duas dimensões estruturantes da vida de uma comunidade escolar: a avaliação das aprendizagens dos alunos, e a avaliação da organização da formação e dos processos de ensino-aprendizagem. É fundamental a utilização destes instrumentos de apoio à tomada de decisões e conseqüente alteração ou correção das práticas organizacionais, processuais, pedagógicas, didáticas e avaliativas, sempre no sentido de criar condições para processos de ensino-aprendizagem mais eficazes e, logo, com melhores resultados ao nível do sucesso educativo.

A oferta educativa tem a duração mínima de três anos letivos, sem lugar à retenção durante o seu percurso, no entanto o aluno só concluirá o 3º ciclo se obtiver aprovação em pelo menos 90% do total de módulos.

O regime de assiduidade encontra-se disposto no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro).

4.7 MECANISMOS DE APOIO AOS ALUNOS

Considerando como fundamental a constituição de mecanismos de apoio aos alunos, nomeadamente através dos Serviços de Psicologia e Orientação, propõe-se a constituição de uma equipa técnica composta por dois elementos, um dos quais com formação na área da Psicologia e outro na área da Educação Social.

No âmbito da Psicologia, as atividades desenvolver-se-ão em duas fases. A primeira pretende apoiar na escolha vocacional dos jovens, orientando-os de acordo com as suas expectativas e projetos de vida. A segunda, que decorrerá ao longo de toda a vigência do projeto, desenvolve-se em diversas valências que importa explorar. Para além do acompanhamento psicológico individual dos alunos, o técnico desta área deverá implementar programas de promoção de competências pessoais e sociais em grupo, promovendo a inclusão na comunidade escolar e na comunidade mais alargada, como forma de assegurar a gestão adequada dos conflitos.

Por outro lado, deverá assumir funções de assessoria técnica junto da restante equipa pedagógica, articulando com os diversos interlocutores para uma melhor compreensão dos jovens envolvidos.

Numa lógica de preparação do futuro, são ainda atribuições do técnico na área da Psicologia a preparação e dinamização de atividades de exploração vocacional, como a visitas a empresas nos mais diversos sectores de atividade, a promoção de curtas experiências em contexto real de trabalho e a possibilidade de realizar entrevistas a profissionais, a promoção de técnicas de procura de emprego, a exploração orientada de cursos profissionais disponíveis e das diferentes profissões, a organização de portefólio/curriculum vitae.

No que concerne ao técnico na área da Educação Social, são funções elaborar diagnóstico sociofamiliar e fazer o acompanhamento das famílias dos jovens, nomeadamente ao nível da educação e das competências parentais; possível encaminhamento de determinadas situações de jovens e famílias

para outros recursos da comunidade que facilitem um acompanhamento mais integrado e articulado; promover processos de mediação entre diferentes interlocutores e entidades envolvidos no curso; colaborar com a equipa pedagógica na conceção, implementação e monitorização de ações informativas e educativas.

4.8 COORDENAÇÃO

O desenvolvimento da oferta é assegurada por uma equipa pedagógica, coordenada pelo diretor de curso que assumirá também as funções de diretor de turma, a qual integra ainda os professores das diversas disciplinas, profissionais de orientação ou outros que intervêm na preparação e concretização do mesmo. Compete à equipa pedagógica a organização, realização e avaliação da oferta educativa, nomeadamente a articulação interdisciplinar, o apoio à ação técnico pedagógica dos docentes ou outros profissionais que a integram e o acompanhamento do percurso formativo dos alunos, promovendo o sucesso educativo.

A equipa pedagógica reúne, no primeiro período para efeitos de elaboração do plano de turma e planificação do desenvolvimento do currículo, de modo a assegurar uma interdisciplinaridade no tratamento dos projetos desenvolvidos na componente vocacional.

A equipa pedagógica dispõe de cem minutos (dois tempos) semanais, coincidente nos respetivos horários, pelo que reúne, semanalmente para efeitos de coordenação de atividades do ensino-aprendizagem, nomeadamente trabalho cooperativo dos docentes na constante atualização da organização curricular, elaboração/adequação do plano de turma e para a avaliação formativa dos alunos.

O conselho de turma de avaliação reúne, pelo menos três vezes em cada ano letivo, sendo que as duas primeiras coincidem com o final do primeiro e segundo períodos letivos, para proceder à avaliação sumativa dos alunos.

4.9 MONITORIZAÇÃO DO PROJETO

Todos os projetos necessitam de ser avaliados para aferir o seu grau de eficácia e reagir no sentido de estabelecer as necessárias correções e aperfeiçoamentos. Em qualquer projeto de ensino deve definir-se a forma do seu acompanhamento e monitorização da execução, bem como da sua revisão.

O procedimento de monitorização e avaliação da oferta educativa deve apreciar os objetivos do plano de estudos, as competências esperadas e a avaliação das competências adquiridas pelos alunos. Mecanismos que facilitem uma reflexão em torno da qualidade e inovação desta oferta educativa.

Esta monitorização e avaliação devem ser da responsabilidade interna da escola composta por um Adjunto da Direção, um Representante do Conselho Pedagógico e o Coordenador da Equipa Pedagógica, acompanhada por uma equipa de apoio externa com um elemento de ligação à tutela e um elemento de uma instituição do ensino superior especializado em ciências da educação.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, I., & Roldão, M. C. (1989). *A Evolução da Escolaridade Obrigatória em Portugal nos Últimos Vinte Anos. Em E. L. Pires, O Ensino Básico em Portugal*. Porto: Col. Biblioteca Básica de Educação Ensino, Edições Asa.

Barreto, A. (2007). *Portugal, um retrato social - Um país como os outros: A formação de uma sociedade europeia Vol. 07*. Lisboa: Público Edições.

Barroso, J. (2006). "A Autonomia das Escolas: Retórica, Instrumento e modo de Regulação da Ação Política". *Em Textos da Conferência Internacional "A Autonomia das Escolas" (p.23-48)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Barroso, J. (1999). *A Regulação e Autonomia da Escola Pública: o papel do estado dos professores e dos pais, In Autonomia das Escolas volume 12*. Inovação.

Bell, J. (2008). *Como realizar um projeto de investigação - trajectos*. Lisboa: Gradiva.

Benavente, A., Campiche, J., Seabra, T., & Sebastião, J. (1994). *Renunciar à Escola - O Abandono Escolar no Ensino Básico*. Lisboa: Fim de Século Edições.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Carvalho, R. (1986). *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Delors, J., Al-Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., et al. (1998). *Educação - Um Tesouro a Descobrir Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Brasília: CORTEZ EDITORA.

Delors, J., Al-Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., et al. (2010). *Educação - Um Tesouro a Descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. Brasília: Grupo Editorial UNESCO.

Diogo, F. (2004). *O currículo escolar face à diversidade. A gestão flexível do currículo. Comunicação em Seminário Organizado pela Câmara Municipal de Mangualde*. Mangualde.

Diogo, F. T. (2008). *Tese de Doutoramento "O Currículo na Democratização da Escola Básica. A Justiça Curricular na Reorganização Curricular do Ensino Básico"*. Porto.

Educação, C. N. (2013). *O Estado da Educação 2013*. Edição CNE.

Fernandes, P. (2011). *O currículo do ensino básico em Portugal: políticas, perspectivas e desafios*. Porto: Porto Editora.

Formosinho, J. (2007). *O currículo uniforme pronto-a-vestir de tamanho único*. Mangualde: Edições Pedagogo.

Formosinho, J. (1992). O dilema organizacional da escola de massas. *Revista Portuguesa de Educação, Vol. 5, 3, 23-48*.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia 31ª edição*. São Paulo: Paz e Terra.

Giroux, H. (17 de dezembro de 2010). Qual o papel da Pedagogia Crítica nos estudos de língua e cultura? (M. Guilherme, Entrevistador)

Leite, C., Gomes, L., & Fernandes, P. (2001). *Projectos Curriculares de Escola e Turma: conceber, gerir e avaliar*. Porto: Edições Asa.

Levin, B. (2003). Approaches to equity in policy for lifelong learning. A paper commissioned by the Education and Training Policy Division. Em J. Azevedo, Diversificação, equidade e qualidade no ensino secundário na União Europeia. *Seminário IPE-UNESCO*, (p. 12). Buenos Aires.

Morrow, R. A., & Torres, C. A. (1998). Jurgen Habermas, Paulo Freire e a pedagogia crítica: novas orientações para a educação comparada. *Revista Educação, Sociedade & Culturas, n.º10, 123-155*.

Pacheco, J. (1996). *Currículo: teoria e praxis*. Porto: Porto Editora.

Pacheco, J. (2003). *Escritos Curriculares I*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Pacheco, J. (2005). *Estudos Curriculares - Para a compreensão crítica da Educação*. Porto: Porto Editora.

Pacheco, J. (2008). Notas sobre diversificação/diferenciação curricular em Portugal. *Revista do Programa de Pós-Graduação em educação*, nº28, Junho/Dezembro.

Perrenoud, P. (2002). *Os sistemas educativos face às desigualdades e ao insucesso escolar: uma incapacidade mesclada de cansaço*. Em Duarte, J. B.

(dir.) *Igualdade e Diferença. Numa escola para todos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Perrenoud, P. (2000). *Pedagogia diferenciada. Das intenções à ação*. S. Paulo: Artmed.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais - Trajectos*. Lisboa: Gradiva.

Robinson, K. (2011). *O Elemento*. Porto: Porto Editora.

Rodrigues, M. L. (2015). (Coord.) *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal - Volume I - A construção do sistema democrático de ensino*. Coimbra: Almedina.

Roldão, M. C. (2005). (Coord.) *Estudos de Práticas de Gestão do Currículo - que qualidade de ensino e de aprendizagem*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Roldão, M. C. (2003). *Diferenciação Curricular Revisitada. Conceito, discurso e praxis*. Porto: Porto Editora.

Roldão, M. C. (1999a). *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.

Roldão, M. C. (1999b). *Os professores e a gestão do currículo - perspectivas e práticas em análise*. Porto: Porto Editora.

Roldão, M. C. (2011). *Um currículo de currículos*. Alpiarça: Edições Cosmos.

Sacristán, J. G. (2000). *O currículo. Uma reflexão sobre a prática*. S. Paulo: Artmed.

Sacristán, J. G. (s.d.). *Quien fracassa cuando hay fracasso escolar?* Obtido em outubro de 2015, de Gimeno doc.: <http://www.fracasoescolar.com/conclusions2004/gimeno.pdf>

Sousa, F. (2010). *Diferenciação curricular e deliberação docente*. Porto: Porto Editora.

Teodoro, A. (2001). *A Construção Política da Educação, Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.

UNESCO, C. N. (2006). *Roteiro para a Educação Artística, Desenvolver as Capacidades Criativas para o Século XXI. I Conferência Mundial de Educação Artística*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.

Zabalza, M. (2000). *Diversificação curricular como diversificação da oferta formativa*. Obtido em 2 de abril de 2003, de www.dgci.min-edu.pt/revista/revista1/diferenccurricular.

Projeto Educativo do Agrupamento, 2013/2016.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Decreto-Lei n.º 43/1989, de 3 de fevereiro.
Despacho n.º 22/SEEI/1996, de 19 de junho.
Decreto-Lei n.º 115-A/1998, de 4 de maio.
Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro.
Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho.
Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro.
Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril
Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.
Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.
Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.
Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro.
Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março.
Portaria n.º 341/2015, de 9 de outubro.

APÊNDICES

Apêndice A

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Este questionário enquadra-se no Trabalho de Projeto Final do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, titulado “Que alternativa ao currículo regular do ensino básico”.

O objetivo do estudo é conhecer e compreender a diversificação/diferenciação curricular, assim como os interesses dos alunos perante as respostas dadas pela escola, no que respeita à oferta curricular.

O inquérito é anónimo e as tuas respostas são confidenciais e sigilosas, sendo os dados utilizados exclusivamente para um estudo.

Pedimos que sejas o mais sincero, objetivo e claro nas tuas respostas. A tua participação sendo voluntária, é bastante importante para a realização do estudo.

OBRIGADO!

Tempo máximo previsto de preenchimento: 20 minutos

Aplicação: dezembro de 2015

Sexo: M F

Residência: _____

Que tipo de plano curricular frequentas?

Ensino Regular Curso Vocacional

Quantas vezes ficaste retido?

0 1 2 3 4 5 ou +

PARTE I

Por favor assinala com um (X) a resposta mais adequada tendo em conta a escala de 1 a 5, sabendo que: 1= discordo totalmente; 2=discordo em parte; 3= nem discordo nem concordo; 4=concordo em parte; 5=concordo totalmente.

Qual a tua perceção relativamente à escola?

	1 discordo totalmente	2 discordo em parte	3 nem concordo nem discordo	4 concordo em parte	5 concordo totalmente
Gostas das instalações da escola.					
A escola tem recursos adequados às tuas necessidades.					
A escola está atenta aos problemas dos alunos.					
A escola têm técnicos especializados e/ou professores para te ajudarem a encontrar soluções para os teus problemas escolares.					
Os professores costumam dar respostas aos teus problemas de integração escolar.					
Sentes que és apoiado pela escola quando tens problemas escolares ou de aprendizagem.					
Consideras que tens uma carga horária semanal ideal.					
Consideras que tens uma carga horária semanal deficitária.					
Consideras que tens uma carga horária semanal excessiva.					
Tens problemas de assiduidade.					
Os teus colegas de turma têm problemas de disciplina.					
Tens problemas disciplinares na escola.					
Consideras que deves adaptar-te à disciplina da escola.					
A escola procura resolver os problemas de indisciplina.					
Atingiste os resultados esperados nas várias disciplinas.					
Tens melhores resultados por estares integrado na tua turma.					

Na tua turma há um ambiente favorável para aprenderes.					
És avaliado essencialmente através de testes.					
És avaliado através de testes e trabalhos de vários tipos.					

PARTE II

1. Consideras importantes todas as disciplinas do teu plano curricular?

Sim.

Não.

2. Que disciplinas retirarias do teu plano curricular? Porquê?

R: _____

3. Que disciplinas acrescentarias ao teu plano curricular? Porquê?

R: _____

4. Consideras correta a carga horária de cada disciplina?

Sim.

Não.

5. Em que disciplinas aumentarias a carga horária? Porquê?

R: _____

6. Em que disciplinas diminuirias a carga horária? Porquê?

R: _____

7. No teu horário dispões de apoio ao estudo oferecido pela escola?

Sim.

Não.

7.1 Se sim, em que disciplinas?

R: _____

8. Consideras importante que no teu horário esteja contemplada a componente de formação cívica?

Sim.

Não.

8.1. Porquê?

R: _____

9. Como preferes ser avaliado?

Através de trabalhos e projetos.

Através de testes.

10. Quando te preparas para os testes dás mais importância à:

Memorização.

Compreensão.

11. Quando realizas um trabalho ou um projeto procuras compreender todos os assuntos desenvolvidos?

Sim.

Não.

11.1 Porquê?

R: _____

12. Consideras importante a realização das provas nacionais de exame?

Sim.

Não.

12.1 Porquê?

R: _____

13. Em que disciplinas deveriam ser realizadas as provas nacionais de exame?

Português e Matemática.

Todas.

Nenhuma.

13.1 Porquê?

R: _____

14. Consideras que estudas e aprendes melhor pelo facto de realizares provas nacionais de exame?

Sim.

Não.

15. Consideras que as aulas das disciplinas de Português e Matemática estão focadas nas provas nacionais de exame?

Sim.

Não.

16. Quando concluíres o terceiro ciclo pretendes frequentar que tipo de curso?

Científico Humanístico.

Vocacional / Profissional.

Nenhum. Pretendo entrar no mundo do trabalho.

17. Pretendes ingressar no ensino superior?

Sim.

Não.

17.1 Se sim, que tipo de curso?

Técnico superior.

Licenciatura.

Obrigado pela tua colaboração.

Apêndice A1

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Este questionário enquadra-se no Trabalho de Projeto Final do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, titulado “Que alternativa ao currículo regular do ensino básico”.

O objetivo do estudo é conhecer e compreender a diversificação/diferenciação curricular, assim como os interesses dos alunos perante as respostas dadas pela escola, no que respeita à oferta curricular.

O inquérito é anónimo e as tuas respostas são confidenciais e sigilosas, sendo os dados utilizados exclusivamente para um estudo.

Pedimos que sejas o mais sincero, objetivo e claro nas tuas respostas. A tua participação sendo voluntária, é bastante importante para a realização do estudo.

GRATOS PELA DISPONIBILIDADE.

Tempo máximo previsto de preenchimento: 20 minutos

Aplicação: dezembro de 2015

Sexo: M = 26 F = 10 TOTAL = 36 Alunos que responderam.

Que tipo de plano curricular frequentas?

Ensino Regular Curso Vocacional

Quantas vezes ficaste retido?

2X = 25 3X = 4 4X = 5 5ou+X = 1

PARTE I

Por favor assinala com um (X) a resposta mais adequada tendo em conta a escala de 1 a 5, sabendo que: 1= discordo totalmente; 2=discordo em parte; 3= nem discordo nem concordo; 4=concordo em parte; 5=concordo totalmente.

Qual a tua perceção relativamente à escola?

	1 discordo totalmente	2 discordo em parte	3 nem concordo nem discordo	4 concordo em parte	5 concordo totalmente
Gostas das instalações da escola.	5	3	17	9	2
A escola tem recursos adequados às tuas necessidades.	4	8	10	11	3
A escola está atenta aos problemas dos alunos.	4	2	13	14	3
A escola têm técnicos especializados e/ou professores para te ajudarem a encontrar soluções para os teus problemas escolares.		5	10	6	15
Os professores costumam dar respostas aos teus problemas de integração escolar.	1	2	13	10	10
Sentes que és apoiado pela escola quando tens problemas escolares ou de aprendizagem.	2	1	15	13	5
Consideras que tens uma carga horária semanal ideal.	24	4	4	2	2
Consideras que tens uma carga horária semanal deficitária.	22	2	8	3	1
Consideras que tens uma carga horária semanal excessiva.	2		4	2	28
Tens problemas de assiduidade.	20	1	7	5	3
Os teus colegas de turma têm problemas de disciplina.		3	14	10	9
Tens problemas disciplinares na escola.	13	5	11	5	2
Consideras que deves adaptar-te à disciplina da escola.	3		13	9	11
A escola procura resolver os problemas de indisciplina.	1	3	10	12	10
Atingiste os resultados esperados nas várias disciplinas.	3	4	9	9	11
Tens melhores resultados por estares integrado na tua turma.	6	1	13	10	6

Na tua turma há um ambiente favorável para aprenderes.	4	9	15	5	3
És avaliado essencialmente através de testes.	6	3	9	11	7
És avaliado através de testes e trabalhos de vários tipos.			1	9	26

PARTE II

18. Consideras importantes todas as disciplinas do teu plano curricular?

Sim – 20 RESPOSTAS

Não – 16 RESPOSTAS

19. Que disciplinas retirarias do teu plano curricular? Porquê?

Nº OCORRÊNCIAS	DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÕES
2	Não sei;	
7	Nenhuma;	Porque são todas importantes para o curso;
9	História;	Não é útil para o quotidiano; não é útil para o curso; porque não tem nada a ver com o curso; porque não é importante para o curso; porque não é importante para a minha vida;
8	Ciências Físico-químicas;	Não é útil para o quotidiano; não é útil para o curso; porque não tem nada a ver com o curso; porque não é importante para a minha vida; porque penso que não vai ter utilidade no meu futuro; porque não gosto da disciplina;
8	Ciências Naturais;	Não é útil para o curso; porque não tem nada a ver com o curso; porque não é importante para o curso; porque não é importante para a minha vida; porque estamos a repetir a matéria do 2º ciclo;
7	Matemática;	Porque não gosto e tenho muitas dificuldades; porque requer estudo contínuo;
6	Educação Física;	Não é útil para o curso; porque não gosto e tenho dificuldades; porque não tem nada a ver com o curso;
3	Geografia;	Porque não é importante para o curso; porque não é importante para a minha vida; porque penso que não vai ter utilidade no meu futuro;
2	Inglês;	Porque não é importante para a minha vida; porque requer estudo contínuo;

20. Que disciplinas acrescentarias ao teu plano curricular? Porquê?

NÚMERO DE REPETIÇÕES	DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÕES
3	Não sei;	
9	Nenhuma;	Porque já temos muitas disciplinas no curso; Porque já temos as disciplinas ideais para o curso;
7	Formação Cívica;	Para tratar e resolver os problemas da turma;
5	Tecnologias da Informação e Comunicação;	Porque acho muito importante aprender a trabalhar com os computadores e programas;
3	Francês;	Porque gostava de aprender e deverá ser importante para o futuro;
3	Desporto – modalidades;	Porque acho importante praticar uma modalidade desportiva na escola;
1	Cidadania;	Porque acho importante saber mais sobre a sociedade;
1	Educação Musical;	Porque ajuda a descontrair e aproxima os alunos;
1	Nutricionismo;	Para aprender a comer de forma saudável;
1	Línguas Estrangeiras;	Porque vão ser muito importantes no futuro, para poder comunicar;
1	Disciplina de carácter prático;	Para aprender a desenvolver projetos;
1	Sociedade e Ambiente;	Para estudar a vida em sociedade sem violência e respeitar o ambiente;

21. Consideras correta a carga horária de cada disciplina?

Sim – 13 RESPOSTAS

Não – 23 RESPOSTAS

22. Em que disciplinas aumentarias a carga horária? Porquê?

Nº OCORRÊNCIAS	DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÕES
7	Não sei;	
7	Nenhuma;	Porque acho que está bem assim e já temos muitas horas;
9	Disciplinas vocacionais;	Porque são as mais importantes e fundamentais para o curso;
7	Educação Física;	Porque é muito importante fazer exercício físico;
5	Inglês;	Porque é muito importante e fundamental para o curso; porque é importante para o curso e poder seguir esta área; porque é importante para o futuro;
4	Matemática;	Porque é muito difícil, precisamos de mais tempos para tirar dúvidas; porque é uma disciplina essencial; porque é importante para o futuro;
1	Português;	Porque é uma disciplina essencial;
1	Ciências Físico-químicas;	Porque é importante para o curso;
1	Ciências Naturais;	Porque é importante para o curso;
1	Geografia;	Porque a matéria é importante para a nossa vida;

23. Em que disciplinas diminuirias a carga horária? Porquê?

Nº OCORRÊNCIAS	DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÕES
6	Não sei;	
2	Nenhuma;	Porque apesar de ser demasiada, acho que é a que devíamos ter;
13	Matemática;	Porque é a disciplina que gosto menos;
9	Educação Física;	Porque acho que dois tempos semanais são suficientes;
5	Inglês;	Porque acho que devia ter apenas aulas das disciplinas vocacionais; porque é uma das disciplinas que gosto menos; porque temos demasiadas aulas por semana;
4	Ciências Físico-químicas;	Porque é uma das disciplinas que gosto menos; porque não gosto da disciplina;
4	Geografia;	Porque não gosto da disciplina; porque acho que devia ter apenas aulas das disciplinas vocacionais;
4	Ciências Naturais;	Porque é uma das disciplinas que gosto menos; porque não gosto da disciplina;
3	História;	Porque não gosto da disciplina e não é importante para o meu futuro; porque acho que devia ter apenas aulas das disciplinas vocacionais;
3	Português;	Sem justificação;
1	Todas as disciplinas	Porque tenho muitas horas de aulas por dia;

24. No teu horário dispões de apoio ao estudo oferecido pela escola?

Sim – 0 RESPOSTAS

Não – 36 RESPOSTAS

7.1 Se sim, em que disciplinas?

R: NENHUMA

25. Consideras importante que no teu horário esteja contemplada a componente de formação cívica?

Sim – 24 RESPOSTAS

Não – 12 RESPOSTAS

25.1. Porquê?

Nº RESPOSTAS	SIM - JUSTIFICAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS

20	Para analisarmos e resolvermos os problemas (atitudes, comportamento, disciplina) da turma;
2	Para resolver problemas e ajudar os alunos da turma;
1	Para falarmos mais com o nosso diretor de turma;
1	Para conversarmos sobre o que consideramos importante na escola;

Nº RESPOSTAS	NÃO - JUSTIFICAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS
6	Porque não acho necessário;
4	Para não sobrecarregar ainda mais o horário;
1	Porque retirava horas às disciplinas mais importantes;
1	Porque só serve para falar dos problemas da turma;

26. Como preferes ser avaliado?

Através de trabalhos e projetos – 30 RESPOSTAS

Através de testes – 6 RESPOSTAS

27. Quando te preparas para os testes dás mais importância à:

Memorização – 19 RESPOSTAS

Compreensão – 17 RESPOSTAS

28. Quando realizas um trabalho ou um projeto procuras compreender todos os assuntos desenvolvidos?

Sim – 33 RESPOSTAS

Não – 3 RESPOSTAS

11.1 Porquê?

Nº RESPOSTAS	SIM - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
18	Para aprender melhor sobre os assuntos tratados na pesquisa, ficar mais informado e fazer um bom trabalho;
6	Para ter melhores notas;
5	Porque é necessário compreender todos os assuntos para realizar o projeto e podê-lo explicar aos outros;
1	Para tirar todas as dúvidas;
1	Porque aprendo algo novo sem recorrer à memorização e fico com mais conhecimentos para o futuro;
1	Porque me sinto mais motivado;
1	Para saber sempre o que fazer;

Nº RESPOSTAS	NÃO - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
3	Porque acho que não é importante;

29. Consideras importante a realização das provas nacionais de exame?

Sim – 8 RESPOSTAS

Não – 28 RESPOSTAS

12.1 Porquê?

Nº RESPOSTAS	SIM - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
8	Para verificar se os alunos sabem o que lhes foi ensinado;

Nº RESPOSTAS	NÃO - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
13	Porque já somos avaliados por muitos testes durante o ano letivo;
4	Porque não ficamos diferentes, não aprendemos mais e nem mais inteligentes com os exames;
4	Porque os alunos já trabalham um ano inteiro e não é o exame que faz um aluno melhor;
3	Porque por vezes há alunos que se enervam nas provas e pioram as notas;
2	Porque por vezes os alunos pioram as notas nos exames;
1	Porque no exame podemos tirar negativa e no entanto até podemos ser bons alunos;
1	Porque no vocacional temos menos aulas que os alunos do regular;

30. Em que disciplinas deveriam ser realizadas as provas nacionais de exame?

Português e Matemática – 10 RESPOSTAS

Todas – 1 RESPOSTA

Nenhuma – 25 RESPOSTAS

13.1 Porquê?

Nº RESPOSTAS	PORTUGUÊS E MATEMÁTICA - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
8	Porque são as disciplinas que precisamos mais no futuro para trabalhar;
2	Português porque é a nossa língua e devemos conhecê-la bem (falar e escrever corretamente) e Matemática porque é muito importante no dia a dia (cálculos);

Nº RESPOSTAS	TODAS - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
1	Para verificar se os alunos aprenderam o que foi dado em todas as disciplinas;

Nº RESPOSTAS	NENHUMA - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
10	Porque não acho necessário, os exames só servem para provocar stress nos alunos;
7	Porque os testes são suficientes;
4	Porque os exames só provocam pressão e ansiedade nos alunos;
4	Não sei explicar;

31. Consideras que estudas e aprendes melhor pelo facto de realizares provas nacionais de exame?

Sim – 8 RESPOSTAS

Não – 28 RESPOSTAS

32. Consideras que as aulas das disciplinas de Português e Matemática estão focadas nas provas nacionais de exame?

Sim – 25 RESPOSTAS

Não – 11 RESPOSTAS

33. Quando concluíres o terceiro ciclo pretendes frequentar que tipo de curso?

Científico Humanístico – 0 RESPOSTAS

Vocacional / Profissional – 27 RESPOSTAS

Nenhum. Pretendo entrar no mundo do trabalho – 9 RESPOSTAS

34. Pretendes ingressar no ensino superior?

Sim – 4 RESPOSTAS

Não – 32 RESPOSTAS

17.1 Se sim, que tipo de curso?

Técnico superior – 4 RESPOSTAS

Licenciatura – 0 RESPOSTAS

Apêndice A2

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

Este questionário enquadra-se no Trabalho de Projeto Final do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, titulado “Que alternativa ao currículo regular do ensino básico”.

O objetivo do estudo é conhecer e compreender a diversificação/diferenciação curricular, assim como os interesses dos alunos perante as respostas dadas pela escola, no que respeita à oferta curricular.

O inquérito é anónimo e as tuas respostas são confidenciais e sigilosas, sendo os dados utilizados exclusivamente para um estudo.

Pedimos que sejas o mais sincero, objetivo e claro nas tuas respostas. A tua participação sendo voluntária, é bastante importante para a realização do estudo.

GRATOS PELA DISPONIBILIDADE.

Tempo máximo previsto de preenchimento: 20 minutos

Aplicação: dezembro de 2015

Sexo: M = 13 F = 21 TOTAL = 34 Alunos que responderam.

Que tipo de plano curricular frequentas?

Ensino Regular Curso Vocacional

Quantas vezes ficaste retido?

0X = 25 1X = 4 2X = 5

PARTE I

Por favor assinala com um (X) a resposta mais adequada tendo em conta a escala de 1 a 5, sabendo que: 1= discordo totalmente; 2=discordo em parte; 3= nem discordo nem concordo; 4=concordo em parte; 5=concordo totalmente.

Qual a tua perceção relativamente à escola?

	1 discordo totalmente	2 discordo em parte	3 nem concordo nem discordo	4 concordo em parte	5 concordo totalmente
Gostas das instalações da escola.	1		10	19	4
A escola tem recursos adequados às tuas necessidades.		2	4	15	13
A escola está atenta aos problemas dos alunos.	1	5	3	18	7
A escola têm técnicos especializados e/ou professores para te ajudarem a encontrar soluções para os teus problemas escolares.			4	15	15
Os professores costumam dar respostas aos teus problemas de integração escolar.			4	11	19
Sentes que és apoiado pela escola quando tens problemas escolares ou de aprendizagem.	1		4	13	16
Consideras que tens uma carga horária semanal ideal.	3	15	7	5	4
Consideras que tens uma carga horária semanal deficitária.	12	5	7	9	1
Consideras que tens uma carga horária semanal excessiva.	4	6	5	10	9
Tens problemas de assiduidade.	22	2	4	3	3
Os teus colegas de turma têm problemas de disciplina.	2	2	13	15	2
Tens problemas disciplinares na escola.	22	3	2	5	2
Consideras que deves adaptar-te à disciplina da escola.	1	1	5	9	18
A escola procura resolver os problemas de indisciplina.	1		4	13	16
Atingiste os resultados esperados nas várias disciplinas.	1	2	5	20	6
Tens melhores resultados por estares integrado na tua turma.	3	1	9	10	11

Na tua turma há um ambiente favorável para aprenderes.	1	9	10	7	7
És avaliado essencialmente através de testes.	3	6	5	17	3
És avaliado através de testes e trabalhos de vários tipos.		1	2	10	21

PARTE II

1. Consideras importantes todas as disciplinas do teu plano curricular?

Sim – 25 RESPOSTAS

Não – 9 RESPOSTAS

2. Que disciplinas retirarias do teu plano curricular? Porquê?

Nº OCORRÊNCIAS	DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÕES
5	Não sei;	
10	Nenhuma;	Todas as disciplinas são importantes, ajudam-nos a ter mais cultura e conhecimento;
7	Raciocínio Matemático;	Porque não acho uma disciplina essencial e é uma repetição de Matemática;
3	Tecnologias da Informação e Comunicação;	Porque não vou precisar para os meus estudos; nós conseguimos aprender sozinhos a mexer nos computadores;
2	Inglês;	Não gosto da disciplina;
2	História;	Não considero que tenha importância no meu futuro profissional;
2	Educação Física;	No ensino secundário não vou necessitar dela; deveria ser de opção, para os alunos que pretendessem seguir desporto;
2	Francês;	Porque acho que não precisarei desta disciplina no futuro, o Inglês é uma língua universal;
2	Educação Tecnológica;	Porque não vou precisar para os meus estudos;
1	Educação Visual;	No ensino secundário não vou necessitar dela;
1	Formação Cívica;	Porque acho que é desnecessária;

3. Que disciplinas acrescentarias ao teu plano curricular? Porquê?

Nº OCORRÊNCIAS	DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÕES
3	Não sei;	
13	Nenhuma;	Porque acho que o plano já tem as disciplinas suficientes;
5	Formação Cívica;	Para tratar de assuntos relativos à turma, sem ocupar o tempo da disciplina do diretor de turma;
4	Dança;	Porque é uma forma de fazer exercício físico e ao mesmo tempo nos expressarmos livremente;
2	Espanhol;	Porque é uma língua de fácil aprendizagem e gostava de aprender a falar;
2	Gestão Doméstica;	Para aprendermos a gerir o nosso dia a dia;
1	Educação Musical;	Porque acho importante aprender música;
1	Desenho;	Porque gosto de desenhar e queria aprender mais;
1	Tecnologias da Informação e Comunicação;	Porque tudo se faz recorrendo a tecnologia;
1	Educação Tecnológica;	Porque gostava muito dos trabalhos práticos;
1	Natação;	Porque ajuda a desenvolver o corpo e mente;

4. Consideras correta a carga horária de cada disciplina?

Sim – 24 RESPOSTAS

Não – 10 RESPOSTAS

5. Em que disciplinas aumentarias a carga horária? Porquê?

Nº OCORRÊNCIAS	DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÕES
1	Não sei;	
10	Nenhuma;	Porque todas as disciplinas já têm uma carga horária adequada e precisamos de tempo para as nossas atividades pessoais;
11	Educação Física;	Porque o exercício físico é importante para uma vida saudável e estar em boa forma; porque acho que tem horas a menos por semana; Porque o professor tem que dar muita matéria em poucas aulas;
5	Inglês;	Porque no futuro vamos utilizar muito; porque é uma disciplina em que temos exames, e nos devemos preparar melhor; porque é muito importante aprender línguas para comunicar;
4	Matemática;	Porque é uma disciplina em que temos exames, e nos devemos preparar melhor; porque gosto, vou ter exame e muitos alunos têm dificuldades;
3	Francês;	Porque é uma disciplina importante para o meu futuro; porque acho que tem horas a menos por semana; porque é muito importante aprender línguas para comunicar;
2	Português;	Porque é uma disciplina em que temos exames, e nos devemos preparar melhor;
2	Educação Visual;	Porque gosto imenso de aulas práticas e tudo o que tenha a ver com desenho; porque é uma disciplina onde realizamos trabalhos práticos;
2	História;	Porque a matéria é muita e temos poucas horas semanais; porque os professores têm que dar muita matéria em poucas aulas;
2	Ciências Físico-químicas;	Porque é uma disciplina importante para o meu futuro; porque é importante aprender através da descoberta;
1	Educação Tecnológica;	Porque é uma disciplina onde realizamos trabalhos práticos;
1	Geografia;	Porque os professores têm que dar muita matéria em poucas aulas;
1	Ciências Naturais;	Porque é uma disciplina importante para o meu futuro;

6. Em que disciplinas diminuirias a carga horária? Porquê?

Nº OCORRÊNCIAS	DISCIPLINA	FUNDAMENTAÇÕES
3	Não sei;	
15	Nenhuma;	Porque todas as disciplinas já têm uma carga horária adequada;
6	Matemática;	Porque temos demasiadas horas semanais;
3	Tecnologias da Informação e Comunicação;	Porque tem demasiadas horas para a sua importância; porque esta disciplina tem pouca importância para seguir estudos;
3	Geografia;	Porque as horas que temos chegam para toda a matéria e ainda sobram; porque é uma disciplina pouco importante; porque não vou precisar desta disciplina para o que vou seguir;
2	Educação Tecnológica;	Porque esta disciplina é pouco importante para o meu plano de estudos; porque esta disciplina tem pouca importância para seguir estudos;
2	História;	Porque é uma disciplina pouco importante; porque não vou precisar desta disciplina para o que vou seguir;
1	Português;	Porque temos demasiadas horas semanais;
1	Inglês;	Porque não gosto da disciplina;
1	Educação Física;	Porque não gosto da disciplina;
1	Educação Visual;	Porque não vou precisar desta disciplina para o que vou seguir;

7. No teu horário dispões de apoio ao estudo oferecido pela escola?

Sim – 34 RESPOSTAS

Não – 0 RESPOSTAS

7.1 Se sim, em que disciplinas?

R: PORTUGUÊS E MATEMÁTICA

8. Consideras importante que no teu horário esteja contemplada a componente de formação cívica?

Sim – 32 RESPOSTAS

Não – 2 RESPOSTAS

8.1. Porquê?

Nº RESPOSTAS	SIM - JUSTIFICAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS
13	Para refletir e resolver os problemas da turma;
5	Porque aí discutimos os nossos problemas e falamos sobre temas que nos interessam;
3	Porque o diretor de turma ajuda a resolver os problemas que temos na escola e até em casa;
3	Para podermos falar com o diretor de turma sobre o que considerámos importante na semana para o bem estar da turma;
2	Porque é um espaço onde podemos discutir problemas sociais;
2	Para tratar de situações com o diretor de turma, sempre que precisarmos;
2	Para analisar e resolver questões dos alunos e falar de temas da vida quotidiana;
1	Para aprendermos mais sobre temas que não falamos nas outras disciplinas;
1	Para nos aconselharmos sobre diversos assuntos do nosso interesse;

Nº RESPOSTAS	NÃO - JUSTIFICAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS
2	Porque acho desnecessária;

9. Como preferes ser avaliado?

Através de trabalhos e projetos – 23 RESPOSTAS

Através de testes – 11 RESPOSTAS

10. Quando te preparas para os testes dás mais importância à:

Memorização – 13 RESPOSTAS

Compreensão – 21 RESPOSTAS

11. Quando realizas um trabalho ou um projeto procuras compreender todos os assuntos desenvolvidos?

Sim – 34 RESPOSTAS

Não – 0 RESPOSTAS

11.1 Porquê?

Nº RESPOSTAS	SIM - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
14	Porque não se pode elaborar um trabalho sem compreender todos os assuntos, pois vou ter que o apresentar;

9	Para conhecer bem os assuntos tratados e aprender melhor;
6	Para realizar o trabalho com mais facilidade;
3	Porque se não compreender todos os assuntos desenvolvidos não consigo elaborar o projeto;
2	Porque se fizer o trabalho só por fazer, não vou aprender nada;

12. Consideras importante a realização das provas nacionais de exame?

Sim – 18 RESPOSTAS

Não – 15 RESPOSTAS

Não responde – 1 RESPOSTA

12.1 Porquê?

Nº RESPOSTAS	SIM - JUSTIFICAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS
6	Para verificar se os alunos sabem a matéria das disciplinas;
4	Para testarmos as nossas capacidades e conhecimentos;
4	Para sabermos se estamos preparados para a etapa seguinte da nossa vida, secundário;
1	Para verificar se os alunos sabem a matéria das disciplinas, no entanto os alunos com 4 e 5 deviam ser dispensados de prova nacional de exame, pois esta compensação motivava os alunos a se esforçarem;
1	Porque obriga os alunos a se empenharem mais;
1	Para verificar se os alunos compreenderam minimamente as matérias lecionadas no presente ano e anteriores;
1	Porque assim temos a prova do nosso conhecimento da matéria;

Nº RESPOSTAS	NÃO - JUSTIFICAÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS
4	Porque já vamos nervosos para os testes, nos exames ficamos ainda mais nervosos e ansiosos, onde podemos tirar piores resultados para as nossas capacidades e até reprovar;
3	Porque os alunos não aprendem mais por terem exames;
2	Porque já fomos avaliados com testes durante o ano letivo;
2	Porque junta muita matéria de vários anos, que já foi avaliada por vários testes. Mais valia fazer exame anual em vez de no final de ciclo;
1	Porque os alunos que têm dificuldades vão nervosos e facilmente podem reprovar nos exames;
1	Porque não são as provas nacionais de exame que definem a nossa inteligência;
1	Porque se nos outros anos nós passamos sem ser preciso provas nacionais, porque é que no final de ciclo somos avaliados novamente sobre matéria de um ano que já passamos, o último ano de um ciclo é um ano igual aos outros, os exames servem apenas para dificultar a vida aos alunos;
1	Era preferível fazer testes mais difíceis e mais trabalho nas aulas;

13. Em que disciplinas deveriam ser realizadas as provas nacionais de exame?

Português e Matemática – 20 RESPOSTAS

Todas – 1 RESPOSTA

Nenhuma – 13 RESPOSTAS

13.1 Porquê?

Nº RESPOSTAS	PORTUGUÊS E MATEMÁTICA - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
13	Porque são as disciplinas mais importantes e necessárias para o quotidiano e vida futura;
4	Porque são as principais disciplinas e a base para a nossa formação;
2	Porque são as disciplinas mais difíceis e temos mais dificuldades;
1	Porque são disciplinas fundamentais para a nossa formação e os exames obrigam os alunos a aplicarem-se mais nas aulas;

Nº RESPOSTAS	TODAS - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
1	Para avaliar se os alunos sabem a matéria;

Nº RESPOSTAS	NENHUMA - RESPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS
4	Porque a avaliação por testes, trabalhos e participação nas aulas é suficiente;
4	As provas nem ajudam a saber como estamos na verdade, pois muitas vezes vamos nervosos e não respondemos bem às perguntas;
3	Pois não é o exame que define a nossa inteligência;
1	Pois já somos avaliados por testes e trabalhos. O exame só dificulta os resultados dos alunos com mais dificuldades;
1	Porque obrigam a decorar demasiada matéria;

14. Consideras que estudas e aprendes melhor pelo facto de realizares provas nacionais de exame?

Sim – 13 RESPOSTAS

Não – 21 RESPOSTAS

15. Consideras que as aulas das disciplinas de Português e Matemática estão focadas nas provas nacionais de exame?

Sim – 24 RESPOSTAS

Não – 10 RESPOSTAS

16. Quando conclúires o terceiro ciclo pretendes frequentar que tipo de curso?

Científico Humanístico – 13 RESPOSTAS

Vocacional / Profissional – 17 RESPOSTAS

Nenhum. Pretendo entrar no mundo do trabalho – 4 RESPOSTAS

17. Pretendes ingressar no ensino superior?

Sim – 24 RESPOSTAS

Não – 10 RESPOSTAS

17.1 Se sim, que tipo de curso?

Técnico superior – 6 RESPOSTAS

Licenciatura – 18 RESPOSTAS

Apêndice B1

GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta entrevista enquadra-se no Trabalho de Projeto Final do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, titulado “Que alternativa ao currículo regular do ensino básico”.

O objetivo do estudo é conhecer e compreender a diversificação/diferenciação curricular, assim como os interesses dos alunos perante as respostas dadas pela escola, no que respeita à oferta curricular.

A entrevista é anónima, e as suas respostas são confidenciais e sigilosas, sendo os dados utilizados exclusivamente para fins de estudo. Pedimos-lhe que seja o mais sincero, objetivo e claro nas suas respostas.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável que a entrevista seja gravada, sendo que pode interromper a qualquer momento.

OBRIGADO!

Aplicação: dezembro de 2015

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO

1. Oferta educativa:

P1.1 - Qual é a oferta educativa do Agrupamento para o 3º ciclo? Quais são as razões que originaram esta opção? Como se realizou a escolha desta oferta? Quem é que decide? O Conselho Pedagógico e o Conselho Geral pronunciam-se normalmente sobre a oferta educativa?

R: O Agrupamento oferece 2 cursos vocacionais “Acolhimento Turístico, Animação Turística / Técnico de Vendas e Atendimento” e “Design / Modelação Cerâmica / Pintura e Decoração Cerâmica” e a oferta complementar no ensino regular de Educação Tecnológica e Raciocínio Matemático no 7º Ano em substituição da Formação Cívica. Estas escolhas aparecem na interseção das necessidades expectáveis da comunidade e dos recursos disponíveis no Agrupamento. Considero que a decisão é partilhada, cabendo a última palavra à Direção. Sim, normalmente o Conselho Pedagógico e o Conselho Geral pronunciam-se sobre a oferta educativa.

P1.2 - Como é feita a divulgação da oferta educativa do Agrupamento?

R: Desconheço a forma de divulgação utilizada.

P1.3 - Como avalia a oferta educativa do Agrupamento? E, especificamente no caso dos cursos vocacionais, como os avalia, em termos dos resultados dos alunos, da carga horária e do espaço físico onde funcionam?

R: Penso que a oferta educativa é adequada ao contexto do Agrupamento. Avalio positivamente em todos os parâmetros indicados.

P1.4 - Qual é o impacto da oferta educativa do Agrupamento na comunidade? Que meios utiliza para recolher esta informação?

R: O impacto é positivo. Posso fazer esta afirmação graças ao feedback positivo de todas as atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos vocacionais.

2. Diferenciação:

P2.1 - O que entende por diferenciação curricular? Pode enumerar algumas formas utilizadas de diferenciação do ensino-aprendizagem nos cursos vocacionais?

R: A diferenciação curricular é a diversidade nos conteúdos do currículo incluindo objetivos, competências, metodologias e avaliação apresentando-se como instrumento de inclusão e de equidade. Não tenho conhecimento das formas utilizadas de diferenciação do ensino-aprendizagem nos cursos vocacionais.

3. Cursos Vocacionais:

P3.1 - Como são encaminhados os alunos para os cursos vocacionais? É sempre respeitada a primeira escolha dos alunos?

R: Desconheço a forma como são encaminhados os alunos para os cursos vocacionais e se é ou não respeitada a sua primeira escolha.

P3.2 - Quais são os critérios de escolha dos professores dos cursos vocacionais? Como seleciona o coordenador dos cursos vocacionais? Como seleciona os diretores de turma dos cursos vocacionais?

R: Pelo que me é dado a conhecer, os professores, coordenador e diretores de turma dos cursos vocacionais são selecionados pelo seu perfil.

P3.3 - Considera o plano de estudos destes cursos adequado aos alunos? Considera a distribuição da carga horária por disciplina adequada? Considera o número de alunos por turma nestes cursos adequado? Porquê?

R: O plano de estudos e a distribuição da carga horária por disciplina parece-me adequada, no entanto, considero o número de alunos por turma excessivo. Parece-me que para haver capacidade de diferenciação do ensino-aprendizagem o número de alunos por turma deveria mais reduzido.

P3.4 - Qual é a taxa de abandono escolar por parte dos alunos que frequentam os percursos alternativos ao ensino regular? Qual o nível de sucesso dos alunos dos percursos alternativos ao ensino regular?

R: Desconheço os dados relativos a estes aspetos.

P3.5 - Estes alunos dos cursos vocacionais têm muitos problemas de comportamento na escola? De que forma a escola procura que os alunos se adaptem à sua disciplina?

R: Pelo me é dado a conhecer alguns alunos têm problemas disciplinares que a escola tenta resolver das mais diversas formas.

P3.6 - Ao longo do historial dos percursos alternativos ao ensino regular do Agrupamento, quantos alunos deste tipo de oferta realizaram as provas nacionais de exame? Dos alunos que realizaram, quantos obtiveram aproveitamento nas provas? Quantos alunos reintegraram o ensino regular no secundário? Qual o destino preferencial dos alunos que concluem o 3º ciclo por esta via?

R: Desconheço os dados relativos a estes aspetos.

P3.7 - Na sua opinião, a formação destas turmas (cursos vocacionais) facilita o sucesso, potenciando a igualdade de oportunidades ou pelo contrário aprofunda desigualdades? Porquê?

R: Na minha opinião, os cursos vocacionais são uma forma de promover o sucesso e a igualdade de oportunidades, pois muitos dos alunos que os frequentam manifestam claramente constrangimentos com os estudos do ensino regular.

P3.8 - No seu entender, entre os antigos cursos de educação e formação e os atuais cursos vocacionais, qual deles é mais favorável à igualdade de oportunidades? Porquê?

R: Não tenho opinião formada relativamente a este assunto.

P3.9 - Tendo em conta as restrições de acesso aos cursos vocacionais, no seu entender, qual será a condição ótima para ingressar nestes cursos? Porquê?

R: Relativamente a este assunto, considero que os cursos vocacionais não deveriam aparecer na sequência de múltiplas retenções mas como resposta aos diferentes interesses, aptidões e características dos alunos.

Obrigado pela sua colaboração.

Apêndice B2

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta entrevista enquadra-se no Trabalho de Projeto Final do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, titulado “Que alternativa ao currículo regular do ensino básico”.

O objetivo do estudo é conhecer e compreender a diversificação/diferenciação curricular, assim como os interesses dos alunos perante as respostas dadas pela escola, no que respeita à oferta curricular.

A entrevista é anónima, e as suas respostas são confidenciais e sigilosas, sendo os dados utilizados exclusivamente para fins de estudo. Pedimos-lhe que seja o mais sincero, objetivo e claro nas suas respostas.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável que a entrevista seja gravada, sendo que pode interromper a qualquer momento.

OBRIGADO!

Aplicação: dezembro de 2015

ENTREVISTA À DIRETORA DO AGRUPAMENTO

1. Oferta educativa:

P1.1 - Qual é a oferta educativa do Agrupamento para o 3º ciclo? Quais são as razões que originaram esta opção? Como se realizou a escolha desta oferta? Quem é que decide? O Conselho Pedagógico e o Conselho Geral pronunciam-se normalmente sobre a oferta educativa?

R: Para além da oferta curricular do ensino regular, o agrupamento oferece dois cursos vocacionais, um na área artística, Design, Modelação Cerâmica e Pintura e Decoração Cerâmica, o outro na área dos serviços, Turismo.

Inicialmente o Conselho Geral apresenta uma proposta, este ano foram apresentados a três curso, dois artísticos e um ligado à área dos serviços. Esta proposta foi analisada em Conselho Pedagógico, e finalmente a Direção escolheu dois. Tendo em conta a análise do Conselho Pedagógico seriam os que melhor se enquadravam no contexto do Agrupamento.

P1.2 - Como é feita a divulgação da oferta educativa do Agrupamento?

R: A divulgação dos cursos é feita através da revista local de oferta educativa e de flyers publicitários divulgados em locais públicos da região. E pelos diferentes atores do agrupamento ao nível interno.

P1.3 - Como avalia a oferta educativa do Agrupamento? E, especificamente no caso dos cursos vocacionais, como os avalia, em termos dos resultados dos alunos, da carga horária e do espaço físico onde funcionam?

R: No meu entender a oferta educativa vai de encontro ao potencial evidenciado pelos alunos do agrupamento, assim como as necessidades da região. Os alunos têm manifestado grandes apetências para as artes e a região apresenta um elevado potencial turístico. Considero uma oferta equilibrada pois agrega as habilidades dos alunos e o potencial da região.

A escola tem espaços físicos que satisfazem plenamente as necessidades da oferta educativa.

A carga dos cursos vocacionais é demasiado elevada, pois eles acabam por cumprir o horário de fábrica. Todos os dias eles têm aulas das 8:30 até 17:15.

P1.4 - Qual é o impacto da oferta educativa do Agrupamento na comunidade? Que meios utiliza para recolher esta informação?

R: Os pais têm demonstrado uma opinião positiva, e de satisfação face à oferta educativa. As organizações parceiras do agrupamento que vêm visitar

as exposições e trabalhos realizados pelos alunos têm deixado opiniões de satisfação quanto ao trabalho desenvolvido. Ainda neste momento está a decorrer uma exposição no posto de turismo da Póvoa de Varzim com os trabalhos dos alunos realizados nos cursos anteriores, e todos os envolvidos na exposição ficaram surpreendidos com a qualidade dos trabalhos realizados pelos alunos.

2. Diferenciação:

P2.1 - O que entende por diferenciação curricular? Pode enumerar algumas formas utilizadas de diferenciação do ensino-aprendizagem nos cursos vocacionais?

R: Para mim, e de acordo com o meu conhecimento teórico e aplicação prática, a diferenciação curricular é a adaptação do currículo da disciplina ao ritmo de aprendizagem de cada aluno. Esta atenção com o ritmo de aprendizagem de cada aluno é a base utilizada nos cursos vocacionais do agrupamento.

3. Cursos Vocacionais:

P3.1 - Como são encaminhados os alunos para os cursos vocacionais? É sempre respeitada a primeira escolha dos alunos?

R: No final do segundo período são analisadas as pautas. Os alunos que evidenciam problemas de aprendizagem no ensino regular são identificados. A partir daí é analisado o historial de cada aluno para procurar compreender todo o seu percurso e identificar algum potencial manifestado. Os encarregados de educação e alunos são contactados e encaminhados para os serviços de psicologia e orientação, a fim de serem informados e esclarecidos relativamente à oferta educativa do agrupamento. É apurado o interesse destes num percurso alternativo, sempre com a clarificação de que os cursos só avançarão se forem aprovados pelo MEC. Caso o aluno pretenda ingressar

numa via alternativa procuramos sempre respeitar a primeira escolha do aluno, uma vez que esta já foi bem clarificada pelo aluno e encarregado de educação.

P3.2 - Quais são os critérios de escolha dos professores dos cursos vocacionais? Como seleciona o coordenador dos cursos vocacionais? Como seleciona os diretores de turma dos cursos vocacionais?

R: Como todos os professores são seres humanos, procuramos sempre selecionar professores que se identifiquem com esta alternativa e demonstrem sensibilidade para trabalharem com alunos que têm no seu passado uma herança pesada de fracasso e revolta para com a escola. Os diretores de turma e coordenador, têm que acrescentar a esta sensibilidade no trabalho com os alunos, a sensibilidade de conjugar os problemas que vão surgindo com os encarregados de educação e professores, por vezes têm que ser bons relações públicas, com muita capacidade para ouvir, comunicar e encontrar consensos.

P3.3 - Considera o plano de estudos destes cursos adequado aos alunos? Considera a distribuição da carga horária por disciplina adequada? Considera o número de alunos por turma nestes cursos adequado? Porquê?

R: Para mim a componente geral está adequada, pois considero de grande importância o português, a matemática, o inglês e a educação física. Nesta escola a componente vocacional considero-a bem estruturada, pois as três vertentes desta componente estão interligadas, ao contrário de outras que vejo que nada têm a ver umas com as outras, e estou a lembrar-me de floricultura, informática e carpintaria. Já quanto à componente complementar, penso que a escola deveria ter mais autonomia para escolher as disciplinas mais adequadas a cada curso e ao mesmo tempo mais liberdade para mexer na carga horária desta componente. Algumas disciplinas desta componente não fazem sentido em determinados cursos.

P3.4 - Qual é a taxa de abandono escolar por parte dos alunos que frequentam os percursos alternativos ao ensino regular? Qual o nível de sucesso dos alunos dos percursos alternativos ao ensino regular?

R: A taxa de abandono nestes cursos é residual, lembro-me que no ano letivo anterior apenas abandonou os cursos, um aluno. O sucesso é pleno, os alunos têm concluído os cursos com bom aproveitamento, e prova disso têm sido os resultados das provas de avaliação final e dos estágios.

P3.5 - Estes alunos dos cursos vocacionais têm muitos problemas de comportamento na escola? De que forma a escola procura que os alunos se adaptem à sua disciplina?

R: No início muitos destes alunos têm problemas comportamentais, tanto fracasso acaba por gerar revolta. O trabalho inicial da escola é complicado. Só com o tempo é que se alcança a pacificação. Todo o trabalho desenvolvido ao longo do primeiro ano procura em primeiro lugar demonstrar aos alunos que eles também são capazes de desenvolver um trabalho na escola com valor. Posteriormente procura-se que a comunidade e a família reconheçam o trabalho destes alunos valorizando a transformação. Com o tempo estes alunos acabam por se conciliar com a escola.

P3.6 - Ao longo do historial dos percursos alternativos ao ensino regular do Agrupamento, quantos alunos deste tipo de oferta realizaram as provas nacionais de exame? Dos alunos que realizaram, quantos obtiveram aproveitamento nas provas? Quantos alunos reintegraram o ensino regular no secundário? Qual o destino preferencial dos alunos que concluem o 3º ciclo por esta via?

R: Nesta escola, apenas um aluno deste tipo de percursos realizou as provas nacionais de exame. O aluno não obteve aproveitamento positivo, teve nível 2 em português e matemática. Nenhum aluno reintegrou o ensino regular no secundário. A grande maioria dos alunos desta via acaba por ingressar no ensino profissional do secundário.

P3.7 - Na sua opinião, a formação destas turmas (cursos vocacionais) facilita o sucesso, potenciando a igualdade de oportunidades ou pelo contrário aprofunda desigualdades? Porquê?

R: Aqui podemos observar com dois olhares distintos, se olharmos para estes cursos como um meio de remediação/oportunidade, estes cursos têm um efeito positivo, uma vez que recuperam para a escola alunos que estavam completamente afastados. Aqui ganham aprendizagens que poderão facilitar o seu futuro. Se olharmos para estes cursos enquanto igualdade, de facto estes alunos não têm as mesmas oportunidades que os alunos do ensino regular. Se no papel estes alunos podem regressar ao ensino regular, na prática isso não acontece, o ponto de partida destes alunos não é o mesmo, o total da carga horária não é a mesma, o tempo disponível para o estudo não é o mesmo. E dada a sobrecarga horária, não é possível oferecer apoio ao estudo, algo que acontece no ensino regular.

Estes cursos são de facto uma remediação, face ao distanciamento destes alunos relativamente à escola.

P3.8 - No seu entender, entre os antigos cursos de educação e formação e os atuais cursos vocacionais, qual deles é mais favorável à igualdade de oportunidades? Porquê?

R: Ambos os formatos assumem um carácter de remediação, os atuais cursos vocacionais procuram recuperar os alunos mais cedo, e o plano curricular está mais próximo do regular.

P3.9 - Tendo em conta as restrições de acesso aos cursos vocacionais, no seu entender, qual será a condição ótima para ingressar nestes cursos? Porquê?

R: Não me conseguindo abstrair da minha formação, artes, o acesso a estes cursos não deveria ser feito numa ótica de remediação, mas sim uma

alternativa com carácter mais prático e artístico, procurando encontrar e desenvolver os talentos dos nossos alunos.

Obrigado pela sua colaboração.

Apêndice C

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta entrevista enquadra-se no Trabalho de Projeto Final do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, titulado “Que alternativa ao currículo regular do ensino básico”.

O objetivo do estudo é conhecer e compreender a diversificação/diferenciação curricular, assim como os interesses dos alunos perante as respostas dadas pela escola, no que respeita à oferta curricular.

A entrevista é anónima, e as suas respostas são confidenciais e sigilosas, sendo os dados utilizados exclusivamente para fins de estudo. Pedimos-lhe que seja o mais sincero, objetivo e claro nas suas respostas.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável que a entrevista seja gravada, sendo que pode interromper a qualquer momento.

OBRIGADO!

Aplicação: dezembro de 2015

ENTREVISTA ÀS COORDENADORAS DOS: 3º DEPARTAMENTO (LÍNGUAS); 4º DEPARTAMENTO (CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS); 5º DEPARTAMENTO (MATEMÁTICA E CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS); 6º DEPARTAMENTO (EXPRESSÕES)

1. Oferta educativa:

P1.1 - Qual é a oferta educativa do Agrupamento para o 3º ciclo? Quem é que decide? O Conselho Pedagógico e o Conselho Geral pronunciam-se normalmente sobre a oferta educativa?

RC3ºDEP: A oferta educativa da nossa escola para o 3º ciclo, são os cursos vocacionais. Quem decide é a direção. O Conselho Pedagógico pronuncia-se sobre esta oferta. O Conselho Geral não sei, pois não estou presente.

RC4ºDEP: A oferta educativa no 3º ciclo é Educação Tecnológica para o ensino regular e dois cursos vocacionais (turismo e cerâmica) tendo sido aprovados em Conselho Pedagógico. Relativamente ao Conselho Geral não me posso pronunciar uma vez que não faço parte deste conselho.

RC5ºDEP: Penso que há dois cursos ligados ao turismo e ao artesanato em cerâmica, que é um ponto forte do Agrupamento. No fundo a decisão é da Direção mas o Pedagógico é consultado e penso que a aprovação final é do Conselho Geral.

RC6ºDEP: O Curso de Turismo e o Curso de Cerâmica. Quem decide é a direção, ouvido o Conselho Pedagógico e depois vai à aprovação do Conselho Geral.

P1.2 - Como é feita a divulgação da oferta educativa do Agrupamento?

RC3ºDEP: A divulgação é feita através de um grande placar colocado na parede da frente da escola e sei que distribuem panfletos pela cidade.

RC4ºDEP: Não tenho conhecimento de nenhuma informação. Foi um assunto apenas levado a pedagógico e aprovado nesse órgão.

RC5ºDEP: A divulgação é basicamente interna, através dos serviços de psicologia e dos diretores de turma.

RC6ºDEP: Pelos diretores de turma junto dos alunos e encarregados de educação e também divulgando em outras escolas.

P1.3 - Como avalia a oferta educativa do Agrupamento? Como é que avalia os cursos vocacionais em termos dos resultados dos alunos, da carga horária e do espaço físico onde funcionam?

RC3ºDEP: A avaliação dos cursos, para mim é satisfatória em todos estes aspetos.

RC4ºDEP: Considero que o curso vocacional de turismo não é adequado ao perfil de alunos da nossa escola por exigir mais conhecimentos teóricos. O curso Vocacional de Cerâmica adequa-se melhor porque a sua componente mais exigente é a vertente prática. Em termos de resultados são melhores os de Cerâmica pelas razões referidas anteriormente, adequando-se mais este último aos interesses e expectativas dos alunos. Ao contrário do curso de turismo em que eles manifestam um total desinteresse pelos assuntos abordados nas aulas. A carga horária é excessiva com a agravante, no caso do Curso de Turismo, da concentração de várias disciplinas no mesmo professor. Relativamente ao espaço físico e uma vez que se trata de cursos profissionais, deveria ter condições diferentes das salas comuns.

RC5ºDEP: Desconheço.

RC6ºDEP: É insuficiente, dada a falta de expectativas dos alunos em prosseguir estudos. Os resultados não são muito satisfatórios embora consigam terminar o curso. A carga horária no que respeita à componente prática deveria ser maior em detrimento da componente geral. Relativamente ao espaço físico considero adequado.

P1.4 - Qual é o impacto da oferta educativa do Agrupamento na comunidade? Em que suportes se fundamenta para dar esta resposta?

RC3ºDEP: Não sei responder.

RC4ºDEP: Considero, em particular no curso de turismo, que poderia ter impacto na empregabilidade da zona mas não em alunos com este perfil. O curso exige alguma maturidade, sensibilidade e cultura geral que estes alunos não possuem. Quanto ao curso de cerâmica, embora esta zona não tenha grande tradição nesta área, mas dada a proximidade de Barcelos, essa sim com forte tradição, justifica-se e adequa-se mais ao perfil dos alunos.

RC5ºDEP: Desconheço.

RC6ºDEP: Desconheço.

P1.5 – Considera a oferta educativa do Agrupamento a mais adequada? Porquê? Que outros cursos considera que deveriam fazer parte da oferta educativa do Agrupamento?

RC3ºDEP: Não sei se será a mais adequada. Penso que o que poderíamos chamar de mais adequado tem a ver com a saída profissional para os alunos que frequentam estes cursos. A escola deveria ter o curso de cabeleireiro, pois tem as instalações todas montadas e foram dispendiosas. Poderia ter mecânica, eletricidade, pichelaria, costura, gestão doméstica, restauração.

RC4ºDEP: Tudo isto carece de um estudo da empregabilidade da zona.

RC5ºDEP: É pena que não existam cursos de carácter mais técnico e prático, que permitissem aos alunos ter uma profissão e orientar a sua vida de forma independente e útil.

RC6ºDEP: Considero adequada, não a mais adequada. Existem outros cursos com bastante procura por parte dos alunos. A escola tem instalações para o curso de cabeleireiro que este ano não abriu, não por falta de alunos inclusive de outras escolas, mas por não ter sido autorizado superiormente. Também o prosseguimento de estudos para cursos profissionais deveria ser uma aposta da escola.

2. Diferenciação:

P2.1 - O que entende por diferenciação curricular? Pode enumerar algumas formas utilizadas de diferenciação do ensino-aprendizagem?

RC3ºDEP: Penso que a diferenciação curricular é tentar adaptar o currículo regular às características das diferentes turmas ou de cada aluno tendo sempre em vista, o sucesso escolar. Pode-se adaptar horários, conteúdos, as aulas devem ser muito mais práticas e deve ser ministrada pouca teoria (penso eu).

RC4ºDEP: Penso que a diferenciação curricular centra-se mais num ensino focado na vertente prática dos ofícios. A componente prática e os estágios são, a meu ver, as formas mais utilizadas.

RC5ºDEP: Há muitas teorias e métodos mas, na prática, quando se encontra um grupo de alunos já com uma longa história de insucesso, é quase um milagre conseguir bons resultados. Tudo isto à custa do desgaste físico e psicológico dos professores, principalmente os que lecionam as áreas genéricas e comuns a todos os cursos.

RC6ºDEP: Adaptação do currículo dos alunos que apresentam dificuldades em acompanhar o resto da turma. O currículo destes alunos é diferente, tendo maior número de horas nas disciplinas práticas. Adequar o programa das disciplinas teóricas fomentar o gosto pela atualização dos conhecimentos, encorajar e valorizar o trabalho do aluno, apelar ao esforço e à persistência no trabalho, responsabilizar o aluno pelas suas atitudes.

3. Cursos Vocacionais:

P3.1 - Quais são os critérios de escolha dos professores dos cursos vocacionais?

RC3ºDEP: São convidados pela direção, julgo que tendo em conta o seu profissionalismo, larga experiência na profissão e paciência.

RC4ºDEP: Não faço a menor ideia.

RC5ºDEP: A escolha é empírica, através do conhecimento que se tem do trabalho dos professores e da sua capacidade para lidar com situações difíceis.

RC6ºDEP: Desconheço.

P3.2 - Considera o plano de estudos destes cursos adequado aos alunos? Considera a distribuição da carga horária por disciplina adequada? Considera o número de alunos por turma nestes cursos adequado? Porquê?

RC3ºDEP: Não estou bem dentro destes pormenores, mas acho que as turmas são enormes, o que é de lamentar pois algumas têm alunos problemáticos. Há teoria a mais a ser ministrada e isso não interessa a estes alunos.

RC4ºDEP: Já foram dadas as respostas às duas primeiras perguntas. Quanto ao número de alunos considero-o excessivo uma vez que são cursos com uma vertente prática significativa o que exige do professor uma maior disponibilidade para cada aluno. Acresce ainda que são turmas constituídas por alunos com problemas comportamentais.

RC5ºDEP: Desconheço.

RC6ºDEP: Sim, penso que o plano de estudos esteja minimamente adequado e a distribuição da carga horária por disciplina também. O número de alunos por turma não, tem demasiados alunos. O perfil destes alunos requer do professor uma atenção constante. São alunos geralmente desmotivados e com comportamentos inadequados.

P3.3 - Qual é a taxa de abandono escolar por parte dos alunos que frequentam os percursos alternativos ao ensino regular? Qual o nível de sucesso dos alunos dos percursos alternativos ao ensino regular?

RC3ºDEP: Não sei.

RC4ºDEP: A taxa de abandono considero-a reduzida. O nível de sucesso é elevado mas não considero o método de avaliação o mais correto.

RC5ºDEP: Desconheço.

RC6ºDEP: A taxa de abandono é muito reduzida. Considero positivo embora não tenha dados concretos, posso só falar da turma que lecionei no ano anterior, em que a maior parte está a prosseguir estudos em cursos profissionais.

P3.4 - Estes alunos dos cursos vocacionais têm muitos problemas de comportamento na escola? De que forma a escola procura que os alunos se adaptem à sua disciplina?

RC3ºDEP: Pelo que ouço dos meus colegas, estes alunos revelam muitos problemas, pois só vão frequentá-los, alunos já com problemas de comportamento, repetentes...

RC4ºDEP: Imensos...

RC5ºDEP: Sim, têm. Quanto à forma de fazer com que os alunos se adaptem à disciplina não tenho conhecimento.

RC6ºDEP: Estes alunos normalmente têm problemas de comportamento na escola. Penso que não existe da parte da escola qualquer intervenção, mas sim dos professores da própria disciplina.

P3.5 - Na sua opinião, a formação destas turmas (cursos vocacionais) facilita o sucesso, potenciando a igualdade de oportunidades ou pelo contrário aprofunda desigualdades? Porquê?

RC3ºDEP: Facilita o sucesso, pois no ensino regular, estes alunos não transitariam.

RC4ºDEP: Deveria....

RC5ºDEP: Estas turmas acabam por se tornar um gueto onde se juntam alunos com insucesso repetido ou comportamentos irregulares aprofundando desigualdades.

RC6ºDEP: Facilita o sucesso e potencia a igualdade de oportunidades. Nem todos os alunos têm expectativas de prosseguir estudos e têm direito a ter uma formação adequada da profissão que pretendem seguir.

P3.6 - No seu entender, entre os antigos cursos de educação e formação e os atuais cursos vocacionais, qual deles é mais favorável à igualdade de oportunidades? Porquê?

RC3ºDEP: Os antigos CEF eram mais favoráveis, pois eram mais práticos e permitiam que os alunos se inserissem mais facilmente, na sociedade (segundo me consta através de colegas, pois não trabalho com estes alunos nos cursos profissionais).

RC4ºDEP: Não encontro diferença porque os critérios de escolha e de avaliação dos alunos são sempre os mesmos.

RC5ºDEP: Parece-me semelhante.

RC6ºDEP: Não estou dentro do assunto.

P3.7 - Tendo em conta as restrições de acesso aos cursos vocacionais, no seu entender, qual será a condição ótima para ingressar nestes cursos? Porquê?

RC3ºDEP: Todos os alunos deviam ter a oportunidade de ingressar nestes cursos, por gosto, por vontade própria e a partir do sétimo ano. Evitava-se que alunos, sem interesse pela escola, perdessem tempo no currículo normal e começavam mais cedo a serem orientados para uma profissão que desejassem.

RC4ºDEP: A vontade do aluno em se especializar naquela área. Penso que ninguém aprende contrariado...

RC5ºDEP: Estes cursos deveriam ser verdadeiros cursos vocacionais, abertos a qualquer aluno que o desejasse. Os alunos poderiam ser orientados por verdadeiros serviços de orientação e psicologia, com recursos humanos suficientes. É profundamente absurdo restringir o acesso a alunos já com retenções. Como professora do 2º ciclo consigo perfeitamente perceber quando tenho à minha frente um aluno que está prestes a começar um percurso de insucesso grave. Porque não começar cedo a diferenciar o ensino/aprendizagem e "prevenir em vez de remediar"?

RC6ºDEP: Alunos empenhados mas com grandes dificuldades de compreensão oral e escrita. Alunos empenhados mas com ambiente em casa pouco favorável ao prosseguimento de estudos. Estes cursos são adequados para preparar os alunos, tendo em vista uma futura profissão.

Obrigado pela vossa colaboração.

Apêndice D

GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta entrevista enquadra-se no Trabalho de Projeto Final do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, titulado “Que alternativa ao currículo regular do ensino básico”.

O objetivo do estudo é conhecer e compreender a diversificação/diferenciação curricular, assim como os interesses dos alunos perante as respostas dadas pela escola, no que respeita à oferta curricular.

A entrevista é anónima, e as suas respostas são confidenciais e sigilosas, sendo os dados utilizados exclusivamente para fins de estudo. Pedimos-lhe que seja o mais sincero, objetivo e claro nas suas respostas.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável que a entrevista seja gravada, sendo que pode interromper a qualquer momento.

OBRIGADO!

Aplicação: dezembro de 2015

ENTREVISTA AO COORDENADOR DOS CURSOS VOCACIONAIS DO AGRUPAMENTO

1. Oferta educativa:

P1.1 - Qual é a oferta educativa do Agrupamento para o 3º ciclo? Quais são as razões que originaram esta opção? Como se realizou a escolha desta oferta? Quem é que decide? O Conselho Pedagógico e o Conselho Geral pronunciam-se normalmente sobre a oferta educativa?

R: Duas turmas de Cursos Vocacionais Turismo e Cerâmica, criadas para combater o número excessivo de retenções repetidas, dificuldades condicionantes da aprendizagem, nomeadamente forte desmotivação,

elevado índice de abstenção, baixa autoestima e falta de expectativas relativamente à aprendizagem e ao futuro... A direção decide ouvidos os órgãos. São apresentadas as propostas e após análise são tomadas as decisões relativas á sua aprovação.

P1.2 - Como é feita a divulgação da oferta educativa do Agrupamento?

R: Via página oficial, publicação na rede municipal de educação, publicação em revista local e distribuição prospectos nos lugares públicos da organização educativa.

P1.3 - Como avalia a oferta educativa do Agrupamento? Como é que avalia os cursos vocacionais em termos dos resultados dos alunos, da carga horária e do espaço físico onde funcionam?

R: A oferta é adequada ao contexto local. Distingo um curso mais artístico - cerâmica e outro mais vocacionado para necessidades locais – o turismo.

Relativamente aos resultados observa-se que são bastante positivos, quer na eficácia – transições, quer na qualidade – taxas dos níveis atingidos pelos alunos.

De referia ainda o sucesso ao nível da prática em contexto de trabalho, com níveis de integração assinaláveis, assim como, grande envolvimento nas tarefas propostas pelas entidades protocolares.

Em relação à carga horária considero-a bastante inadequada. Ou seja, os alunos frequentam demasiadas disciplinas teóricas, o que entra em contra censo com a filosofia da área experimental destes cursos.

Considero também, que a matriz curricular deveria ser mais maleável e com menos áreas em aprendizagem.

No respeitante ao espaço físico considero-o adequado.

P1.4 - Qual é o impacto da oferta educativa do Agrupamento na comunidade? Que meios utiliza para recolher esta informação?

R: Defendo que os agrupamentos devem afirmar-se pela sua identidade. Deve haver fatores de diferenciação, sejam ao nível da oferta, ao nível da adequação ao meio ou ao nível das exigências quer dos alunos, quer do mercado.

Observação direta de ex alunos. Contacto com empregadores com quem temos protocolos, contacto com Encarregados de Educação, Associação de Pais ou organizações com representação no Conselho Geral. Digo, Associação Comercial, Município ou IEFP.

2. Diferenciação:

P2.1 - O que entende por diferenciação curricular? Pode enumerar algumas formas utilizadas de diferenciação do ensino-aprendizagem?

R: Temos vindo a verificar que os alunos trazem para a escola as mais diversas experiências, preferências, interesses, estilos de aprendizagem e necessidades, para citar apenas algumas características, fazendo com que alguns deles aprendam com relativa facilidade e outros com maior dificuldade. Assim sendo, como poderá o professor certificar-se de que cada aluno terá oportunidade de desenvolver as suas capacidades até ao máximo da sua potencialidade? A resposta talvez se encontre na diferenciação.

No caso do aluno com necessidades educativas especiais, a diferenciação parece ser um dos meios mais eficazes para responder às suas necessidades.

No caso concreto dos Cursos Vocacionais entendo que o processo deve centrar-se no aluno. O ritmo das aprendizagens deve estar no potencial a desenvolver por cada equipa pedagógica após diagnose de observação ao grupo em geral e a cada aluno em particular.

Nesta perspetiva, a matriz curricular deve ser ajustável e reajustável.

3. Cursos Vocacionais:

P3.1 - Como são encaminhados os alunos para os cursos vocacionais? É sempre respeitada a primeira escolha dos alunos?

R: Os alunos são identificados aquando das avaliações intercalares. Ouvidos em entrevista pelo SPO é-lhes apresentada a proposta e em diálogo com os Encarregados de Educação são, ou não, encaminhados.

Procura-se respeitar a primeira escolha.

P3.2 - Quais são os critérios de escolha dos professores dos cursos vocacionais?

R: Experiencia profissional, Formação profissional. As equipas são formadas ainda, pela manifestação dos professores em abraçarem mais um desafio.

P3.3 - Considera o plano de estudos destes cursos adequado aos alunos? Considera a distribuição da carga horária por disciplina adequada? Considera o número de alunos por turma nestes cursos adequado? Porquê?

R: Como já referi anteriormente, considero o plano de estudos, matriz curricular, pouco adequado. Demasiada carga horária. É elevadíssimo o número de alunos por turma, defendo entre 12 e 15 alunos por turma.

P3.4 – Como são desenhados os programas/módulos?

R: São da responsabilidade do professor da disciplina, em coordenação com a equipa pedagógica.

P3.5 – Quais as metodologias e como se efetua a diferenciação do processo de ensino-aprendizagem nestes cursos?

R: Tendo por base as práticas mais atuais de educação, a diferenciação coloca o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, aumentando-lhe as suas capacidades de aprendizagem e, por conseguinte, levando-o à aquisição das competências necessárias para uma boa realização escolar.

Estando o processo centrado no aluno, uma das estratégias será o acompanhamento sempre presente e de perto pelo professor ao aluno.

Outra via será questionar sempre o aluno acerca quer, das sua expetativas em relação a determinado conteúdo, quer sobre a utilidade que esta competência vai ter no seu quotidiano.

Recorre-se também a um contacto mais assíduo com os encarregados de educação.

P3.6 – Como é desenvolvida a avaliação dos alunos nos cursos vocacionais?

R: Neste caso concreto através do rigoroso cumprimento da legislação em vigor. Assim, os alunos são avaliados pelo seu desempenho através de módulos. Observe-se que a avaliação nestes cursos não tem a carga tão punitiva quanto no ensino regular, mas mais formativa.

P3.7 - Qual é a taxa de abandono escolar por parte dos alunos que frequentam os percursos alternativos ao ensino regular? Qual o nível de sucesso dos alunos dos percursos alternativos ao ensino regular?

R: Residual. A taxa de sucesso é elevada. O aluno assume que esta será provavelmente a sua última oportunidade e aplica-se mais.

P3.8 - Estes alunos dos cursos vocacionais têm muitos problemas de comportamento na escola? De que forma a escola procura que os alunos se adaptem à sua disciplina?

R: Integração, informação regular ao Encarregado de Educação, atuação imediata em caso de indisciplina.

O aluno, por norma, convence-se de que não pode repetir comportamentos, pois foram-lhe prejudiciais no passado. Então tenta não perder mais tempo da sua vida escolar.

Todos estes pontos contribuem de alguma forma para minimizar e atenuar desvios comportamentais.

P3.9 - Ao longo do historial dos percursos alternativos ao ensino regular do Agrupamento, quantos alunos deste tipo de oferta realizaram as provas nacionais de exame? Dos alunos que realizaram, quantos obtiveram aproveitamento nas provas? Quantos alunos reintegraram o ensino regular no secundário? Qual o destino preferencial dos alunos que concluem o 3º ciclo por esta via?

R: É grande a percentagem de alunos que optam por não realizar os exames nacionais. Referem por vezes que a existência de exames é uma das razões da sua fuga ao ensino regular.

Os alunos que concluem o 3º ciclo pela via dos cursos vocacionais é, na sua maioria, o ensino profissional.

P3.10 - Na sua opinião, a formação destas turmas (cursos vocacionais) facilita o sucesso, potenciando a igualdade de oportunidades ou pelo contrário aprofunda desigualdades? Porquê?

R: O grande objetivo desta oferta é garantir o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades ao acesso e ao sucesso escolares, adequa a formação às expectativas dos alunos.

Julgo que faculta outra via aos alunos para a continuidade da sua formação. Esta via é mais ajustável ao indivíduo, ao inverso do ensino regular que é muito sistemática, pouco maleável. Muitas vezes importará mais o meio até ao conhecimento que o conhecimento em si, apenas.

P3.11 - No seu entender, entre os antigos cursos de educação e formação e os atuais cursos vocacionais, qual deles é mais favorável à igualdade de oportunidades? Porquê?

R: A diferença é muito pequena e pouco significativa na prática.

P3.12 - Tendo em conta as restrições de acesso aos cursos vocacionais, no seu entender, qual será a condição ótima para ingressar nestes cursos? Porquê?

R: Julgo que deveria ser mais do que uma oportunidade, sem restrições, uma opção. Idealmente o aluno deveria poder optar pela via mais prática ou mais teórica. Contrariando um pouco as práticas atuais, pois os Percursos Curriculares Alternativos destinam-se aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico com dificuldades de aprendizagem, insucesso escolar repetido, risco de exclusão social e/ou abandono escolar. Esta oferta formativa é constituída por uma componente de formação geral, uma componente de formação complementar e uma componente de formação vocacional, que inclui disciplinas de oferta de escola, de acordo com o projeto educativo do agrupamento de escolas, e privilegia uma formação prática em áreas técnicas ou artísticas, em parceria com entidades da comunidade. Caracterizando-se a escola por ser um espaço plural, do ponto de vista social e cultural, em que as motivações, os interesses e as capacidades de aprendizagem dos alunos são muito diferenciados, importa garantir e flexibilizar dispositivos de organização e gestão do currículo destinados a alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa. Neste sentido, é promovida a oferta educativa, designada por Percorso Curricular Alternativo, dirigida a alunos que, encontrando-se dentro da escolaridade obrigatória, apresentem insucesso escolar repetido, problemas de integração na comunidade escolar, ameaça de risco de marginalização, de exclusão social ou abandono escolar, registo de dificuldades condicionantes da aprendizagem, nomeadamente forte desmotivação, elevado índice de abstenção, baixa autoestima e falta de expectativas relativamente à aprendizagem e ao futuro, bem como o desencontro entre a cultura escolar e a sua cultura de origem.

Obrigado pela sua colaboração.

Apêndice E

GUIÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Esta entrevista enquadra-se no Trabalho de Projeto Final do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, titulado “Que alternativa ao currículo regular do ensino básico”.

O objetivo do estudo é conhecer e compreender a diversificação/diferenciação curricular, assim como os interesses dos alunos perante as respostas dadas pela escola, no que respeita à oferta curricular.

A entrevista é anónima, e as suas respostas são confidenciais e sigilosas, sendo os dados utilizados exclusivamente para fins de estudo. Pedimos-lhe que seja o mais sincero, objetivo e claro nas suas respostas.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável que a entrevista seja gravada, sendo que pode interromper a qualquer momento.

OBRIGADO!

Aplicação: dezembro de 2015

ENTREVISTA À REPRESENTANTE DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO

1. Oferta educativa:

P1.1: Qual é a oferta educativa do Agrupamento para o 3º ciclo? Quais são as razões que originaram esta opção? Como se realizou a escolha desta oferta? Quem é que decide? O Conselho Pedagógico e o Conselho Geral pronunciam-se normalmente sobre a oferta educativa?

R: No presente ano letivo, o Agrupamento dispõe de dois Cursos Vocacionais de 3.º ciclo – Acolhimento Turístico/Animação Turística/Empregado/a Comercial e Design/Modelação Cerâmica/Pintura e Decoração. A escolha desta oferta baseou-se, por um lado, nos recursos e

experiência adquirida que o Agrupamento dispõe na área da Cerâmica e, por outro, pela disponibilidade do mercado envolvente, em termos de oferta profissional e educativa. Pretende ainda potenciar a produção de produtos artesanais baseados na tradição poveira. Os órgãos de gestão mais diretamente envolvidos na dinâmica do Agrupamento foram envolvidos.

P1.2 - Como é feita a divulgação da oferta educativa do Agrupamento?

R: No contexto mais interno, pretendeu-se divulgar junto dos agentes educativos com papel preponderante junto dos alunos, nomeadamente Diretores de Turma, quais as condições de acesso à frequência destes Cursos. Após uma primeira triagem dos alunos, foi convocada uma reunião com os Encarregados de Educação, permitindo expor e esclarecer as características desta oferta, tendo em conta que a sua frequência carece da autorização dos Encarregado de Educação; desta forma, pretendia-se uma escolha esclarecida. Foi ainda elaborado um panfleto divulgativo dos Cursos, que se disponibilizou à comunidade.

No contexto externo, as principais entidades com papel preponderante em matéria de juventude e de outras entidades da comunidade, de que é exemplo a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Póvoa de Varzim, e de gestão do Concelho em geral, foram informadas da intenção de candidatura do Agrupamento, o que facilitou a divulgação dos Cursos, sendo igualmente tidas em conta no sentido do encaminhamento de jovens.

P1.3 - Como avalia a oferta educativa do Agrupamento? Como é que avalia estes cursos em termos dos resultados dos alunos, da carga horária e do espaço físico onde funcionam?

R: Apesar de precoce a avaliação do impacto desta escolha, parece-me existir uma lacuna no que respeita à possibilidade da continuidade de um percurso de nível secundário mais ligada à área do Artesanato, o que dificultará quem pretenda aprofundar os seus conhecimentos na área da Cerâmica, por exemplo. No entanto, estou certa de que estes alunos

adquirirão competências essenciais nesta área, transversais a outros domínios que possam vir a optar no futuro. De uma forma geral, ambos os Cursos facilitarão competências de saber-fazer, saber-estar e saber-saber, essenciais para qualquer área.

No que respeita aos resultados obtidos por parte dos alunos, esta opção torna-se indiscutivelmente potenciadora do seu sucesso, com impacto muito significativo na sua motivação, até porque muito dos alunos apresentam um percurso escolar marcado pelo insucesso e, por consequência, um desânimo aprendido. No entanto, no meu entender, a carga horária apresenta-se como excessiva, devendo ser possível diversificar o contexto físico em que a formação decorre; os alunos permanecem exageradamente no mesmo espaço escolar.

P1.4 - Qual é o impacto da oferta educativa do Agrupamento na comunidade? Que meios utiliza para recolher esta informação?

R: Do que constato na comunidade, o Agrupamento parece vir a desenvolver uma tradição positiva no que respeita, nomeadamente, à área da Cerâmica. A recolha da informação é feita, até ao momento, de forma informal, mas a perceção que detenho é favorável, nomeadamente no que respeita à sensibilidade que existe da parte do Agrupamento em diversificar a oferta educativa do concelho, indo de encontro às necessidades identificadas junto dos alunos.

2. Diferenciação:

P2.1 - A diferenciação curricular corresponde à adequação dos objetivos, dos conteúdos, das metodologias e da avaliação às capacidades dos alunos? O que entende por diferenciação curricular? Pode enumerar algumas formas utilizadas de diferenciação do ensino-aprendizagem?

R: A diferenciação curricular, da forma como eu a entendo, ocorre quando são definidas estratégias, a um nível mais elevado, no que respeita à estrutura

e diversificação do próprio sistema educativo e dos conteúdos nele trabalhados. A nível mais interno, decorre no contexto da sala de aula, facilitando uma pedagogia mais adequada às características, necessidades e histórias pessoais dos diferentes alunos, potenciando a sua aprendizagem e o seu sucesso e contribuindo, desta forma, para uma escola mais inclusiva, diferenciando assim conteúdos, processos e produtos. Atualmente, o ensino vocacional, na minha opinião, condiciona este objectivo, reforçando os conteúdos da componente geral e complementar em detrimento dos associados ao ensino vocacional o que, à partida, condiciona a diferenciação curricular.

Como exemplos de diferenciação pedagógica temos o trabalho em pequenos grupos, a exploração no terreno dos conteúdos lecionados, o recurso a jogos didácticos, a adaptação dos objetivos de aprendizagem, a forma de avaliação (recorrendo mais ao processo e não ao produto ou, então, a um produto diferenciado dos tradicionais testes).

3. Cursos Vocacionais:

P3.1 - Como são encaminhados os alunos para os cursos vocacionais? É sempre respeitada a primeira escolha dos alunos?

R: Numa primeira fase, procedeu-se à análise dos alunos do Agrupamento que apresentavam maior número de retenções (e respectivos ciclos de ensino), atendendo igualmente ao fator idade. Posteriormente, e com a colaboração dos Diretores de Turma, aprofundou-se esta pesquisa. Como já foi dito, os Encarregados de Educação foram ainda convocados para reunião. Procedeu-se ainda à realização de uma entrevista com os potenciais alunos, pretendendo aferir das suas motivações atuais e futuras, relativamente às suas escolhas vocacionais, permitindo avaliar se esta se tratava a melhor opção para si. A escolha dos alunos foi tomada em consideração, mas também o seu perfil e suas características condicionaram o encaminhamento para as ofertas disponíveis. (aqui, mais uma vez, auscultaram-se a entidades,

nomeadamente a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e o Arrisca, quanto ao perfil de alguns alunos para o seu encaminhamento).

P3.2 - Que características têm os alunos que procuram os cursos vocacionais?

R: De uma forma geral, são alunos que apresentam um percurso de insucesso escolar, com forte desmotivação para as aprendizagens mais formais; existem também situações de absentismo e risco de abandono escolar, revelando uma ligação ténue à escola. Alguns apresentam antecedentes escolares de indisciplina e conflito, dificuldades na gestão da frustração, baixa autoestima e reduzido autoconceito académico. Em termos pessoais, certos alunos apresentam perturbações de hiperatividade, problemas de atenção e concentração, ansiedade, e lacunas significativas nos seus hábitos e métodos de estudo.

É possível ainda aferir que as suas motivações vocacionais de futuro passam por opções profissionalizantes de nível secundário. Enquadrando estas situações no contexto de uma realidade social mais complexa, parte destes alunos são acompanhados por entidades externas à Escola, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco ou a Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal.

P3.3 - Quais são os critérios de escolha dos professores dos cursos vocacionais? Como seleciona o coordenador dos cursos vocacionais? Como seleciona os diretores de turma dos cursos vocacionais?

R: Estas escolhas não são determinadas pelo SPO.

P3.4 - Considera o plano de estudos destes cursos adequado aos alunos? Considera a distribuição da carga horária por disciplina adequada? Considera o número de alunos por turma nestes cursos adequado? Porquê?

R: Penso que existe uma lacuna no que respeita às áreas do desenvolvimento pessoal e social, que facilite a promoção destas

competências num tempo semanal concreto. Penso que persiste uma carga horária excessiva com conteúdos mais formais da aprendizagem, em detrimento de outros conteúdos. Do mesmo modo, se tomarmos em consideração o número de alunos por turma no ensino regular, há uma redução nestes Cursos mas, que no meu entender, continua a ser diminuta, uma vez que são jovens com determinadas características que exigem um trabalho o mais individualizado possível por parte do docente e de outros técnicos. Por outro lado, na componente mais prática, torna-se demasiado exigente e condicionador um só docente acompanhar um grupo-turma com as dimensões atuais.

P3.5 - Qual é a taxa de abandono escolar por parte dos alunos que frequentam os percursos alternativos ao ensino regular? Qual o nível de sucesso dos alunos dos percursos alternativos ao ensino regular?

R: O abandono escolar a este nível é residual, sobretudo se colocarmos a hipótese de que seria bastante mais elevado se estes alunos permanecessem na via regular de ensino. Estes percursos tornam-se mais motivadores para os jovens.

P3.6 - Estes alunos dos cursos vocacionais têm muitos problemas de comportamento na escola? De que forma a escola procura que os alunos se adaptem à sua disciplina, na promoção de uma postura adequada perante a comunidade educativa?

R: Penso que, se compararmos os problemas de indisciplina, que muitos destes alunos apresentariam se integrados no ensino regular, com a frequência com que estes episódios ocorrem quando integrados nestas alternativas, assiste-se a uma evolução. A Escola procura atuar nestas situações identificando figuras de referência para estes jovens, como é o caso do Diretor de Turma, que dispõe de outras estruturas de apoio, como é o caso do SPO, quando tal se justifica. No entanto, reforço que, de uma forma geral, seria necessário criar tempos e espaços que facilitassem a intervenção no

domínio da cidadania, das suas competências pessoais e da forma como destes jovens interiorizaram o relacionamento com pares e adultos.

P3.7 - Ao longo do historial dos percursos alternativos ao ensino regular do Agrupamento, quantos alunos deste tipo de oferta realizaram as provas nacionais de exame? Dos alunos que realizaram, quantos obtiveram aproveitamento nas provas? Quantos alunos reintegraram o ensino regular no secundário? Qual o destino preferencial dos alunos que concluem o 3.º ciclo por esta via?

R: Tomando como referencial de avaliação a turma de Percursos Curriculares Alternativos que frequentou o 9.º ano no ano letivo anterior, a totalidade concluiu o 3.º ciclo com sucesso, não realizando os exames nacionais. Foi dinamizado um Programa de Orientação Escolar e Profissional com estes alunos, com a colaboração do projeto ARRISCA. À exceção dos que, no final deste ciclo, se encontravam fora da escolaridade obrigatória, os restantes ingressaram em cursos profissionalizantes de nível secundário, pelo que, no meu entender, de uma forma geral, este é o destino preferencial dos alunos que concluem o 3.º ciclo numa alternativa ao ensino regular. No entanto, isto não significa que, posteriormente, os jovens que optem por esta via alternativa no ensino secundário, não continuem mais tarde estudos de nível superior ou de especialização tecnológica.

P3.8 - Na sua opinião, a formação destas turmas (cursos vocacionais) facilita o sucesso, potenciando a igualdade de oportunidades ou pelo contrário aprofunda desigualdades? Porquê?

R: Penso que é necessário “restaurar” a dignidade e o “prestígio” das vias formativas de carácter profissionalizante. Neste momento, persiste um certo preconceito generalizado na forma como estes alunos são percecionados dentro e fora do contexto escolar, até porque muitos dos jovens apresentam percursos escolares e comportamentais tumultuosos, com retenções e afastamento progressivo do contexto escolar formal, integrando estas

alternativas após um insucesso marcado. A necessidade de realização dos exames nacionais do 9.º ano para poder progredir estudos científico-humanísticos de nível secundário é, por si só, limitador, apesar da minha percepção de que a grande generalidade destes alunos pretende cursos profissionalizantes deste nível.

P3.9 - No seu entender, entre os antigos cursos de educação e formação e os atuais cursos vocacionais, qual deles é mais favorável à igualdade de oportunidades? Porquê?

R: Como referido anteriormente, na minha opinião, os cursos vocacionais apresentam uma forte lacuna relativamente às áreas do desenvolvimento pessoal e social. É certo que estes são domínios trabalhados transversalmente nas várias disciplinas, mas existe um vazio na carga horária dos Cursos que facilite a exploração destas competências, seja em grande grupo, seja em grupos de reduzidas dimensões. Parece-me existir uma forte preocupação em facilitar o acesso aos conteúdos do ciclo nas diversas disciplinas, e um enfoque periférico no desenvolvimento de outras competências que se poderiam revelar mais relevantes para estes jovens.

P3.10 - Tendo em conta as restrições de acesso aos cursos vocacionais, no seu entender, qual será a condição ótima para ingressar nestes cursos? Porquê?

R: Penso que está a ser feito um caminho nesse sentido, nomeadamente reduzindo o número de retenções que facilitem o acesso aos Cursos Vocacionais. Não deveria ser necessário “aguardar” que o jovem apresente um percurso marcado pelo insucesso no ensino regular, para lhe facilitar o acesso a uma alternativa. A obrigatoriedade da escolaridade até ao final do 12.º ano ou dos 18 anos deve permitir o acesso a uma oferta consistente e solidamente pensada para que os jovens possam construir um percurso coerente e digno.

P3.11- Em que fase do percurso escolar os alunos começam a manifestar interesse por frequentar este tipo de oferta educativa? Porquê?

R: Penso que, em alguns casos, esta predisposição é evidenciada de forma precoce. A partir do 2.º ciclo, já é possível perceber quais os alunos com uma motivação adicional para domínios mais práticos, do saber-fazer, e que se afastam dos conteúdos mais teóricos. Muitos deles apresentam um marcado insucesso nestas disciplinas, e são competentes e motivados para as outras áreas.

Obrigado pela sua colaboração.

Apêndice F

GRELHA DE CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Categorias:	Subcategorias:	Respostas mais significativas:
Oferta Educativa do Agrupamento	Proposta da oferta (cursos vocacionais)	Ensino Regular: Educação Tecnológica e Raciocínio Matemático no 7º Ano em substituição da Formação Cívica. Mais 2 cursos vocacionais “Acolhimento Turístico, Animação Turística / Técnico de Vendas e Atendimento” e “Design / Modelação Cerâmica / Pintura e Decoração Cerâmica”. (B1)
	Intervenientes no processo de proposta e decisão da oferta	Estas escolhas aparecem na interseção das necessidades expectáveis da comunidade e dos recursos disponíveis no Agrupamento. Considero que a decisão é partilhada, cabendo a última palavra à Direção. Normalmente o Conselho Pedagógico e o Conselho Geral pronunciam-se sobre a oferta educativa. (B1)
	Decisão da oferta	Quem decide é a direção. (C)
	Divulgação da oferta	A divulgação dos cursos é feita através da revista local de oferta educativa e de flyers publicitários divulgados em locais públicos da região. E pelos diferentes atores do agrupamento ao nível interno. (B2) Via página oficial, publicação na rede municipal de educação... e distribuição prospectos nos lugares públicos da organização educativa. (D) No contexto mais interno, pretendeu-se divulgar junto dos agentes educativos com papel preponderante junto dos alunos, nomeadamente Diretores de Turma, quais as condições de acesso à frequência destes Cursos. Após uma primeira triagem dos alunos, foi convocada uma reunião com os Encarregados de Educação, permitindo expor e esclarecer as características desta oferta, tendo em conta que a sua frequência carece da autorização dos Encarregado de Educação; desta forma, pretendia-se uma escolha esclarecida. Foi ainda elaborado um panfleto divulgativo dos Cursos, que se disponibilizou à comunidade. (E)
Impacto da Oferta Educativa na Comunidade	Pais e Encarregados de Educação	Os pais têm demonstrado uma opinião positiva e de satisfação face à oferta educativa. (B2) Do que constato na comunidade, o Agrupamento parece vir a desenvolver uma tradição positiva no que respeita, nomeadamente, à área da Cerâmica. A recolha da informação é feita, até ao momento, de forma informal, mas a perceção que detenho é favorável, nomeadamente no que respeita à sensibilidade que existe da parte do Agrupamento em diversificar a oferta educativa do concelho, indo de encontro às necessidades identificadas junto dos alunos. (E)
	Entidades Protocolares	As organizações parceiras do agrupamento que vêm visitar as exposições e trabalhos realizados pelos alunos têm deixado opiniões de satisfação quanto ao trabalho desenvolvido... (B2) Contacto com empregadores com quem temos protocolos...

		Associação de Pais ou organizações com representação no Conselho Geral. Digo, Associação Comercial, Município ou IEFP. (D)
Avaliação da Oferta Educativa	Espaço físico	A escola tem espaços físicos que satisfazem plenamente as necessidades da oferta educativa. (B2)
	Carga horária	A carga dos cursos vocacionais é demasiado elevada, pois eles acabam por cumprir o horário de fábrica. Todos os dias eles têm aulas das 8:30 até 17:15. (B2) A carga horária é excessiva... (C) ... considero-a bastante inadequada. Ou seja, os alunos frequentam demasiadas disciplinas teóricas, o que entra em contra censo com a filosofia da área experimental destes cursos. Considero também, que a matriz curricular deveria ser mais maleável e com menos áreas em aprendizagem. (D) ... a carga horária apresenta-se como excessiva, devendo ser possível diversificar o contexto físico em que a formação decorre; os alunos permanecem exageradamente no mesmo espaço escolar. (E)
	Resultados dos alunos	Considero que o curso vocacional de turismo não é adequado ao perfil de alunos da nossa escola por exigir mais conhecimentos teóricos. O curso Vocacional de Cerâmica adequa-se melhor porque a sua componente mais exigente é a vertente prática. Em termos de resultados são melhores os de Cerâmica pelas razões referidas anteriormente, adequando-se mais este último aos interesses e expectativas dos alunos. Ao contrário do curso de turismo em que eles manifestam um total desinteresse pelos assuntos abordados nas aulas. (C) Relativamente aos resultados observa-se que são bastante positivos, quer na eficácia – transições, quer na qualidade – taxas dos níveis atingidos pelos alunos. (D) No que respeita aos resultados obtidos por parte dos alunos, esta opção torna-se indiscutivelmente potenciadora do seu sucesso, com impacto muito significativo na sua motivação, até porque muito dos alunos apresentam um percurso escolar marcado pelo insucesso e, por consequência, um desânimo aprendido. (E)
Representações da diferenciação curricular	Presidente do Conselho Geral	A diferenciação curricular é a diversidade nos conteúdos do currículo incluindo objetivos, competências, metodologias e avaliação apresentando-se como instrumento de inclusão e de equidade. Não tenho conhecimento das formas utilizadas de diferenciação do ensino-aprendizagem nos cursos vocacionais. (B1)
	Diretora	Para mim, e de acordo com o meu conhecimento teórico e aplicação prática, a diferenciação curricular é a adaptação do currículo da disciplina ao ritmo de aprendizagem de cada aluno. Esta atenção com o ritmo de aprendizagem de cada aluno é a base utilizada nos cursos vocacionais do agrupamento. (B2)
	Coordenadoras de Departamento	C3ºDEP: Penso que a diferenciação curricular é tentar adaptar o currículo regular às características das diferentes turmas ou de cada aluno tendo sempre em vista, o sucesso escolar. Pode-se adaptar horários, conteúdos, as aulas devem ser muito mais práticas e

		<p>deve ser ministrada pouca teoria (penso eu).</p> <p>C4ºDEP: Penso que a diferenciação curricular centra-se mais num ensino focado na vertente prática dos ofícios. A componente prática e os estágios são, a meu ver, as formas mais utilizadas.</p> <p>C5ºDEP: Há muitas teorias e métodos mas, na prática, quando se encontra um grupo de alunos já com uma longa história de insucesso, é quase um milagre conseguir bons resultados. Tudo isto à custa do desgaste físico e psicológico dos professores, principalmente os que lecionam as áreas genéricas e comuns a todos os cursos.</p> <p>C6ºDEP: Adaptação do currículo dos alunos que apresentam dificuldades em acompanhar o resto da turma. O currículo destes alunos é diferente, tendo maior número de horas nas disciplinas práticas. Adequar o programa das disciplinas teóricas fomentar o gosto pela atualização dos conhecimentos, encorajar e valorizar o trabalho do aluno, apelar ao esforço e à persistência no trabalho, responsabilizar o aluno pelas suas atitudes. (C)</p>
	<p>Coordenador Cursos Vocacionais</p>	<p>Temos vindo a verificar que os alunos trazem para a escola as mais diversas experiências, preferências, interesses, estilos de aprendizagem e necessidades, para citar apenas algumas características, fazendo com que alguns deles aprendam com relativa facilidade e outros com maior dificuldade. Assim sendo, como poderá o professor certificar-se de que cada aluno terá oportunidade de desenvolver as suas capacidades até ao máximo da sua potencialidade? A resposta talvez se encontre na diferenciação.</p> <p>No caso do aluno com necessidades educativas especiais, a diferenciação parece ser um dos meios mais eficazes para responder às suas necessidades.</p> <p>No caso concreto dos Cursos Vocacionais entendo que o processo deve centrar-se no aluno. O ritmo das aprendizagens deve estar no potencial a desenvolver por cada equipa pedagógica após diagnose de observação ao grupo em geral e a cada aluno em particular.</p> <p>Nesta perspetiva, a matriz curricular dever ser ajustável e reajustável. (D)</p>
	<p>Serviço Psicologia e Orientação</p>	<p>A diferenciação curricular, da forma como eu a entendo, ocorre quando são definidas estratégias, a um nível mais elevado, no que respeita à estrutura e diversificação do próprio sistema educativo e dos conteúdos nele trabalhados. A nível mais interno, decorre no contexto da sala de aula, facilitando uma pedagogia mais adequada às características, necessidades e histórias pessoais dos diferentes alunos, potenciando a sua aprendizagem e o seu sucesso e contribuindo, desta forma, para uma escola mais inclusiva, diferenciando assim conteúdos, processos e produtos. Atualmente, o ensino vocacional, na minha opinião, condiciona este objectivo, reforçando os conteúdos da componente geral e complementar em detrimento dos associados ao ensino vocacional o que, à partida, condiciona a diferenciação curricular.</p> <p>Como exemplos de diferenciação pedagógica temos o</p>

		trabalho em pequenos grupos, a exploração no terreno dos conteúdos lecionados, o recurso a jogos didáticos, a adaptação dos objetivos de aprendizagem, a forma de avaliação (recorrendo mais ao processo e não ao produto ou, então, a um produto diferenciado dos tradicionais testes). (E)
Processo de encaminhamento dos alunos para os cursos vocacionais	Identificação/sinalização	<p>No final do segundo período são analisadas as pautas. Os alunos que evidenciam problemas de aprendizagem no ensino regular são identificados. A partir daí é analisado o historial de cada aluno para procurar compreender todo o seu percurso e identificar algum potencial manifestado. Os encarregados de educação e alunos são contactados e encaminhados para os serviços de psicologia e orientação, a fim de serem informados e esclarecidos relativamente à oferta educativa do agrupamento. É apurado o interesse destes num percurso alternativo, sempre com a clarificação de que os cursos só avançarão se forem aprovados pelo MEC. Caso o aluno pretenda ingressar numa via alternativa procuramos sempre respeitar a primeira escolha do aluno, uma vez que esta já foi bem clarificada pelo aluno e encarregado de educação. (B2)</p> <p>Numa primeira fase, procedeu-se à análise dos alunos do Agrupamento que apresentavam maior número de retenções (e respectivos ciclos de ensino), atendendo igualmente ao fator idade. Posteriormente, e com a colaboração dos Diretores de Turma, aprofundou-se esta pesquisa. Como já foi dito, os Encarregados de Educação foram ainda convocados para reunião. Procedeu-se ainda à realização de uma entrevista com os potenciais alunos, pretendendo aferir das suas motivações atuais e futuras, relativamente às suas escolhas vocacionais, permitindo avaliar se esta se tratava a melhor opção para si. A escolha dos alunos foi tomada em consideração, mas também o seu perfil e suas características condicionaram o encaminhamento para as ofertas disponíveis, (aqui, mais uma vez, auscultaram-se a entidades, nomeadamente a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e o Arrisca, quanto ao perfil de alguns alunos para o seu encaminhamento). (E)</p>
	Os intervenientes no processo de encaminhamento	Direção, Diretor de Turma, SPO, Aluno, Encarregado de Educação e Entidades que eventualmente acompanham o aluno (CPCI...). (B2, E)
Condição desejável de acesso aos cursos vocacionais	Opção	<p>... considero que os cursos vocacionais não deveriam aparecer na sequência de múltiplas retenções mas como resposta aos diferentes interesses, aptidões e características dos alunos. (B1)</p> <p>Não me conseguindo abstrair da minha formação, artes, o acesso a estes cursos não deveria ser feito numa ótica de remediação, mas sim uma alternativa com carácter mais prático e artístico, procurando encontrar e desenvolver os talentos dos nossos alunos. (B2)</p> <p>C3ºDEP: Todos os alunos deviam ter a oportunidade de ingressar nestes cursos, por gosto, por vontade própria e a partir do sétimo ano. Evitava-se que alunos, sem interesse pela escola, perdessem tempo no currículo normal e começavam mais cedo a serem</p>

		<p>orientados para uma profissão que desejassem.</p> <p>C5ºDEP: Estes cursos deveriam ser verdadeiros cursos vocacionais, abertos a qualquer aluno que o desejasse. Os alunos poderiam ser orientados por verdadeiros serviços de orientação e psicologia, com recursos humanos suficientes. É profundamente absurdo restringir o acesso a alunos já com retenções. Como professora do 2º ciclo consigo perfeitamente perceber quando tenho à minha frente um aluno que está prestes a começar um percurso de insucesso grave. Porque não começar cedo a diferenciar o ensino/aprendizagem e "prevenir em vez de remediar"? (C)</p> <p>Julgo que deveria ser mais do que uma oportunidade, sem restrições, uma opção. Idealmente o aluno deveria poder optar pela via mais prática ou mais teórica. Contrariando um pouco as práticas atuais... (D)</p> <p>Penso que está a ser feito um caminho nesse sentido, nomeadamente reduzindo o número de retenções que facilitem o acesso aos Cursos Vocacionais. Não deveria ser necessário "aguardar" que o jovem apresente um percurso marcado pelo insucesso no ensino regular, para lhe facilitar o acesso a uma alternativa. A obrigatoriedade da escolaridade até ao final do 12.º ano ou dos 18 anos deve permitir o acesso a uma oferta consistente e solidamente pensada para que os jovens possam construir um percurso coerente e digno. (E)</p>
	Encaminhamento	<p>Nenhum entrevistado assumiu o encaminhamento dos alunos para uma oferta alternativa, no entanto a coordenadora do 5º Departamento pensa que os alunos que manifestassem interesse nos cursos vocacionais poderiam ser orientados pelos SPO. (C)</p>
Características dos alunos que procuram e frequentam os cursos vocacionais	Absentismo/abandono escolar	<p>(...) existem (...) situações de absentismo e risco de abandono escolar, revelando uma ligação ténue à escola (...) parte destes alunos são acompanhados por entidades externas à Escola, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco ou a Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal. O abandono escolar a este nível é residual, sobretudo se colocarmos a hipótese de que seria bastante mais elevado se estes alunos permanecessem na via regular de ensino. Estes percursos tornam-se mais motivadores para os jovens. (E)</p> <p>A taxa de abandono nestes cursos é residual, lembrome que no ano letivo anterior apenas abandonou os cursos, um aluno. O sucesso é pleno, os alunos têm concluído os cursos com bom aproveitamento, e prova disso têm sido os resultados das provas de avaliação final e dos estágios. (B2)</p>
	Fracasso	<p>(...) dificuldades na gestão da frustração, baixa autoestima e reduzido autoconceito académico. (E)</p>
	Dificuldades de aprendizagem	<p>Em termos pessoais, certos alunos apresentam perturbações de hiperatividade, problemas de atenção e concentração, ansiedade, e lacunas significativas nos seus hábitos e métodos de estudo. (E)</p>
	Problemas comportamentais	<p>No início muitos destes alunos têm problemas comportamentais, tanto fracasso acaba por gerar</p>

		<p>revolta. O trabalho inicial da escola é complicado. Só com o tempo é que se alcança a pacificação. Todo o trabalho desenvolvido ao longo do primeiro ano procura em primeiro lugar demonstrar aos alunos que eles também são capazes de desenvolver um trabalho na escola com valor. Posteriormente procura-se que a comunidade e a família reconheçam o trabalho destes alunos valorizando a transformação. Com o tempo estes alunos acabam por se conciliarem com a escola. (B2)</p> <p>Alguns apresentam antecedentes escolares de indisciplina e conflito... (E)</p>
	Sucesso	<p>De uma forma geral, são alunos que apresentam um percurso de insucesso escolar, com forte desmotivação para as aprendizagens mais formais... (E)</p>
Critérios de escolha e distribuição de serviço aos professores que lecionam os cursos vocacionais	Perfil	<p>Como todos os professores são seres humanos, procuramos sempre selecionar professores que se identifiquem com esta alternativa e demonstrem sensibilidade para trabalharem com alunos que têm no seu passado uma herança pesada de fracasso e revolta para com a escola. Os diretores de turma e coordenador, têm que acrescentar a esta sensibilidade no trabalho com os alunos, a sensibilidade de conjugar os problemas que vão surgindo com os encarregados de educação e professores, por vezes têm que ser bons relações públicas, com muita capacidade para ouvir, comunicar e encontrar consensos. (B2)</p>
	Interesse	<p>As equipas são formadas ainda, pela manifestação dos professores em abraçarem mais um desafio... (D)</p>
	Experiência profissional	<p>Experiencia profissional... (D)</p>
	Formação	<p>Formação profissional... (D)</p>
Plano de Estudos dos Cursos Vocacionais	Componentes/disciplinas/módulos	<p>Para mim a componente geral está adequada, pois considero de grande importância o português, a matemática, o inglês e a educação física. Nesta escola a componente vocacional considero-a bem estruturada, pois as três vertentes desta componente estão interligadas, ao contrário de outras que vejo que nada têm a ver umas com as outras, e estou a lembrar-me de floricultura, informática e carpintaria. Já quanto à componente complementar, penso que a escola deveria ter mais autonomia para escolher as disciplinas mais adequadas a cada curso e ao mesmo tempo mais liberdade para mexer na carga horária desta componente. Algumas disciplinas desta componente não fazem sentido em determinados cursos. (B2)</p> <p>O desenho dos programas/módulos são da responsabilidade do professor da disciplina, em coordenação com a equipa pedagógica. (D)</p> <p>Penso que existe uma lacuna no que respeita às áreas do desenvolvimento pessoal e social, que facilite a promoção destas competências num tempo semanal concreto. Penso que persiste uma carga horária excessiva com conteúdos mais formais da aprendizagem, em detrimento de outros conteúdos. (E)</p>
	Carga horária	<p>(...) considero o plano de estudos, matriz curricular, pouco adequado. Demasiada carga horária. (D)</p>

	Avaliação	Neste caso concreto através do rigoroso cumprimento da legislação em vigor. Assim, os alunos são avaliados pelo seu desempenho através de módulos. Observe-se que a avaliação nestes cursos não tem a carga tão punitiva quanto no ensino regular, mas mais formativa. (D)
Apreciação dos Cursos Vocacionais	N.º alunos/turma	(...) considero o número de alunos por turma excessivo. Parece-me que para haver capacidade de diferenciação do ensino-aprendizagem o número de alunos por turma deveria mais reduzido. (B1) É elevadíssimo o número de alunos por turma, defendo entre 12 e 15 alunos por turma. (D) (...) se tomarmos em consideração o número de alunos por turma no ensino regular, há uma redução nestes Cursos mas, que no meu entender, continua a ser diminuta, uma vez que são jovens com determinadas características que exigem um trabalho o mais individualizado possível por parte do docente e de outros técnicos. Por outro lado, na componente mais prática, torna-se demasiado exigente e condicionador um só docente acompanhar um grupo-turma com as dimensões atuais. (E)
	Diferenciação	Tendo por base as práticas mais atuais de educação, a diferenciação coloca o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, aumentando-lhe as suas capacidades de aprendizagem e, por conseguinte, levando-o à aquisição das competências necessárias para uma boa realização escolar. Estando o processo centrado no aluno, uma das estratégias será o acompanhamento sempre presente e de perto pelo professor ao aluno. Outra via será questionar sempre o aluno acerca quer, das suas expectativas em relação a determinado conteúdo, quer sobre a utilidade que esta competência vai ter no seu quotidiano. Recorre-se também a um contacto mais assíduo com os encarregados de educação. (D)
	Oportunidade	Na minha opinião, os cursos vocacionais são uma forma de promover o sucesso e a igualdade de oportunidades, pois muitos dos alunos que os frequentam manifestam claramente constrangimentos com os estudos do ensino regular. (B1) Aqui podemos observar com dois olhares distintos, se olharmos para estes cursos como um meio de remediação/oportunidade, estes cursos têm um efeito positivo, uma vez que recuperam para a escola alunos que estavam completamente afastados. Aqui ganham aprendizagens que poderão facilitar o seu futuro. (B2)
	Desigualdade	Se olharmos para estes cursos enquanto igualdade, de facto estes alunos não têm as mesmas oportunidades que os alunos do ensino regular. Se no papel estes alunos podem regressar ao ensino regular, na prática isso não acontece, o ponto de partida destes alunos não é o mesmo, o total da carga horária não é a mesma, o tempo disponível para o estudo não é o mesmo. E dada a sobrecarga horária, não é possível oferecer apoio ao estudo, algo que acontece no ensino regular. Estes cursos são de facto

		<p>uma remediação, face ao distanciamento destes alunos relativamente à escola. (B2)</p> <p>O grande objetivo desta oferta é garantir o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades ao acesso e ao sucesso escolares, adequa a formação às expectativas dos alunos. Julgo que faculta outra via aos alunos para a continuidade da sua formação. Esta via é mais ajustável ao indivíduo, ao inverso do ensino regular que é muito sistemática, pouco maleável. Muitas vezes importará mais o meio até ao conhecimento que o conhecimento em si, apenas. (D)</p> <p>Penso que é necessário “restaurar” a dignidade e o “prestígio” das vias formativas de carácter profissionalizante. Neste momento, persiste um certo preconceito generalizado na forma como estes alunos são percecionados dentro e fora do contexto escolar, até porque muitos dos jovens apresentam percursos escolares e comportamentais tumultuosos, com retenções e afastamento progressivo do contexto escolar formal, integrando estas alternativas após um insucesso marcado... Penso que está a ser feito um caminho nesse sentido, nomeadamente reduzindo o número de retenções que facilitem o acesso aos Cursos Vocacionais. Não deveria ser necessário “aguardar” que o jovem apresente um percurso marcado pelo insucesso no ensino regular, para lhe facilitar o acesso a uma alternativa. A obrigatoriedade da escolaridade até ao final do 12.º ano ou dos 18 anos deve permitir o acesso a uma oferta consistente e solidamente pensada para que os jovens possam construir um percurso coerente e digno. Penso que, em alguns casos, esta predisposição é evidenciada de forma precoce. A partir do 2.º ciclo, já é possível perceber quais os alunos com uma motivação adicional para domínios mais práticos, do saber-fazer, e que se afastam dos conteúdos mais teóricos. Muitos deles apresentam um marcado insucesso nestas disciplinas, e são competentes e motivados para as outras áreas. (E)</p>
Destino dos alunos que concluem os cursos vocacionais	Trabalho	Alunos fora da escolaridade obrigatória. (E)
	Provas de exame nacionais	<p>Nesta escola, apenas um aluno deste tipo de percursos realizou as provas nacionais de exame. O aluno não obteve aproveitamento positivo, teve nível 2 em português e matemática. (B2)</p> <p>É grande a percentagem de alunos que optam por não realizar os exames nacionais. Referem por vezes que a existência de exames é uma das razões da sua fuga ao ensino regular. (D)</p>
	Curso Científico Humanístico	Nenhum aluno reintegrou o ensino regular no secundário. (B2)
	Curso Profissional	<p>A grande maioria dos alunos desta via acaba por ingressar no ensino profissional do secundário. (B2)</p> <p>Os alunos que concluem o 3º ciclo pela via dos cursos vocacionais é, na sua maioria, o ensino profissional. (D)</p>